

*A ausência do "d" no gerúndio

Com base nos inquéritos experimentais do projeto ALiB

Lorena Nascimento

Jacyra Mota*

Palavras-chave: Sociolinguística-português-variação-gerúndio-Atlas
Linguístico do Brasil

RESUMO

O trabalho objetiva analisar a variação fonético-fonológica na realização de formas de gerúndio em informantes de inquéritos experimentais do projeto ALiB, em 10 cidades brasileiras, verificando em qual foco de análise (diatrática, diagenérica, diageracional, diafásica) a variação é mais freqüente. Procura analisar o grau de consciência do informante acerca das diferenças entre as formas padrão e não-padrão de uso desta forma nominal do verbo, enfatizando a análise da diferença entre o discurso formal (preocupação com a norma) e o discurso informal (realidade do falante).

1. INTRODUÇÃO

O homem, para saciar sua necessidade de interação com seus semelhantes, utiliza-se de diversos mecanismos de comunicação (cartas, telefonia, internet, entre outros), sendo que, de todos por ele utilizados, a fala é o mais recorrente, fato que a transforma em um veículo de revelação do ambiente social no qual o indivíduo está inserido, pois através da língua podem-se

-
- Lorena Nascimento de Souza –Universidade Federal da Bahia (bolsista PIBIC/FAPESB)
 - Jacyra Andrade Mota – Universidade federal da Bahia/CNPq (orientadora)

observar diversos aspectos sociais, tais como o grau de instrução, a influência de outras culturas e a própria cultura do indivíduo.

A sociolingüística é, dentre outros, o ramo da ciência que se incumbe de analisar os aspectos sociais existentes na língua, fazendo uso da perspectiva variacionista para revelar e estudar os fatos lingüísticos e extralingüísticos presentes nos mais diversos fenômenos da fala.

O trabalho aqui proposto utiliza-se da visão citada anteriormente para analisar a ausência da consoante "d" na desinência indicadora de gerúndio, tomando como *corpus* os inquéritos experimentais do projeto Atlas Lingüístico do Brasil¹ - ALiB. Para a pesquisa em questão foram selecionados o questionário fonético-fonológico, que consiste numa indução de resposta para obtenção de um vocábulo específico, e o discurso semidirigido, no qual é solicitado ao informante que relate fatos de sua vida, obtendo assim dois extremos para a análise: a formalidade e a informalidade.

Faz-se necessário enfatizar que a pesquisa encontra-se em seu início, pois o *corpus* utilizado necessita ser ampliado, da mesma forma que uma série de questionamentos emergem a cada momento, o que reforça a necessidade de informar que este estudo não intenta em refutar teorias, e sim, apenas instigar estudos mais profundos da variação estudada.

2. METODOLOGIA

A realização da pesquisa divide-se em duas etapas: a primeira com dados relativos a cidades baianas e a segunda com dados de outras cidades brasileiras.

Foram selecionadas as questões 94 (*andando*), 106 (*fervendo*), 136 (*rindo*) do questionário fonético-fonológico, versão 1999, as questões 27 (*fervendo*), 52 (*remando*), 148 (*dormindo*) do mesmo questionário, versão 2000, e o discurso semidirigido, salvo em casos de má qualidade da gravação, nos quais este fora substituído pelo questionário morfossintático.

O *corpus* utilizado na primeira fase da pesquisa constitui-se de 12 inquéritos experimentais do ALiB realizados na Bahia, tendo por informantes:

Tabela 1 – Perfil dos informantes 1ª fase

CIDADE	SEXO	FAIXA ETÁRIA
Jequié	fem.	I
	fem.	I
	fem.	II
	masc.	II
Santo Amaro	masc.	I
	masc.	I
	masc.	II
	fem.	I
Salvador	fem.	II
	fem.	II
	masc.	I
	masc.	I

Todos os informantes selecionados nesta fase possuem o ensino fundamental (antigo primário).

Para confrontar com os dados da fase inicial, na segunda fase são utilizados inquéritos de outras cidades do país, abrangendo as cinco grandes regiões brasileiras.

Tabela 2 – Perfil dos informantes 2ª fase

CIDADE	SEXO	FAIXA ETÁRIA	NÍVEL DE ESCOLARIDADE
Belém	fem.	II	universitário
Belém	fem.	I	primário
Imbituva	masc.	II	primário
João Pessoa	fem.	II	universitário
Marília	masc.	II	primário
Niterói	fem.	I	primário
Porto Alegre	masc.	I	universitário
Recife	fem.	I	universitário

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO DOS DADOS:

Vale ressaltar que os resultados referentes à segunda fase foram influenciados pela presença de indivíduos universitários.

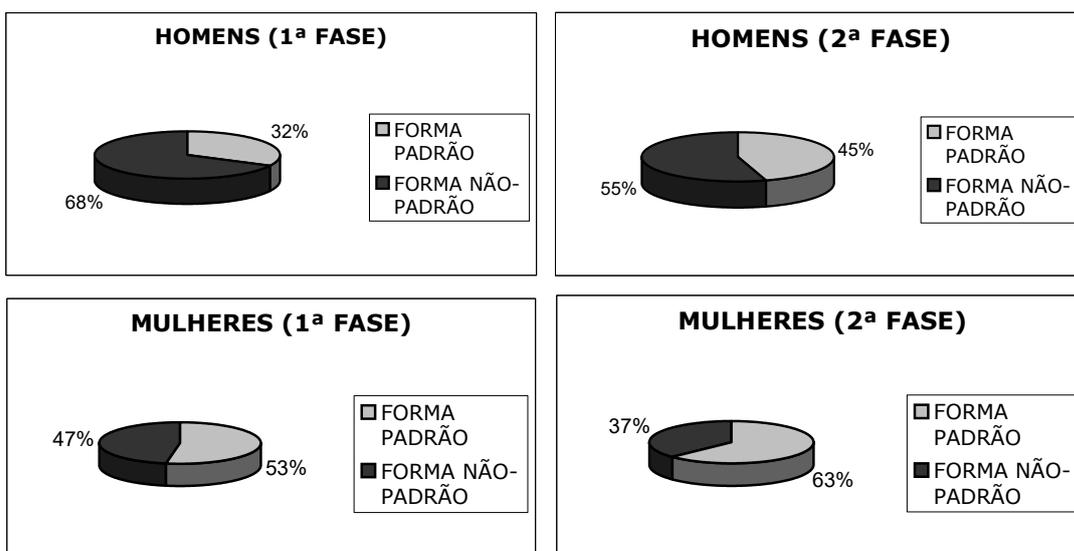
3.1. VARIAÇÃO DIAGENÉRICA

Existe, é claro, uma visível diferença no falar dos homens e no falar das mulheres, diferença que não se limita apenas ao timbre ou ritmo da voz. Os usos lingüísticos eleitos por eles são focos de análise de pesquisadores há muito tempo, o que permite levantar certas hipóteses, como a escolha do vocabulário.

A diferença observada entre o vocabulário feminino e o vocabulário masculino evidencia que as mulheres, em sua maior parte, elegem a forma padrão, ao passo que os homens são mais suscetíveis à variação, fato que encontra alicerce na observação de Fischer, já desde 1958, de que a forma de maior prestígio é mais freqüentemente utilizada pelas mulheres, conforme consta em Mollica (1992, p.70). Mais recentemente temos a observação de Labov "... o discurso feminino é marcado por tabus lingüísticos, eufemismo, estruturas de polidez, purismo, conservadorismo, etc." como consta em Monteiro (2000, p.72).

Os resultados obtidos nas duas fases do trabalho revelam nitidamente as observações de Fischer e Labov. A ocorrência da forma padrão no falar das informantes do sexo feminino é maior, sendo observado também o conservadorismo no discurso semidirigido, mostrando que, aleatório ao nível de formalidade ao qual as mulheres são expostas, estas mantiveram a forma padrão, revelando assim que, em verdade, a manutenção do "d" no gerúndio faz parte de seu desempenho lingüístico. Adversamente, os homens realizam o gerúndio em sua forma padrão, quando expostos ao ambiente formal do questionário fonético-fonológico, deixando fluir livremente a variante no falar informal, como no discurso semidirigido, questionário morfossintático ou questões de metalingüística.

Gráficos 1-4: Variação Diagenérica



3.2. VARIAÇÃO DIAFÁSICA

Foi observado, em ambas as fases do projeto, que, majoritariamente, no questionário fonético-fonológico, há o uso da forma padrão; em contrapartida, nas realizações obtidas no discurso semidirigido, grande parte dos informantes que realizaram o gerúndio com o "d", utilizam a variante sem o "d", fato que leva à crença de que

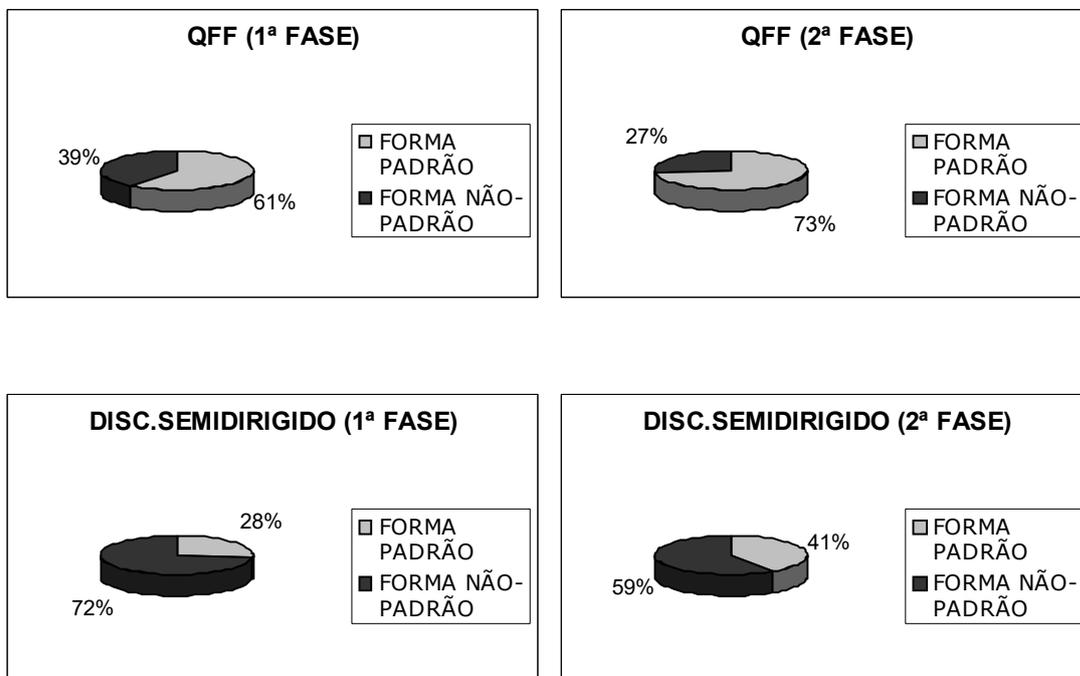
o informante detém um relativo grau de consciência das formas de gerúndio e que este designa juízo de valor às formas, atribuindo à não-padrão um cunho estigmatizante e vendo na forma padrão um indício de ascensão social . Em ambiente formal, no qual existe uma elaboração da resposta (QFF), aparece a forma de maior prestígio, e em momentos em que um tema geral (como um acontecimento do passado, seu trabalho, família) é o protagonista do discurso, emerge a forma livre e mais fluente de seu uso cotidiano, no caso – como pode ser observada nos gráficos expostos anteriormente – a forma de menor prestígio na qual se encontra a ausência do “d”.

Durante a análise deste aspecto variacionista, um informante em especial merece ser citado, é o homem de faixa etária II da cidade de Imbituva. Durante o discurso semidirigido, em que este narrava a morte de pai, todas as ocorrências constatavam a variante não-padrão. Quando o informante, durante o inquérito, se lembrou de uns versos que compôs em homenagem ao pai falecido e começou a recitá-los, todas as suas realizações apareceram na forma padrão, como no exemplo:

- FORMA NÃO-PADRÃO: “... no que apeei do caminhão era duzentos metro da casa, e daí quando em cheguei na casa **gritano**...”
- FORMA PADRÃO: “... O professor **esperando**
quando eu vi me chamarem,
logo me ia **falando**
que o professor não vinha,
não ficasse **esperando**...”

Talvez a entonação do ato de recitar um poema tenha levado o informante à mudança para a forma padrão. Outra hipótese é ainda em relação à formalidade, pois recitar um poema para ele não teria o mesmo *status* de uma conversa.

Gráficos 5-8: Variação diafásica



4. CONCLUSÕES

Ao final de ambas as etapas de análise da ausência da consoante "d" no morfema indicador de gerúndio, fica constatado que a variação encontra-se apenas no nível fonético, não sendo assimilada como forma lexical a forma não-padrão do gerúndio, pois, em todos os informantes observados, as duas formas se revezam, conforme a tensão do discurso, mostrando que há por parte do falante um relativo grau de consciência de que a forma de gerúndio utilizada no cotidiano diverge da forma admitida na norma padrão da língua portuguesa.

Outro fator relevante é a diferença de gênero que, na primeira fase, revelou o caráter conservador no falar feminino, ratificando-se isso na segunda etapa. Nas realizações masculinas, a variante padrão ocorreu em menor percentual, sendo necessário enfatizar que houve, também, no falar feminino, ocorrências da variante não-padrão.

REFERÊNCIAS

MOLLICA, Maria Cecília (org). *Introdução à Sociolingüística Variacionista*. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico da UFRJ, 1992.

TARALLO, Fernando. *A Pesquisa Sociolingüística*. 5ª edição. São Paulo: Ática, 1997.

AGUILLERA, Vanderci. *A Geolingüística no Brasil*. Londrina: UEL, 2000.

MONTEIRO, José Lemos. *Para compreender Labov*. Petrópolis: Vozes, 2000.

i

ⁱ Atlas Lingüístico do Brasil - ALiB é um projeto um caráter nacional, tendo dentre outros objetivos descrever a realidade lingüística do Brasil, oferecendo aos estudiosos de língua portuguesa e pesquisadores de áreas afins base para uma melhor interpretação do caráter multidialetal do nosso país.

O trabalho concerne na realização e estudo dos inquéritos feitos em localidades previamente estabelecidas. Esses inquéritos são realizados com informantes nativos da localidade escolhida, somando um total de 08 nas capitais de Estado e 04 nas demais cidades, distribuídos em duas faixas etárias, a primeira compreendendo dos 18 aos 30 anos e a segunda dos 50 aos 65 anos, contemplando ambos os sexos. Quanto à escolaridade, ficou estabelecido que os informantes tenham cursado, no máximo, até a 4ª série do antigo primário, e apenas nas capitais há a seleção de 04 informantes de nível universitário. A realização do inquérito é dividida em questionário fonético-fonológico, questionário morfossintático, questionário semântico-lexical, questões de pragmática, metalingüísticas e discurso semidirigido.

A elevação das vogais médias pré-acentuadas no Português Brasileiro com base nos inquéritos experimentais do ALiB

Lucinda Conceição da Hora
Jacyra Andrade Mota (orientador)*

Resumo:

O trabalho visa a analisar a variação fônica das vogais médias pré-acentuadas do Português Brasileiro, destacando os fatores favoráveis à ocorrência da elevação dessas vogais. Para esta pesquisa, foram analisados os inquéritos experimentais do Atlas Lingüístico do Brasil (ALiB). As cidades incluídas na pesquisa foram Salvador –BA, Jequié – BA, Niterói - RJ, João Pessoa - PB, Porto Alegre - RS, Marília - SP, Recife - PE e Belém - PA. Foram analisados 12 grupos de fatores lingüísticos (altura e zona de articulação da vogal da sílaba seguinte; nasalidade da vogal da sílaba subsequente; tonicidade da vogal da sílaba subsequente; presença ou ausência de hiato da variável com a vogal da sílaba subsequente; modo de articulação da consoante precedente; zona de articulação da consoante precedente; vozeamento da consoante precedente; modo de articulação da consoante subsequente; zona de articulação da consoante subsequente; vozeamento da consoante subsequente; constituição da sílaba em que se encontra a variável; classe gramatical e tipo de elocução) e 06 grupos de fatores extralingüísticos (sexo, faixa etária e escolaridade do informante, localidade (capital x não capital e estados); tipo de questionário). A análise quantitativa dos dados coletados é feita com a ajuda do pacote de programas VARBRUL.

* Lucinda Conceição da Hora - Universidade Federal da Bahia (Bolsista PIBIC/CNPq); Jacyra Andrade Mota – Universidade Federal da Bahia / CNPq - orientadora

Palavras-chave: Variação fônica, Atlas Lingüístico do Brasil, Vogais pré-acentuadas.

0. Apresentação

Este trabalho faz parte do projeto Atlas Lingüístico do Brasil (ALiB), cuja finalidade é analisar a realidade lingüística do território brasileiro, fazendo um levantamento sistemático de dados sobre as diferenças dialetais no país, visto que os estudos nesta área ainda não são satisfatórios.

Nesta pesquisa, foi estudada a variação fônica das vogais médias pré-acentuadas, mais especificamente, a elevação, em realizações como: p[é]dido para 'pedido' e t[ó]mate, 'tomate'. Este fato foi tema de trabalho de vários pesquisadores: Aragão (1994), numa análise do dialeto paraibano; Callou et al. (1991), no falar culto do Rio de Janeiro; Pontes (2003), sobre o dialeto rural paranaense; Silva (1991, 1992, 1998), referindo-se à norma culta de Salvador.

Os dados foram analisados de acordo com os pressupostos da teoria de análise variacionista laboviana, sendo utilizado para a sua quantificação o pacote de programas VARBRUL, que relacionou os grupos por ordem de importância e distribuiu os pesos relativos dos fatores analisados.

1. Metodologia

O *corpus* para análise foi constituído através das respostas obtidas aos questionários do Projeto ALiB: QFF (questionário fonético-fonológico), QSL (questionário semântico-lexical), QMS (questionário morfossintático), Questões de pragmática e Temas para discursos semidirigidos. As cidades incluídas nesta pesquisa foram Salvador – BA, Niterói – RJ, João Pessoa – PB, Belém – PA, Recife – PE, Imbituva – PR e Porto Alegre – RS.

Os informantes distribuem-se pelas faixas etárias (faixa I – 18 a 35 anos e faixa II – 50 a 65 anos), pela escolaridade (nível primário e nível universitário) e pelo gênero (masculino e feminino).

01. Observaram-se 1.629 itens para a análise da elevação das vogais pretônicas, sendo 967 para o [e] pretônico e 662 para o [u] pretônico. Todos esses dados foram codificados e relacionados em 12 grupos de fatores lingüísticos e 06 grupos de fatores extralingüísticos.

Os resultados obtidos apontam uma baixa aplicação do alteamento com percentual de 17% e *input* 0,15, para as médias anteriores, e 24% e 0,25, para as médias posteriores.

Os fatores extralingüísticos sexo, faixa etária e escolaridade do informante, localidade (capital x não capital e estados) foram eliminados pelo programa VARBRUL, não demonstrando influência no alteamento vocálico.

Foram feitas rodadas separadas para as vogais anteriores e posteriores, obtendo graus de significância de 0,07 e 0,03, respectivamente.

2. Resultados

2.1. Vogais médias anteriores

Cinco grupos de fatores foram, inicialmente, considerados relevantes para a aplicação do fato fônico observado. Posteriormente, eliminaram-se os itens em que se encontram os padrões silábicos VC e CVC tendo como consoante final as fricativas [s, z, ʃ, ʒ, ʎ, ɲ, ɸ, β, ɸ̥, β̥] (por exemplo: [s]trada, [z]tudo, d[ʃ]svio, d[ʒ]smaio), por apresentarem dados quase categóricos para a aplicação do alteamento vocálico, fato também observado por Callou et al. (1991). Em razão disso, o fator constituição silábica revelou-se pouco importante, tendo sido retirado.

2.1.1. Altura e zona de articulação da vogal da sílaba seguinte

Como já observado em trabalhos anteriores, seguindo o princípio de harmonização vocálica, as vogais que mais influenciam a elevação vocálica são as altas, registrando-se peso relativo de 0,88, para as anteriores [i] e o peso relativo 0,76 para as posteriores [u]. Para exemplificar a primeira categoria, têm-se os itens f[i]rida perdido, ob[u]diente, d[u]simbrulhar e, para a segunda categoria, s[i]guro, -a, s[i]gurança, s[i]gunda, -a.

Tabela 01: Altura e zona de articulação da vogal da sílaba seguinte

Fatores	Peso relativo	%	Nº de Ocorrências
[i]	0,88	33	66/136
[u]	0,76	21	20/74
[e]	0,61	10	3/28
[a]	0,59	13	32/209
[o]	0,47	11	9/72
[ɔ]	0,18	2	1/50
[ɛ]	0,12	3	7/260

Além deste, outros fatores também foram selecionados pelo programa, porém, observada, em quase todos os exemplos, a presença das vogais altas como núcleo da sílaba seguinte.

Em relação à tonicidade da vogal seguinte, não foi observada uma grande diferença entre os valores percentuais das átonas e tônicas (26% e 25%, respectivamente). Para testar este fato, reuniram-se os grupos altura, zona de articulação e tonicidade da vogal seguinte, tendo-se confirmado que a elevação das vogais independe da tonicidade

da vogal constituinte da sílaba seguinte, ocorrendo tanto em p[i]riquito quanto em p[i]rigo.

Silva (1991) notou também que, na fala culta soteropolitana, essa distinção não se fazia pertinente, visto que “a interferência da vogal acentuada cessava e era a vogal inacentuada que exercia influência sobre elas”.

2.1.2. Tipo de elocução

Na análise dos inquéritos selecionados para este trabalho, observou-se uma variação relacionada ao ritmo em que o item era emitido. Códigos referentes às formas rápida, média e pausada de elocução foram criados para verificar a influência desses fatores para a realização do alteamento vocálico.

O tipo de elocução rápida é responsável pela maior parte das ocorrências de alteamento vocálico, com a marca de 0,87 de peso relativo. Os tipos de elocução média e pausada não representam grande significância para a ocorrência da elevação.

Tabela 02: Tipo de elocução

Fatores	Peso relativo	%	Nº de ocorrências
Rápida	0,87	56	10/25
Média	0,56	71	32/203
Pausada	0,47	76	96/739

2.2. Vogais médias posteriores

Com relação às médias posteriores, o grupo altura e zona de articulação da vogal da sílaba seguinte, analisado isoladamente, não mostrou relevância para a aplicação do alteamento vocálico. Porém, com a reunião deste grupo ao grupo ponto de articulação da consoante

precedente, foi observada a importância das vogais que compõem a sílaba seguinte para a elevação vocálica posterior.

2.2.1. Ponto de articulação da consoante precedente + altura e zona de articulação da vogal da sílaba seguinte

Em primeiro lugar, ocorrem as consoantes alveolares como consoante precedente da sílaba em que se encontra a variante e as vogais anteriores [i, e, ɛ, ɐ, ɔ, ɔ̃, ɔ̄] na sílaba seguinte com peso relativo de 0,72. Exemplos: ass[u]vio, s[u]rrindo, d[u]rmindo, mel[u]dia, d[u]mingo, s[u]vina, n[u]tícia. Não há exemplos com a vogal alta posterior [u] na sílaba seguinte, em casos como c[u]ruja.

Em seguida, ocorrem as consoantes labiais e as vogais altas anteriores [i, e, ɛ, ɐ, ɔ, ɔ̃, ɔ̄] na sílaba seguinte com 0,67 de peso relativo em exemplos como p[u]líticas, b[u]nito, p[u]lícia, redem[u]inho, m[u]squito, cam[u]mila, b[u]tiquim, p[u]dia, m[u]vimento.

Com peso relativo de 0,64, as alveolares antecedentes e as vogais centrais [e, ɛ, ɐ, ɔ, ɔ̃, ɔ̄] também apresentaram influência para a elevação das vogais posteriores. Para exemplificar, os seguintes itens: s[u]vaco, -eira, t[u]mate.

As consoantes labiais seguidas das médias anteriores [e, ɛ, ɐ, ɔ, ɔ̃, ɔ̄] na sílaba seguinte apresentam o peso relativo de 0,58, com os exemplos borb[u]leta, b[u]dega, b[u]teco.

Tabela 03: Ponto de articulação da consoante precedente + altura e zona de articulação da vogal da sílaba seguinte

Fatores	Peso relativo	%	Nº de ocorrência
C _[+ alveolar] ___\$(C) i	0,72	46	24/62

C_[+ labial]__\$(C) i	0,67	46	39/85
C_[+ alveolar]__\$(C) a	0,64	27	14/52
C_[+ velar]__\$(C) i	0,61	39	12/31
C_[+ labial]__\$(C) e	0,58	27	19/71
C_[+ velar]__\$(C) u	0,54	21	6/28
C_[+ labial]__\$(C) a	0,52	17	10/59
C _[+ velar] __\$(C) e	0,31	15	12/79
C _[+ alveolar] __\$(C) e	0,25	12	7/59
C _[+ velar] __\$(C) a	0,22	7	3/46

É conveniente ressaltar que alguns dos segmentos indicados como mais importantes para a elevação das vogais médias posteriores neste grupo possuem o traço [+ posterior], que se harmoniza com a vogal [u], também posterior, ou [+ labial], fator que favorece a elevação da vogal posterior, como analisado por Silva (1991).

2.2.3. Tipo de elocução

Também selecionado para as vogais médias anteriores e, com valor quase categórico (0.99), o tipo de elocução rápida representa

grande importância para realização [u] pretônica. Os outros fatores não são representativos neste caso.

Tabela 04: Tipo de elocução

Fatores	Peso relativo	%	Nº de ocorrência
Rápida	0.99	80	4/5
Pausada	0.50	24	141/652
Média	0.41	33	3/9

2.2.4. Tipo de questionário

Neste grupo, foi selecionado como fator mais importante o questionário em que a fala do informante é a mais livre possível, isto é, a parte referente aos Temas para discursos semidirigidos. Neste momento do inquérito, é pedido que o informante conte fatos marcantes de sua vida. Em contraponto, o último fator selecionado, com apenas 0,42 de peso relativo, foi o questionário fonético-fonológico, em que o informante é levado a emitir um determinado vocábulo que consta neste tipo de questionário, como por exemplo, para a obtenção do vocábulo 'assovio': o inquiridor faz o som do assovio para que seja obtido o vocábulo em questão.

Gráfico 05: Tipo de questionário

Fatores	Peso relativo	%	Nº de ocorrência
Temas	0,85	39	9/23
QSL/QMS	0,61	30	52/175
Outros	0.56	23	40/172
QFF	0,36	16	47/296

3. Conclusão

Os fatores sociais não exercem influência para a realização do fato fônico em análise tanto para as médias anteriores quanto para as posteriores, tendo sido excluídos pelo programa VARBRUL.

Esta conclusão coincide com a de outros estudos sobre este fato fônico em diversas áreas. A propósito, CALLOU et al. (1996) apontam estes fatores como não relevantes para a realização do fenômeno em questão, numa análise baseada nos inquéritos do Projeto NURC – RJ, ou seja, considerando um único nível de escolaridade, o universitário.

Entre os fatores lingüísticos, embora o programa tenha selecionado também outros grupos, destaca-se a altura e zona de articulação das vogais da sílaba seguinte principalmente para as médias anteriores. Para as posteriores, nota-se que o ponto de articulação das consoantes precedentes é o fator mais relevante, tendo maior destaque as labiais, velares e alveolares. Esse resultado é compatível com os inúmeros trabalhos acerca do fato.

A variação diatópica foi um fator analisado. Contudo, não foi selecionado pelo Programa graças aos resultados pouco satisfatórios em relação à aplicação do fenômeno. Foram codificadas ocorrências de capital e não capital dos estados da Bahia, Maranhão, Paraíba, Pará, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, São Paulo e Pernambuco.

As hipóteses aqui levantadas ainda merecem ser analisadas, possivelmente, com a ampliação do *corpus*.

4. Referências

AGUILERA, Vanderci de Andrade (org). *A geolinguística no Brasil - caminhos e perspectivas*. Londrina: UEL, 1998.

ARAGAO, Maria do Socorro Silva de. Aspectos fonéticos do Atlas Lingüístico da Paraíba – As vogais pretônicas. Encontro Nacional da ANPOLL, 9, v. II, *Anais...*Caxambu: ANPOLL, 1994. p. 833 – 840.

CALLOU, Dinah; LEITE, Yonne; MORAES, João. Neutralização e realização fonética: a harmonia vocálica no português do Brasil. Congresso Internacional sobre o português, *Actas...* Lisboa, 1996. p. 395 – 404.

CALLOU, Dinah; COUTINHO, Lílian; LEITE, Yonne. Elevação e abaixamento das vogais pretônicas no dialeto do Rio de Janeiro. *Organon*..V. 5, nº 18, p. 71 – 78, UFRS, 1991.

FIORETT, Maria Thereza; PINTO, Ivone Isidoro. *Tutorial para o pacote VARBRUL*. Rio de Janeiro, UFRJ, PEUL, 1992. Digitado.

MOLICA, Maria Cecília (org). *Introdução à sociolinguística variacionista*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1992.

MOLICA, Maria Cecília. Regras e palavras na mudança lingüística. Encontro Nacional da ANPOLL, 13, *Anais...* Campinas: ANPOLL, 1998. Edição em CD.

MONTEIRO, José Lemos. *Para compreender Labov*. Petrópolis: Vozes, 2000.

MOTA, Jacyra; HORA, Lucinda. *A elevação das vogais médias pretônicas na Bahia com base cons inquéritos experimentais do ALiB*. Relatório final encaminhado ao PIBIC – FAPESB. Salvador, 2003. Digitado.

OLIVEIRA, Marco Antônio de. Aspectos da difusão lexical. *Revista Estudos Lingüísticos*, Belo Horizonte, p. 31-41, 1992.

PONTES, Ismael. Alçamento do [e] pretônico: harmonização vocálica e distribuição diatópica. In: ABRAÇADO, Jussara; RONCARATI, Cláudia (Orgs). *Português Brasileiro: contato lingüístico, heterogeneidade e história*. Rio de Janeiro: Vozes, 2003. p. 90 – 94.

SILVA, Myrian Barbosa da. Um traço regional na fala culta de Salvador. *Organon*, V. 5, n. 18, p. 79 –89, UFRS, 1991.

SILVA, Myrian Barbosa da. Breve notícia sobre as vogais pretônicas na variedade culta de Salvador. *Estudos Lingüísticos e Literários*, p. 69-77, 1992.

SILVA, Myrian Barbosa da; SANTOS, Cirlene Barreto; SEIXAS, Geovana Pedreira (bolsistas CNPq). *Aspectos fonológicos da variedade culta de Salvador – vogais pretônicas*. Relatório técnico final, encaminhado ao CNPq. Salvador: ILUFBA, 1998. Digitado.

SOARES, Adriana de Santana. *As pretônicas médias em comunidades rurais do semi-árido baiano*. 2004. Dissertação (Mestrado em Lingüística Histórica) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

A VARIAÇÃO ENTRE FORMAS SINTÉTICAS E ANALÍTICAS NA EXPRESSÃO DE POSSE REFERENTE À PRIMEIRA PESSOA DO PLURAL NO DIALETO AFRO-BRASILEIRO DE HELVÉCIA-Ba

Silvana Silva de Farias Araujo*

RESUMO: *Focaliza-se a variação no uso de formas indicativas de posse referente à primeira pessoa do plural. Acredita-se que esse sistema encontra-se num difícil equilíbrio, existindo formas sintéticas (**nosso** e suas variantes de gênero e número) e analíticas (**da gente, de nós**). Busca-se comparar os resultados dessa pesquisa com as conclusões a que chegaram outros autores que focalizaram essa temática, mas que consideraram a variedade urbana do português do Brasil (PB). Utiliza-se o suporte teórico-metodológico da Sociolinguística Variacionista e faz-se uso ainda dos estudos acerca do papel desempenhado pelo contato entre línguas na sócio-história do PB.*

PALAVRAS-CHAVE: *Contato entre línguas; Sistema Pronominal; Português afro-brasileiro.*

1. INTRODUÇÃO

Muitos estudos realizados sobre o sistema de posse no PB - a exemplo dos trabalhos de Silva (1982, 1984, 1996); Perini (1985); Kato (1985,1993); Cerqueira (1993); Neves (1993, 2000) e Monteiro (1994) - demonstram que esse sistema encontra-se num difícil equilíbrio, exibindo um forte quadro de variação, na medida em que é cada vez mais freqüente o uso de formas analíticas iniciadas pela preposição *de*, o que explica, por exemplo, a forte implementação da forma *dele* e flexões, em detrimento do uso da forma sintética *seu* e flexões (estas com marcação de caso morfológico).

Ressaltamos que, neste estudo, não trataremos da posse referente à terceira pessoa do discurso; só que também investigaremos a variação entre formas sintéticas e analíticas, ao focalizarmos a posse referente à primeira pessoa do discurso no plural. A escolha por particularizar a análise na referência a essa pessoa do discurso deu-se por dois motivos: Primeiro, por que objetivávamos verificar se a perda de caso morfológico dos pronomes

* Silvana Silva de Farias Araújo. Universidade Federal da Bahia (mestranda no Programa em Letras e Linguística, na linha de Pesquisa Diversidade linguística do Português do Brasil, sob a orientação do Prof. Dr. Dante Lucchesi, a quem agradecemos pelas sugestões dadas a este trabalho).

possessivos, que ocorre na referência à terceira pessoa do discurso se verificava também para outras pessoas dentro do mesmo sistema de posse. Segundo, por que também objetivávamos investigar a correlação entre o sistema de referência à pessoa do discurso e à referência à posse, em que se pode deduzir que o processo de mudança verificado naquele (a saber , *nós/ de nós/ da gente*) gere reflexos neste (*nosso/ de nós/ da gente*), corroborando, assim, o que afirma Labov (1972) sobre os processos de mudança em cadeia.

A propósito, diante do fato de que não há estudos realizados com amostras da variedade urbana do PB que considere a forma analítica **de nós** como uma possível variante do pronome possessivo *nosso* e *flexões*, ressaltamos que a existência dessa forma só foi aventada nesta pesquisa devido ao *corpus* que analisamos, que é composto de amostras de fala coletadas na comunidade rural afro-brasileira de Helvécia, local, que apresentou, em seu processo de formação, uma grande concentração de negros africanos que viviam de forma semi-isolada; e, conforme apontam os estudiosos da Criolística, é uma constante nos casos de misturas entre línguas, ocorrer variação ou perda de marcas morfológicas, com a existência de formas analíticas, formada pela preposição *de* + pronome pessoal para marcar posse (Baxter e Lucchesi, 1997 e Lucchesi, 1999).

2. O MODELO TEÓRICO-METODOLÓGICO: A SOCIOLINGÜÍSTICA VARIACIONISTA

A Sociolingüística Variacionista situa-se no domínio da micro-sociolingüística, pois busca delimitar as pressões estruturais e sociais que condicionam a aplicação de uma dada regra lingüística variável e não o contrário, isto é, verificar o peso de questões lingüísticas na sociedade. Foi no início da década de sessenta que surgiram os primeiros trabalhos com base nesse modelo teórico-metodológico, tendo como grande divulgador o americano William Labov. Esse modelo apresenta-se como uma reação à

ausência do componente social no modelo gerativo, que, naquela época, pregava que o objeto dos estudos lingüísticos devia ser a competência lingüística do falante-ouvinte ideal, pertencente a uma comunidade lingüisticamente homogênea.

Ao contrário, para a Sociolingüística, a língua falada é um sistema heterogêneo, o qual se relaciona com as variáveis sociais (sexo¹, faixa etária, etnia, grau de escolaridade, grau de formalismo etc) e, pode-se dizer que é a partir de processos de variação observados ao longo do tempo que ocorrem mudanças no sistema lingüístico. Assim, esse processo de mudança constitui uma intrigante questão para a ciência da linguagem, Labov (1994, p. 50) relata que uma das questões para a qual os lingüistas ainda não encontraram uma resposta é o mecanismo pelo qual as línguas evoluem e mudam.

Nesse sentido, o modelo sociolingüístico veio dar um grande impulso à teoria da mudança lingüística, contribuindo para a intrigante questão da mudança lingüística, já que as tentativas anteriores, pautadas nos modelos estruturalista e gerativista, e trabalhando com visão de sistema homogêneo, não conseguiram esclarecer o porquê de uma estrutura que funcione de forma tão organizada, sendo um excelente instrumento de comunicação, esteja sempre sujeita a um contínuo processo de mudança.

Assim, os processos de mudanças contemporâneas que ocorrem na comunidade de fala são primordiais na Sociolingüística. Comunidade de fala para esse modelo teórico-metodológico não é entendida como um grupo de pessoas que falam exatamente igual, mas que compartilham traços lingüísticos que distinguem seu grupo de outros; comunicam relativamente mais entre si do que com os outros e, principalmente compartilham normas e atitudes diante do uso da linguagem. (cf. Labov, 1972).

Dessa forma, para os sociolingüistas, nas comunidades de fala, freqüentemente, existirão formas lingüísticas em variação, isto é, formas que estão em coocorrência (quando duas formas são usadas ao mesmo

tempo) e em concorrência (quando duas formas concorrem). Daí ser a Sociolingüística Variacionista também denominada de Teoria da Variação. Toda a análise sociolingüística passa então a ser orientada para as variações sistemáticas, inerentes ao seu objeto de estudo, a comunidade de fala, concebidas como uma heterogeneidade estruturada. Não existe, portanto, um *caos lingüístico*, cujo processamento, análise e sistematização sejam impossíveis de serem processados; há, pelo contrário, um sistema (uma organização) por trás da heterogeneidade da língua falada.

As formas em variação recebem o nome de "variantes lingüísticas". Tarallo (1986, p. 08) afirma que: "*variantes lingüísticas são diversas maneiras de se dizer a mesma coisa em um mesmo contexto e com o mesmo valor de verdade. A um conjunto de variantes dá-se o nome de **variável lingüística***". Essas variáveis subdividem-se em variáveis lingüísticas dependentes e independentes. A variável dependente é o fenômeno que se objetiva estudar; por exemplo, *a aplicação da regra de concordância nominal*, as variantes seriam então as formas que estão em competição: a presença ou a ausência da regra de concordância nominal. O uso de uma ou outra variante é influenciado por fatores lingüísticos (estruturais) ou sociais (extralingüísticos). Tais fatores constituem as **variáveis explanatórias ou independentes**.

Desse modo, um estudo sociolingüístico visa à descrição estatisticamente fundamentada de um fenômeno variável, tendo como objetivo analisar, apreender e sistematizar variantes lingüísticas usadas por uma mesma comunidade de fala. Para tanto, calcula-se a influência que cada fator, interno ou externo ao sistema lingüístico, possui na realização de uma ou de outra variante; sendo, pois, um modelo que pode em muito contribuir com a elucidação da intrigante questão da mudança lingüística.

3. O TEMA

O sistema de posse é descrito nas gramáticas tradicionais e normativas como um sistema bem simples e em equilíbrio, com uma correspondência direta dos pronomes pessoais sujeitos com os pronomes adjetivos possessivos. Assim, geralmente, nestas são apresentados quadros ilustrativos como o que se segue:

Quadro 1 - Descrição de Celso Cunha (1976), em *Gramática do Português Contemporâneo*

	Um possuidor		Vários possuidores	
	Um objeto	Vários objetos	Um objeto	Vários objetos
1ª pessoa masc. fem.	eu minha	meus minhas	nosso nossa	nossos nossas
2ª pessoa masc. fem.	teu tua	teus tuas	vosso vossa	vossos vossas
3ª pessoa masc. fem.	teu sua	seus suas	seu sua	seus suas

Tendo-se como ponto de partida o quadro acima, vários comentários poderiam ser feitos, a exemplo do uso praticamente extinto da forma *vosso* e flexões, na fala, e até na escrita; o uso variável da forma possessiva de segunda pessoa do singular, em que *teu* e flexões intercambiam com *seu* e flexões e ainda com *de vocês*. Mas, para o objetivo deste trabalho, destacamos o fato de as gramáticas tradicionais apresentarem para todas as pessoas um pronome adjetivo possessivo correspondente, ou seja, marca morfológica própria para cada pessoa, em que se têm exclusivamente formas sintéticas.

Assim, em um texto muito esclarecedor sobre o sistema de posse no português do Brasil, Neves (1993), analisa dados do NURC - logo, informantes cultos - e mostra que a relação de posse no PB pode ser expressa não só pelo elemento formalmente possessivo (o pronome adjetivo possessivo), mas também pelos sintagmas *de + nome* e *de + pronome pessoal*. Entretanto, diante do fato de que, em seus dados, não houve ocorrências com *de + pronome pessoal* de primeira e segunda pessoa, a não

ser na forma de pronome de tratamento (*de você, do senhor* etc), a autora reformula sua descrição no seguinte quadro:

Quadro 2 - Apresentação de NEVES (1993, p. 473) para o sintagma possessivo

GN POSSESSIVO	
	<i>de</i> + nome
Nome	<i>de</i> + pronome pessoal de 3ª pessoa*
	<i>de</i> + pronome de tratamento
	pronome adjetivo possessivo

* (grifo nosso)

Diante de tal descrição, é importante apresentar a colocação que faz Kato (1985, p. 108), questionando a abordagem funcionalista de Perini, que afirma que construções como *pai de mim, pai de nós* seriam agramaticais, uma vez que, as formas *meu* e *nosso* não são ambíguas, e que, portanto, o sistema não teria necessidade de ser alterado. Para a pesquisadora gerativista, as restrições apontadas para as construções como *de eu, de mim, de tu, de ti, e de você* só o são em relação ao uso, sendo os exemplos asteriscados apenas não ocorrentes ou de baixa produtividade.

Não discutindo, por enquanto, a gramaticalidade das construções expostas acima, devemos admitir, no entanto, que o sistema dos possessivos encontra-se num difícil equilíbrio entre duas formas: a conservadora, que insiste em manter as características originais do sistema (ou seja, o que estamos chamando de formas sintéticas) e a inovadora (as formas analíticas), o que, segundo Monteiro (1994, p. 210), confere aos pronomes os mesmos traços dos nomes em geral.

Considerando a posse referente à primeira pessoa do plural, poderíamos acrescentar que a forma genitiva *de nós* é avaliada negativamente pelos usuários da língua, pelo menos no que se refere aos usuários da língua culta ou da variante urbana. Mas, o que esperar da análise de inquéritos gravados em uma comunidade em que os informantes estão sem a influência da escolarização e cujos ancestrais foram afetados

por um processo de transmissão lingüística irregular devido à grande concentração de africanos na região?

A resposta a essa questão não é fácil de ser obtida, visto que para uma resposta convincente da mesma faz-se necessário considerar-se uma série de outras questões que englobam aspectos lingüísticos e sócio-históricos. Na seção 4 deste artigo, será esboçada uma hipótese para a diacronia do dialeto de Helvécia, a qual esperamos contribuir para a explicação da representação de posse da primeira pessoa do plural, principalmente, no que tange a um dialeto afro-brasileiro, podendo, certamente, sua explicação estender-se para a variedade popular do português do Brasil.

3.1. CORRELAÇÃO DO SISTEMA DE REFERÊNCIA PESSOAL COM O SISTEMA DE POSSE

Segundo Faraco (1982), a introdução do par *você/vocês* como formas concorrentes dos pronomes sujeitos canônicos *tu/vós* geraram reflexos no sistema pronominal como um todo, afetando não somente essas formas de pronomes sujeito, mas também as formas de representação dos clíticos e dos possessivos, visto que são correlacionados. Por conseguinte, é lícito postular que qualquer mudança no quadro dos pronomes pessoais repercute de forma generalizada, alterando os recursos utilizados para exprimir a relação de posse.

Assim, cabe examinarmos a variação entre o uso de *nós* e *a gente* na representação de pronomes pessoais. Sabemos que o uso da forma *a gente*, com função de sujeito para referendar a primeira pessoa do plural do discurso estar se tornando bastante freqüente na fala informal, assumindo característica de um pronome sujeito, contrariando o que prega a gramática normativa, conforme observou Lopes (1994, p. 116):

Com relação à forma *a gente*, as gramáticas não apresentam uma posição coerente e única. A classificação é, em geral, controversa, pois ora consideram “a gente” como pronome pessoal, ora como forma de tratamento, ou ainda como pronome indefinido, comentando-a apenas em notas ou observações de rodapé.

O uso não estigmatizado da forma *a gente*, com os traços [1ª pessoa] e [+pluralidade], em que não se exhibe a concordância cruzada, isto é, o uso da forma *a gente* com flexão verbal de primeira pessoa do plural foi objeto de estudo de Omena (1996, 1996a). A pesquisadora, utilizando a metodologia variacionista, mostra que essa forma, que antes era usada para nomear um agrupamento de pessoas afins, passou a designar a primeira pessoa do discurso, no singular e no plural, havendo, portanto, uma modificação quer do ponto de vista semântico, quer do ponto de vista gramatical, concluindo, a partir de seus dados, obtidos a partir de inquéritos do PEUL (*Programa de Estudos de Usos da Língua*), que o uso da forma *a gente*, na função sintática de sujeito, constitui um caso de mudança em progresso, com os mais jovens utilizando-a com um percentual muito alto, 87%, seguidos dos percentuais de 67% e 51%, respectivamente, nas faixas mediana e idosa. Dados que a permite afirmar que a forma inovadora *a gente* está se implementando no sistema de referência pessoal, na norma urbana. Essa constatação será retomada adiante, na seção 4, quando investigaremos a implementação da forma *a gente* em diferentes funções sintáticas do PB e compararemos os nossos resultados com o de outros trabalhos realizados a partir de dados da variedade urbana.

Também investigando a variação entre *nós* e *a gente* na função sintática de sujeito, Machado (1995), tendo como dados representativos do português popular, falado nos dialetos populares norte-fluminenses, retirados do arquivo sonoro do Projeto APERJ (*Atlas Etnolingüístico dos Pesquisadores do Estado do Rio de Janeiro*), encontrou como variáveis independentes de comportamento significativos, em ordem decrescente, (1) paralelismo formal no nível discursivo, (2) grau de determinação do referente, (3) tipo semântico-funcional do verbo, (4) faixa etária, (5)

localidade, (6) saliência fônica e (7) tempo verbal. Alguns desses fatores serão retomados posteriormente, na seção 4 deste artigo, quando serão confrontados com os nossos resultados.

Já na norma culta, Freitas e Albán (1986), ao examinarem o uso de *nós/a gente* na cidade de Salvador, constataram que a faixa etária é o fator mais favorecedor da forma *a gente*, sendo os informantes mais jovens os que mais usam essa forma inovadora, na ordem de 79%, ao passo que os mais velhos usam-na na proporção de 65%.

Monteiro (1994: 150), procurando examinar a implementação do uso da forma *a gente* no sistema de pronomes pessoais, realizou uma pesquisa nos inquéritos do NURC, das cinco capitais onde foram gravados os inquéritos do referido projeto, e concluiu que na norma culta ainda não se atingiu o mesmo nível de aceitação que se verifica na fala popular, uma vez que, em seus dados verifica-se que a preferência é de 62% para o pronome *nós*.

3.2. A FORMA POSSESSIVA DA GENTE

Diante do exposto acima, em que se tem um alto índice de ocorrência da forma *a gente* para a referência à primeira pessoa do plural, principalmente na norma popular, espera-se que a forma possessiva *da gente* seja implementada gradualmente no sistema de posse do PB, visto que acreditamos que há uma relação entre o sistema de referência pessoal e o de posse.

Observando os estudos variacionistas sobre a posse referente à primeira pessoa do plural no PB, infelizmente, não tivemos conhecimento de estudos que tenham tomado como amostras o português popular. Já quanto à norma culta, temos os trabalhos de Neves (1993) e Monteiro (1994), que servem como ponto de partida para a nossa análise.

Neves (1993, p. 165) afirma que a posse referente à primeira pessoa do plural tem como forma específica o pronome *nosso* e flexões, pois, em

seus dados, este ocorreu 42 vezes no *corpus* mínimo do NURC, enquanto a forma alternativa *da gente* aparece apenas 5 vezes.² Curiosamente, em sua gramática de usos do português, cuja primeira edição data de 2000, a autora não demonstra esse uso variável.

Monteiro (1994, p. 206) coaduna com a visão da autora, pois explicita que, embora a forma genitiva *dele* seja bem aceita na norma culta como alternativa para a referência à terceira pessoa, outras expressões genitivas, como *da gente* e *de vocês* não parecem ameaçar a forma sintética correspondente. Para o primeiro caso, o autor admite, no entanto, que aquela forma inovadora ocorre infimamente em seus dados (em inquéritos do NURC), criando um paralelismo com a forma *a gente*, e apresenta, entre outros os seguintes exemplos: "*a gente pára aquela vida cotidiana da gente.*" (405. SP. EF. F.II.); "*a gente sempre levava o livro da gente para estudar.*" (231.SSA.DID.F.II.).

Dado o exposto, vê-se que, no que se refere à norma culta, a expressão *da gente* vem se implementando timidamente no sistema de posse no português do Brasil. Na seção seguinte, quando, enfim, será centralizada a discussão do sistema de posse referente à primeira pessoa do plural, no dialeto afro-brasileiro de Helvécia, será evidenciado o comportamento dessa variante em um dialeto do português popular do PB.

4. A ANÁLISE DOS DADOS

Os dados que constituem o *corpus* da pesquisa foram selecionados de 12 inquéritos fônicos do *Projeto Vertentes do Português Popular no Estado da Bahia*, sediado no Departamento de Letras vernáculas do Instituto de Letras, sob coordenação do Prof. Dr. Dante Lucchesi. Esses inquéritos foram gravados no ano de 1994, os informantes foram selecionados de acordo com as seguintes variáveis sociais: idade (jovem, mediana e idosa), estadas fora da comunidade e os dois sexos, com um informante para cada célula.

No estabelecimento da hipótese deste estudo, primeiramente, presumimos que, no passado (início do século XIX, quando se originou a comunidade de Helvécia, com a criação da Colônia Leopoldina), os ancestrais dos informantes que forneceram os nossos dados tiveram como modelo de pronome pessoal sujeito de primeira pessoa do plural, o pronome **nós**, visto que essa era a forma empregada por falantes do português a que esses africanos contataram no seu processo inicial de socialização na comunidade, mas que, posteriormente, essa forma pronominal passou a sofrer a concorrência com a forma analítica *a gente*.

Quanto ao possessivo relacionado ao pronome sujeito **nós**, aventamos a hipótese de que deve ter havido a forma analítica **de nós**, na fala dos primeiros africanos aprendizes da língua portuguesa, pautando-nos no fato já mencionado anteriormente, de que, nos casos de contato entre línguas, geralmente ocorre perda de caso morfológico dos pronomes complementos e possessivos, pois a morfologia é a parte da gramática da língua lexificadora que mais sofre alterações, de modo a ser simplificada, notadamente, no que tange ao processo morfológico da flexão. Assim, no dialeto inicial de Helvécia, devem ter existido construções como: “*Nós trabalha muito*”; “*Essa casa é de nós*”; “*casa de nós é pequena*”. Essa forma com característica marcadamente criouliizante, mais tarde, passou a sofrer um processo de variação com as formas inovadoras *nosso* e *da gente*.

Nesse sentido, contribuiu para a formulação da nossa hipótese o excelente trabalho de Almada (1961), pesquisadora portuguesa que descreveu os principais dialetos crioulos falados nas ilhas do arquipélago de Cabo-Verde. Segundo a descrição da autora, estão presentes nesses falares, formas sintéticas, que se assemelham as formas portuguesas, [nɔsa] e [nose], mas também formas analíticas, numa evidente mistura do sistema de pessoais sujeitos e dos possessivos, conforme as formas [dɔ nɔsa], [di nos], usadas, respectivamente, nos crioulos da ilha São Vicente e de Sotavento, bem como, formas como [noʃ]; [noš] (São Vicente e Santo

Antão) e [nos] (São Nicolau e Sotavento), em que os pessoais: [noʃ]; [noš] (São Vicente e Santo Antão) e [nos] (São Nicolau e Sotavento) fazem o papel de possessivo, pois esses são usados na função de pronome possessivo adjetivo, conforme o exemplo, modificado, de Almada (1961, p. 141): [noʃ Kaza ɐ muʔə sabə]<>(a nossa casa é muito agradável).

4.1. A VARIAÇÃO ENTRE NÓS E A GENTE

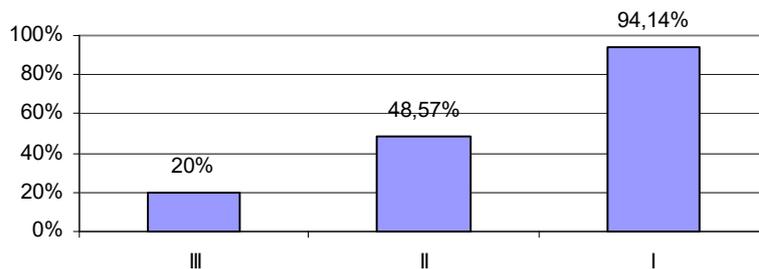
Partindo da hipótese de que os pronomes possessivos estão correlacionados com os pronomes pessoais, procuramos primeiramente investigar como se apresentava no dialeto de Helvécia a implementação da forma inovadora *a gente*, na função sintática de sujeito, cujos resultados encontram expostos na tabela 1:

Tabela 1 - Distribuição das ocorrências de referência à primeira pessoa do discurso no plural (*nós* e *a gente*) na função sintática de sujeito entre as faixas etárias dos informantes de Helvécia – Ba

Faixas etárias	Pronomes sujeitos				
	Nós		A gente		Total
	nº de ocor.	%	nº de ocor.	%	
Faixa I (20 a 40 anos)	15	5,86	241	94,14	256
Faixa II (41 a 60anos)	72	51,4	68	48,57	140
Faixa III (mais de 60 anos)	100	80,0	25	20,0	125
TOTAIS	187	35,9	334	64,1	521

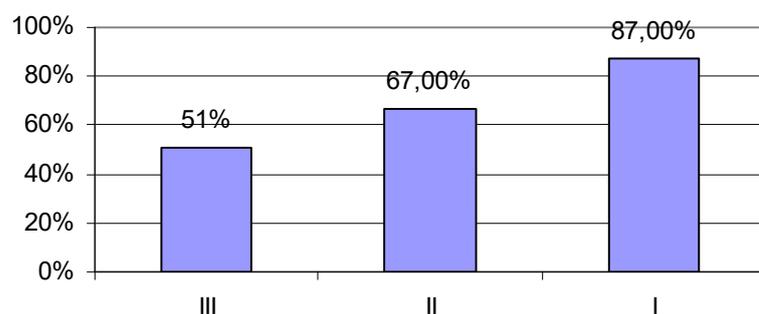
A partir da observação da tabela 1, vemos que a variação em foco encontra-se bem estratificada, indicando um processo de mudança em progresso, já que o ápice da variante inovadora – a forma *a gente* – encontra-se entre os falantes mais jovens, em número bem superior ao uso da forma conservadora *nós*, sendo, pois, um claro processo de mudança, conforme se pode depreender a partir da leitura do gráfico 01, a seguir:

Gráfico 1 - Uso de *a gente*, na função sintática de sujeito, entre as faixas etárias, em Helvécia – Ba



Dos números expostos na tabela 1 e no gráfico 1, constatamos que o uso de *nós* e *a gente*, na função de sujeito, está condicionado ao fator idade, aliás, foi a essa conclusão que chegaram alguns dos pesquisadores que observaram essa variação. Mas, o ressaltamos nesses dados é o quadro de variação bem delimitada no dialeto em questão, principalmente, quando o comparamos com os resultados apresentados por outros autores para o mesmo fenômeno. Omena (1996), por exemplo, ao investigar a variação entre *nós* e *a gente* na função sintática de sujeito, tendo como informantes falantes da cidade do Rio de Janeiro, com escolarização que varia de ensino fundamental incompleto a ensino médio completo (*corpus* do PEUL), encontrou um processo de mudança menos acentuado daquele que se vê em Helvécia, conforme o gráfico 02:

Gráfico 2 - Uso de *a gente* na função sintática de sujeito, entre as faixas etárias, nos dados do PEUL



Ainda comparando os resultados dos dados de Helvécia com o resultados de outros trabalhos, realizados a partir de *corpus* de dialetos urbanos, salientamos que Machado (1995), utilizando a fala de pescadores

do interior do Rio de Janeiro, encontrou um percentual também alto para a forma *a gente*, 73%, mas com valores probabilísticos muito próximos entre as faixas etárias (consoante o gráfico 03). Na mesma direção está o trabalho de Lopes (1999, p.166), realizado a partir de inquéritos do NURC da década de 70 e de 90, uma vez que, os seus dados demonstram um processo de mudança em direção à forma *a gente* no sistema de referência pessoal, mas não tão acentuado quanto no dialeto de Helvécia, pois a autora, ao comparar as duas sincronias, obteve percentuais também não tão acentuados como os de Helvécia (conforme gráfico 04):

Gráfico 03: Distribuição etária de *a gente* na função de sujeito, segundo dados do APERJ

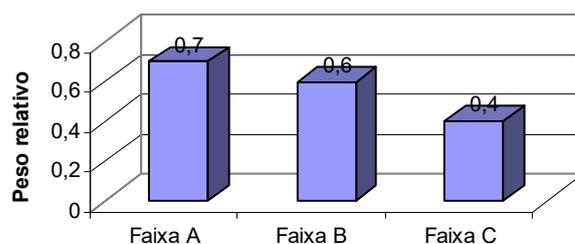
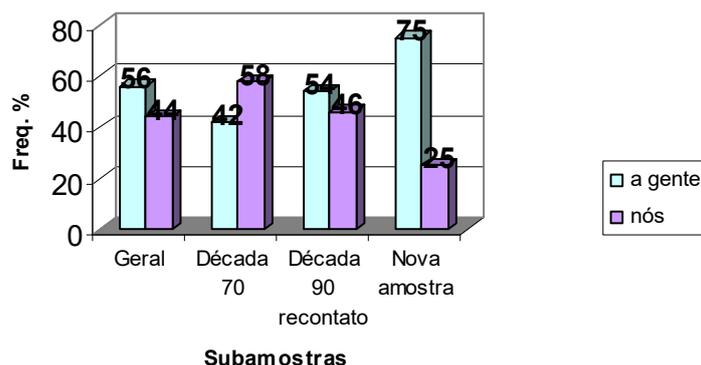


Gráfico 04: uso de *nós* e *a gente* nas diferentes amostras do NURC



Diante dos resultados das referidas pesquisas, postulamos que, no dialeto de Helvécia, a forma inovadora *a gente* é assimilada por meio da adoção de padrões lingüísticos de fora da comunidade, tendo entre os mais

jovens, uso quase categórico; ressaltamos que esses são os menos afetados pelo processo de transmissão lingüística irregular³, devido ao aumento progressivo do contato com pessoas de fora da comunidade, quer seja pelas viagens ou pela diminuição das fronteiras entre o rural e o urbano que marcou, principalmente, as últimas décadas do século passado. Essa inferência permite explicar por que o uso de *a gente*, na função sintática de sujeito, no dialeto de Helvécia, encontra-se com índice percentual mais baixo do que nos outros dialetos, 64%, uma vez que lá se verifica um conservadorismo nas faixas III e II, apresentando índices bastante favorecedores ao uso de *nós*.

Ainda tendo como foco o uso das formas *nós* e *a gente*, investigamos que outras funções sintáticas são exercidas pela forma *a gente*, no dialeto em questão, e constatamos que tais formas podem exercer função de complemento verbal, de adjunto adverbial e adnominal e ainda de complemento nominal, como ilustram os seguintes exemplos, cuja quantificação encontra-se exposta na tabela 2:

- (1) "... *aí fica tudo seno os freguês, amiga... convida **a gente**...*" (HV01 FJN) [Objeto direto];
- (2) "(...) *levô **nós** lá no somitério, mostrô. Jônata, foi: "ô Jônata, cê vai?"*" (HV 20 HVY) [Objeto direto];
- (3) "*Eles dava o tratô **prá gente**...*" (HV04 HJN) [Objeto indireto];
- (4) "*Hoje saiu de madrugada, ainda falô com **nós**, num sei se ela volta (...)*" (HV13 HJN) [Objeto indireto];
- (5) "*É, o caso é esse aí, ta tudo bem **prá gente** INIT.*" HV22 HVN [Adjunto adverbial];
- (6) "... e ôtra, num tem água, **prá gente** fica difícil, porque acostuma secá, né?..." HV01 FJN [Complemento nominal];
- (7) "(...) *A mãe **da gente**, ia tomá conta, ia prá lá e voltava.*" HV20 HVY [Adjunto adnominal];
- (8) "*Verdadêra terra **de nós** é esse lá..*" HV13 FVN [Adjunto adnominal];

Tabela 2 - Distribuição das ocorrências de *nós* e *a gente* em contextos de complementos e de adjuntos entre as faixas etárias dos informantes de Helvécia – BA

	OD/OI/ADV		ADN/CN		TOTAL	
	<i>Nós</i>	<i>A gente</i>	<i>Nós</i>	<i>A gente</i>	<i>Nós</i>	<i>A gente</i>
Faixa I	01 5%	18 95%	- 0%	16 100%	01 3%	34 97%
Faixa II	04 23,5%	13 76,5%	01 12,5%	07 87,5%	05 20%	20 80%
Faixa III	03 33,3%	06 66,6%	02 14,2%	12 85,7%	05 22%	18 71%
Total	08 17,8%	37 82,2%	03 7,9%	35 92,1%	11 13%	72 87%

Frente aos resultados expostos na tabela 2, concluímos que a forma *nós* e *a gente*, no dialeto de Helvécia, fazem o papel, que, na norma culta, seriam preenchidas por pronomes oblíquos e possessivos. Quanto à comparação entre os resultados das duas tabelas, verificamos que, mesmo na faixa etária III, a que apresenta mais ocorrências da forma *nós* para a representação de sujeito, conforme Tabela 1, as funções sintáticas de adjuntos e complementos é realizada predominantemente pela forma *a gente*, ou seja, essa forma foi implementada primeiramente na função de adjunto adnominal e de complemento nominal do que na de sujeito, diferindo dos resultados de pesquisa semelhante realizada por Omena (1996 a), expostos na tabela 3:

Tabela 3 - Distribuição das ocorrências de *nós* e *a gente* em contextos de sujeitos, complementos e de adjuntos entre as faixas etárias dos informantes do PEUL

	OD/OI/ADV		ADN/CN		SUJ	
	<i>Nós</i>	<i>A gente</i>	<i>Nós</i>	<i>A gente</i>	<i>Nós</i>	<i>A gente</i>
Adulto	70/219 32%	149/219 68%	177/221 80%	44/221 20%	609/2063 30%	1454/2063 70%
Jovem/ Criança	3/77 4%	74/77 96%	28/43 65%	15/43 35%	113/638 18%	525/638 82%
Total	73/296 25%	223/296 75%	205/264 78%	59/264 22%	722/2701 27%	1979/2701 73%

A partir dos resultados expostos nas tabelas 2 e 3, em que se pode comparar a implementação da forma *a gente*, nas variedades urbanas e rurais, podemos constatar que nessas ocorre diferente comportamento da variante, com um processo diferenciado de propagação da mudança, pois, enquanto os dados de Omena (1996) demonstram como contextos menos resistente à mudança aqueles em que a forma exerce as funções sintáticas de sujeito e oblíquo, os nossos dados evidenciam um processo contrário, ou seja, a implementação apresentando mais resistência justamente no contexto de função sintática de sujeito. Para melhor se visualizar essa conclusão expomos o quadro comparativo abaixo:

Quadro 3 - confronto da mudança lingüística da forma *a gente* em dados representativos da variedade rural e urbana

Rural	Genitivo > Oblíquo > Nominativo 92,1% > 82,2% > 64,1%
Urbano	Nominativo/ Oblíquo > Genitivo 73%/ 75% > 22%

Podemos afirmar, a partir dessas conclusões que, no processo de formação do Português do Brasil, houve um processo diferenciado de formação de suas variedades, com forte influência do contato entre língua na formação das variedades populares, pois o que esses dados levam a crer é que, no dialeto de Helvécia, naqueles contextos sintáticos “mais gramaticais”, em que se exigiria mais flexão morfológica, a exemplo de uso da forma *nos, conosco e nosso*, o falante opta pela forma *a gente*, conforme os exemplos (3), (4) e (7), embora, no geral, utilizem mais a forma *nós* na função sintática de sujeito.

A verificação exposta acima oportuniza uma interessante contribuição para os estudos sobre a categoria de concordância no Português do Brasil, uma vez que, já foi postulado por diversos autores, entre os quais Cerqueira (1993) e Galves (1998), que uma justificativa para o enfraquecimento da categoria de concordância no PB, entre as quais a perda da morfologia

flexional, seria a introdução da forma *a gente* no paradigma de pronomes pessoais, pois o que vemos no caso do dialeto afro-brasileiro é o uso da forma *nós* (a mais conservadora), na função sintática de sujeito, predominando entre os mais velhos, conforme tabela 1, mas que, mesmo nessa faixa etária, o uso da forma *da gente* como forma possessiva é predominante, conforme tabela 2.

Por conseguinte, ratificamos a proposta de Lucchesi (2002 e 2003) a respeito da realidade lingüística brasileira como um processo bipolarizado, com dois processos distintos de formação, que se refletiria no seu estado atual: um mais próximo ao padrão lusitano e outro que se desenvolveu paralelamente ao projeto colonialista europeu; a segunda variedade seria mais livre da imposição normativa, e com forte influência do processo de aprendizagem precária do português por índios e africanos, estes tendo como objetivo máximo o estabelecimento da comunicação, teriam implementado a mudança naqueles contextos em que se exigiria maiores conhecimentos da estrutura da língua, como, por exemplo, da sua morfologia flexional.

4.1.1 REFLEXOS NO SISTEMA DE POSSE: VARIAÇÃO ENTRE *DE NÓS* / *NOSSO* / *DA GENTE*

O processo de mudança inferido para a expressão de posse referente à primeira pessoa do plural na história do dialeto de Helvécia é o seguinte: a forma *de nós* representa a forma antiga e com característica mais crioulizante; essa forma teria, graças ao processo de ininterrupto e maciço de urbanização da população brasileira nas últimas décadas do século XX, passado a sofrer concorrência com as formas *nosso* (com flexão de genitivo) e *da gente* (decorrente da mudança *nós* > *a gente*), que seriam formas inovadoras, sendo a primeira, a mais padrão.

Dessa forma, expomos a seguir os resultados gerais para a ocorrência das três variantes encontradas, que apresentam uma preferência

de uso à forma *da gente*, como já expomos, diferindo do que afirmam outros estudiosos, a exemplo de Omena (1996, p.191) "A forma *a gente* está começando, porém, a atingir o uso do possessivo na função adnominal, onde ainda predomina o uso de *nosso*". :

Tabela 4 - Distribuição geral das ocorrências das formas *de nós*, *nosso* e *da gente* na comunidade de fala de *Helvécia-Ba*

<i>Da gente</i>	<i>Nosso</i>	<i>De nós</i>
32/54 59%	20/54 37%	2/54 4%

O baixo índice de ocorrência da forma *de nós* é justificável, pois essa forma seria um vestígio da história do dialeto marcada pelo contato de africanos com a transmissão irregular do português. Esse uso original de formas analíticas no sistema de posse, talvez, tenha influenciado a implementação mais rápida da forma *da gente*, (uma forma analítica, também, que estaria em processo inicial de implementação nas variedades urbanas), mas, que na estrutura lingüística do dialeto teria dito encontrado um contexto menos resistente. Assim, em nossa investigação, serão consideradas sentenças com marcação de posse construções como:

- (9) "Porque ***a nossa criação*** que minha mãe me criô num é igual agora". HV09 FMN;
 (10) "E mantê o ... as família ***da gente*** no dia-a dia". HV04 HJN;
 (11) "(...) se papai ***de nós***, governo, num dé esse dinhêro, nós num come". HV3 FVN;
 (12) "(...) A próxima era ... ***da gente***..." HV02 HJY;
 (13) "É sim, fica aí, né, aqui mesmo até ... são ***nosso*** mesmo e (...)" HV12 HMN;

Foram consideradas doze variáveis explanatórias, das quais nove são de natureza lingüística e três, sócio-cultural. Das variáveis averiguadas, tiveram comportamento significativo em favor do uso da forma analítica, *da gente*, as seguintes listadas em ordem decrescente de relevância: a) correlação com o pronome pessoal sujeito; b) paralelismo formal no nível de representação de posse; c) função sintática do SN com o elemento

possessivo; d) natureza da posse, se coletiva ou distribuída; e) sexo; f) faixa etária; g) estada fora da comunidade; g) presença de núcleo no SN e de determinantes. Não foram apresentaram resultados significativos as variáveis referencialidade, se genérica ou específica; traço semântico do possuído; característica da posse: inalienável, material ou abstrata e presença de núcleo por exibirem números de ocorrências muito próximos.

A variável **correlação do pronome pessoal com o possessivo**, revelou que o falante tende a usar a forma de referência possessiva inovadora *da gente* quando também faz uso da forma inovadora de referência pessoal *a gente*. É revelador o uso categórico de *da gente* precedido por *a gente*, com percentual de 100%, fazendo-nos supor que o paralelismo formal no nível discursivo, que condiciona a referência pessoal à primeira escolha do falante, ou seja, o uso de *a gente* precedido por *a gente*, também esteja atuando na referência possessiva. Os resultados da investigação para essa variável explanatória encontram-se expostos a seguir na tabela 5:

Tabela 5 - Formas de expressão de posse referente à primeira pessoa do plural, segundo a variável correlação com o pronome pessoal sujeito

Expressão de referência pessoal	Formas da expressão da posse					
	<i>nosso (a) (s)</i>		<i>da gente</i>		<i>de nós</i>	
	nº.de ocor./T	%	nº.de ocor./T	%	nº.de ocor./T	%
Precedido por <i>a gente</i>	-	-	12/12	100	-	-
Precedido por <i>nós</i>	6/10	60	3/10	30	1/10	10
TOTAL	6/22	27	15/22	68	1/22	5

Intimamente relacionada à variável exposta acima, está a variável **paralelismo formal no nível de referência possessiva**. Postulamos a hipótese de que a primeira ocorrência de uma forma condicionaria as subseqüentes, como nos exemplos que se seguem:

(14) "(...) Vinha embora os trabalho **da gente** e da folga **da gente** que era num domingo, assim, que dava folga (...) HV07 FMY

(15) "(...) são **nosso** mesmo e **nosso** pessoá tudo, mora comigo, né?" HV12 HMN

A hipótese foi comprovada, pois, como se pode depreender a partir da observação da tabela 6, para a primeira menção, os valores percentuais para o uso das duas formas se aproximam entre si e do valor neutro, 50%, ou seja, o falante tanto pode optar por *nosso* ou por *da gente*, com uma leve tendência para o uso desta última; mas, a partir do momento em que define a forma inicial de referência à posse, tende a mantê-la nas próximas orações. Já quanto ao uso da formas sintética, formada pelo possessivo *nosso* e flexões, constatamos que o falante tende a repeti-lo, quando possui em sua gramática e o usa inicialmente, porém, o uso não chega a ser tão categórico como o contexto de precedência de *da gente*. Infelizmente, para a forma *de nós*, não podemos chegar a grandes conclusões no que diz respeito a essa variável, porque as duas ocorrências encontradas estão no contexto de primeira menção, além de serem de número baixíssimo e encontrado em um único informante. A tabela 6 , a seguir, apresenta as ocorrências seguidas dos seus percentuais, que permitem uma melhor visualização da variável:

Tabela 6 - Formas de expressão de posse referente à primeira pessoa do plural, segundo a variável correlação com o pronome possessivo

Expressão de referência pessoal	Formas da expressão da posse					
	<i>nosso(a) (s)</i>		<i>da gente</i>		<i>de nós</i>	
	nº de ocor./T	%	nº de ocor./T	%	nº de ocor./T	%
Primeira menção	17/46	37	27/46	59	2/46	4
Precedido por <i>da gente</i>	-	-	4/4	100	-	-
Precedido por <i>nosso (a) (s)</i>	3/4	75	1/4	25	-	-
TOTAL	20/54	37	32/54	59	2/54	4

Outra variável que consideramos foi **a função sintática do sintagma nominal com a forma possessiva**, cujos resultados estão

expostos na tabela 7. Consideramos a função sintática de todo o SN que contém a referência possessiva; desse modo, o exemplo (16) “*Nossa vida*” é o SN que exerce função de sujeito na oração, do mesmo modo que *da gente*, em (17). Já, em (19), (20) e (21), a expressão *da gente* exerce função de adjunto adnominal. Para melhor compreensão das funções consideradas, expomos os exemplos seguintes:

(16) “***Nossa vida*** tem que sê perdida. Agora, quem qué chorá chora, quem num qué fica assim *ININT*”. HV22 HVN;

(17) “É, Vitória também é ótimo, agora a gente preferia o Rio porque, assim, uma ***da gente*** já mora lá, né?” HV01 FJN;

(18) “Me levaro em casa, era até na casa de uns parente ***da gente*** aí, me levo, aí correu pa chamá carro.” HV03 FJN;

(19) “Num pode ficá saindo só, assim, andando, então a gente tem de fica(r) mais aqui dentro da casa ***da gente*** mehmo.” HV07 FMY;

Tabela 7 - Formas de expressão de posse referente à primeira pessoa do plural, segundo a variável função sintática do SN com a forma possessiva

Função sintática	Formas da expressão da posse					
	<i>nosso(a) (s)</i>		<i>da gente</i>		<i>de nós</i>	
	nº de ocor./T	%	nº de ocor./T	%	nº. de ocor./T	%
SN sujeito	8/18	44	8/18	44	2/18	11
SN adjunto adverbial	5/12	42	7/12	58	-	
Predicativo	3/7	43	4/7	57	-	
SN objeto indireto	1/5	20	4/5	80	-	
SN objeto direto	3/9	33	6/9	67	-	
SN adjunto adnominal	-	-	3/3	100	-	
TOTAL	20/54	37	32/54	59	2/54	4

A conclusão a que chegamos, foi a de que a forma *da gente* é favorecida em todos os contextos sintáticos, excetuando a de sujeito da oração, como nos exemplos (16) e (17), o que sugere que, nessa posição, as formas possessivas vêm sendo empregadas envolvendo a pessoa do discurso, como uma informação conhecida (sabemos que funcionalmente o sujeito é tido como sendo de papel temático, por conter informação conhecida) por isso varia em iguais proporções de ocorrência. Já, no que diz

respeito às outras funções, vemos que as funções de complementos verbais, que veiculam informações novas, são mais altamente favorecedoras das formas analíticas, por serem de característica mais especificadora.

Quanto à variável natureza da posse, se distribuída ou coletiva, cujos resultados estão expostos na Tabela 8; consideramos distribuída aquela em que se tem um ou mais possuído, com possuidores diferentes, para a qual um bom exemplo seria a construção que envolve partes do corpo, conforme o exemplo em (20). Já a posse coletiva diz respeito àquela em que se faz referência a um ou mais possuídos com possuidores em comum, conforme o exemplo (21):

(20) "Aí *ININT* eles prendia a cabecinha **da gente**, aí, assim, ó, sungava aquele vestidinho, ó, cortava no coro". HV13 HMN

(21) "(...) eu, meu marido e o nosso filho fomos para o Rio." (exemplo de Silva, 1982, p. 125)

Tabela 8 - Formas de expressão de posse referente à primeira pessoa do plural, segundo a variável natureza da posse

Natureza da posse	Formas da expressão da posse					
	<i>nosso(a) (s)</i>		<i>da gente</i>		<i>de nós</i>	
	nº de ocor./T	%	nº de ocor./T	%	nº de ocor./T	%
Coletiva	16/35	46	17/35	49	2/35	6
Distribuída	4/19	21	15/19	79	-	-
TOTAL	20/54	37	32/54	59	2/54	4

Como se pode ver, a posse distribuída mostrou-se como contexto favorecedor da expressão analítica, o que, de certa forma, relaciona-se com os resultados expostos na tabela 5, pois quando se tem posse coletiva, o SN com a forma possessiva assume mais característica de sujeito, formando o que a teoria da gramática gerativa denomina de DP; já a forma *da gente* passa a atuar como um especificador de referentes, conforme exemplo (19):

Outra variável que investigamos foi a **presença de determinantes**. Essa variável mostrou resultados interessantes no que diz respeito às

características crioulizantes do dialeto de Helvécia. Partimos da hipótese de que por serem os determinantes de pouca funcionalidade para o estabelecimento da comunicação e de pouca transparência semântico-referencial, essas estruturas, no passado do dialeto de Helvécia, devem ter sido perdidas, de modo que essas não ocorreriam acompanhadas de formas possessivas com características mais crioulizantes. Estaria, nesses casos, atuando o *princípio da coesão estrutural*, postulado por Lucchesi (2000, p.140), segundo o qual existe maior propensão, nos processos de alternância de códigos, à coocorrência de estruturas provenientes de uma mesma gramática numa mesma porção da estrutura da sentença.

Desse modo, seguindo o princípio de coesão estrutural, não devem existir, no mesmo SN, a presença de determinantes e a forma mais conservadora *nosso* (a) (s). Os exemplos (22), (23) e (24), exemplificam o que foi dito acerca dessa variável, pois vemos que a ausência do determinante nos exemplos (22) e (23) é acompanhado de outras ausências, como de flexão de gênero, ao passo que a forma *nossa*, em (24), com flexão de gênero e de marcação de genitivo, é acompanhada do determinante.

(22) "Verdadêra Terra **de nós** é **esse** la'." HV13 FMN;

(23) "rochava em duas dobraØ mas corpo **da gente** ficava toda empoladinha. (...)HV13 FVN;

(24) "A nossa criação foi essa". HV01 FMY

Na tabela 9, apresentamos os resultados encontrados na investigação dessa variável explanatória. A propósito, a nossa hipótese inicial para essa variável explanatória foi confirmada, uma vez que o uso da forma *nosso* (a) (s) é favorecido nos sintagmas em que os falantes utilizam concomitantemente os determinantes, em percentual de 71%. Da mesma forma, o uso da forma analítica *a gente* é favorecido quando se omitem os

determinantes, na ordem de 64%. Já, quanto à forma *de nós*, a mais criouliizante, vemos que ela só ocorreu, em nossos dados, sem determinantes:

Tabela 9 - Formas de expressão de posse referente à primeira pessoa do plural, segundo a variável presença de determinantes

Presença de determinantes (artigos, numerais e demonstrativos)	Formas da expressão da posse					
	nosso (a) (s)		da gente		de nós	
	nº de ocor./T	%	nº de ocor./T	%	nº ocor./T	%
Com determinante	5/7	71	2/7	29	-	-
Sem determinante	15/47	32	30/47	64	2/47	4
TOTAL	20/54	37	32/54	59	2/54	4

As três variáveis sociais consideradas foram importantes para a sistematização da variação. É importante, neste momento, retomarmos algumas das questões comentadas na seção 2 deste trabalho, quando foram expostos os pressupostos teórico-metodológicos da Teoria da Variação. Inicialmente, ressaltamos que, de acordo com esse modelo, deve-se considerar as especificidades da comunidade observada, isto é, averiguar como, de fato, se estruturam as suas disposições históricas, culturais e ideológicas, quer sejam no eixo sincrônico ou diacrônico, evitando, assim, generalizações deslocadas, uma vez que, na Sociolinguística, busca-se investigar o peso de questões sociais na estrutura linguística da comunidade de fala (cf. Lucchesi, 2000, p.281). Por essa razão, teceremos breves comentários sobre essas disposições, à proporção que apresentarmos os resultados da análise das variáveis sociais de nossa pesquisa.

Para uma análise da variável **sexo do informante**, conforme Tabela 11, deve ser lembrado que o *corpus* que utilizamos é representativo de uma comunidade de fala rural semi-isolada e com fortes sinais para um processo de transmissão linguística irregular no seu processo de formação. Dessa forma, o papel desempenhado pelas mulheres na propagação e difusão da mudança, diferirá do que, normalmente, é postulado para comunidades urbanas, como, por exemplo, quando se afirma que as mulheres tendem à

utilização de formas de prestígio, sendo mais sensíveis ao valor social das formas lingüísticas.

Tabela 11 - Formas de expressão de posse referente à primeira pessoa do plural, segundo a variável sexo do informante

Sexo	Formas da expressão da posse					
	nosso (a) (s)		da gente		de nós	
	nº de ocor./T	%	nº de ocor./T	%	nº de ocor./T	%
Feminino	6/27	22	19/27	70	2/27	7
Masculino	14/27	52	13/27	48	-	-
TOTAL	20/54	37	32/54	59	2/54	4

Para uma melhor compreensão da importância dessa variável na sistematização desse fenômeno, deve ser apresentadas as relações sócio-históricas em que se realizam as expressões lingüísticas em Helvécia: Lá, as mulheres encontram-se em situação mais desfavorável ao processo de aquisição de estruturas da língua alvo (que podemos chamar de descrioulizantes), pois, ao contrário dos homens, ficam apenas restritas aos afazeres domésticos e aos cuidados com os filhos. Os homens estão, pois, mais socializados com a comunidade externa, já que são eles que saem para trabalhar nos grandes centros urbanos e para venderem seus produtos agrícolas nas feiras das cidades próximas etc.

A partir do exposto acima, compreendemos os resultados expostos na tabela 11, em que encontramos um comportamento que destoa do inovadorismo das mulheres tendendo às formas padrão. Conforme vemos, as mulheres apresentam menos freqüência de uso para a forma inovadora padrão, *nosso (a) (s)* (a forma com flexão de genitivo), na ordem de 22%. No mesmo sentido está o fato de que as duas únicas ocorrências das formas mais crioulizantes no dialeto, a forma *de nós*, terem sido encontradas em um único informante do gênero feminino, com idade de 85 anos, pertencente, portanto, a faixa III. É importante destacar que essa forma

também é, conforme já expusemos anteriormente, na seção 3 deste artigo, uma forma desprestigiada.

Conseqüentemente, partindo da hipótese de que, na diacronia desse dialeto, argumentamos que a forma *de nós* foi sendo substituída pela forma sintética, na medida em que aumentava a sua relação com o mundo externo; da mesma forma, que a forma *a gente*, em franca expansão nas variedades urbanas entrou na estrutura lingüística do dialeto, principalmente, na função de adjunto adnominal, já que, anteriormente a forma sintética *nosso* não era tão presente no sistema de marcação de posse.

A variável **faixa etária**, melhor ainda, permite-nos projetar historicamente o processo de difusão e propagação da mudança: *de nós/ nosso/ da gente*. Essa análise corresponde à observação de possíveis processos de mudanças lingüística na comunidade de fala, feita através de verificação no chamado *tempo aparente* (cf. LABOV, 1972). Ao considerarmos diferentes gerações de falantes, podemos verificar a covariação sistemática entre variáveis lingüísticas e sociais. Assim, a mudança lingüística é detectada se houver uma maior freqüência de ocorrências de formas inovadoras na fala dos mais jovens da comunidade e a conservação de formas mais antigas na fala dos mais velhos, configurando um padrão ascendente, ao passo que, num processo de variação estável, esse padrão é plano, correspondendo ao uso de formas inovadoras pelas faixas intermediárias. É revelador nesse sentido, em nossos dados, o fato de os jovens utilizarem a forma *da gente*, em um índice de freqüência bastante alto, 80%, indicando um processo de implementação dessa forma, conforme mostra-nos a tabela 12, a seguir:

Tabela 12 - Formas de expressão de posse referente à primeira pessoa do plural, segundo a variável faixa etária do informante

Faixa etária	Formas da expressão da posse					
	nosso (a) (s)		da gente		de nós	
	Nº ocor./T	%	nº de ocor./T	%	nº de ocor./T	%
Faixa I	4/20	20	16/20	80	-	-
Faixa II	10/17	59	7/17	41	-	-
Faixa III	6/17	35	9/17	53	2/17	12
TOTAL	20/54	37	32/54	59	2/54	4

O dialeto de Helvécia, conforme vimos, passou por significativas alterações gramaticais, em virtude da influência do contato do português com línguas africanas presentes na comunidade do começo ao final do século XIX. A preferência pelo uso da forma *nosso (a)(s)* entre os informantes da faixa II, explica-se pelo fato de serem os informantes são os mais afetados pelo processo de urbanização e industrialização do Brasil que caracterizaram a realidade brasileira, daí serem esses que mais apresentam o uso da forma inovadora padrão.

Vemos, de acordo com a tabela 12, que a faixa III apresenta 65% de preferência de uso pelas formas analíticas, mas uma análise acurada dessa variável revela-nos um processo de mudança com duas forças concorrentes, pois ao mesmo tempo em que se implementava a forma *nosso*, implementava-se também a forma *da gente*, conforme gráficos 5 e 6:

Gráfico 05 – Distribuição da forma *nosso* e flexões nas faixas etárias

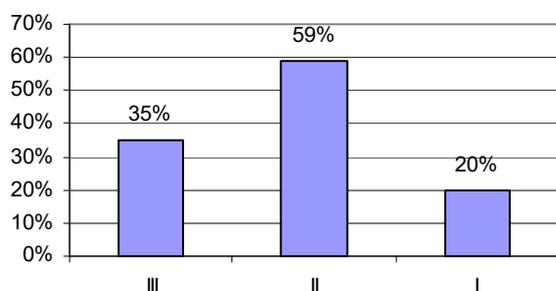
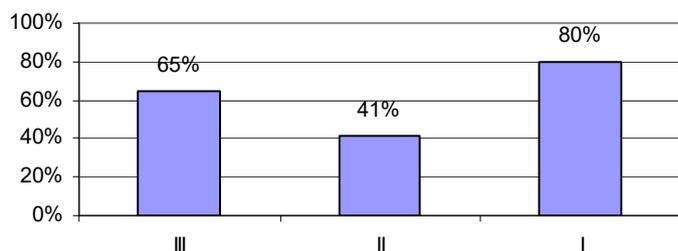


Gráfico 06 – Distribuição da forma *da gente* nas faixas etárias



Assim, vemos um processo em que a forma *da gente* encontra-se em vias de implementar-se no sistema de posse do dialeto, mas que, no passado, essa forma esteve em desvantagem em relação a forma *nosso*, coincidindo com o período em que a morfologia deve ter sido adquirida, evidenciando que realmente existiu um processo de transmissão lingüística irregular, com o uso da forma crioulizante *de nós*.

Os resultados para a variável estada **fora da comunidade** corroboram a nossa hipótese de que o contato com comunidades urbanas tenha afetado a estrutura lingüística do dialeto, pois aqueles informantes que mantiveram contato com variedades urbanas do português apresentaram uma preferência pelo uso da forma analítica formada por com o auxílio da forma *a gente*, incorporando assim uma forma que, conforme vimos iniciou-se fora da comunidade, mas que nessa função de adjunto terá índices percentuais mais altos do que na nos centros difusores. Do mesmo modo, os que não viajaram, embora apresentem maior índice para a forma *nosso*, apresentam um total de 54% pelas formas analíticas, (quando contabilizados com a forma *de nós*) evidenciando que a gramática natural do dialeto tem preferência pelas formas analíticas:

Tabela 13 - Formas de expressão de posse referente à primeira pessoa do plural, segundo a variável estada fora da comunidade

Viagens	Formas da expressão da posse					
	<i>nosso(a) (s)</i>		<i>da gente</i>		<i>de nós</i>	
	nº de ocor./T	%	nº de ocor./T	%	nº.de ocor./T	%
Sim	6/23	26	17/23	74	-	-
Não	14/31	45	15/31	48	2/31	6
TOTAL	20/54	37	32/54	59	2/54	4

5. Considerações Finais

Esperamos ter contribuído para um melhor entendimento sobre a língua portuguesa do Brasil, a qual exibe um claro processo de diferenciação em relação à norma de Portugal, que, acreditamos ter sido originado pelas contribuições de diversos povos que estiveram presentes no processo de formação da nação brasileira.

Quanto ao sistema de posse, vimos que, no que tange à referência à primeira pessoa do plural, o mesmo comporta-se de forma variável, não obstante o que prega a tradição gramatical, ou seja, um sistema em equilíbrio, com uso exclusivo da forma sintética, *nosso (a) (s)*. Esse fato só vem reforçar a fragilidade e o artificialismo das descrições presentes nas gramáticas normativas, pautadas em padrões lusitanos, destoando da norma brasileira, principalmente, no que diz respeito às normas populares.

Vimos que o encaixamento lingüístico da forma *da gente* é determinado por fatores lingüísticos e extralingüísticos, sendo a co-referência com a forma de referência pessoal, o fator que se mostrou mais significativo para o uso dessa forma de indicação de posse. Nesse sentido, foi muito oportuna a investigação que realizamos sobre a implementação da forma *a gente*, no dialeto de Helvécia-Ba, pois encontramos, nessa comunidade de fala, um processo de difusão da mudança lingüística que difere daquele encontrado em outros dialetos urbanos, uma vez que, enquanto naquele a forma *a*

gente encontra o contexto menos resistente na função sintática de adjunto adnominal, a que possibilita o aparecimento da forma *da gente*, nas variedades urbanas, esse é o contexto mais resistente à difusão da forma na estrutura lingüística, já que nessas predominam a forma *nosso (a) (s)*.

Essa diferença encontrada no padrão de comportamento lingüístico das duas variedades do Português do Brasil fez-nos, em consonância com Lucchesi (2000, 2001), considerar a realidade lingüística brasileira constituída de dois subsistemas distintos – uma norma culta e uma norma popular – em que o primeiro se aproxima do modelo ideal de língua que configura a norma-padrão ainda vigente no Brasil, e o segundo compõe a norma falada pelas classes populares das comunidades rurais e urbanas.

NOTAS:

¹ Foi usada a palavra *sexo*, embora, atualmente, alguns autores, a exemplo de Scherre e Naro, utilizem **Gênero**, por acreditarmos que, se para outros ramos do conhecimento, como, a antropologia, a palavra *gênero* mostra-se mais adequada à referência de características sociais e não biológicas, para os estudos da linguagem tal palavra causa ambigüidade, uma vez que a mesma é utilizada no que tange à categoria gramatical.

² É muito interessante um exemplo da autora (*id ibid*, p. 210): “a gente andava de bicicleta, era o esporte predileto nosso”, por permitir se vislumbrar a alternância entre *nós* e *a gente* e sua relação com o sistema de posse. (DID-POA-045:12.208-1209).

³ Tal conceito é discutido com muita propriedade em Lucchesi (1999, 2000 e 2001 e 2002).

Referência Bibliográficas

ALMADA, Maria Dulce de Oliveira (1961). *Cabo Verde*: contribuição para o estudo do dialeto falado no seu arquipélago. Lisboa: Junta de investigações do Ultramar.

BAXTER, Alan; LUCCHESI, Dante (1997). A relevância dos processos de pidginização e crioulização na formação da língua portuguesa no Brasil. *Estudos Lingüísticos e Literários*, 19: 65-84.

CERQUEIRA, Vicente C. (1993). A forma genitiva *dele* e a categoria de concordância (AGR) no português brasileiro. In: KATO, Mary A.; ROBERTS, Ian (orgs.). *Português brasileiro*: uma viagem diacrônica. Campinas: Editora da Unicamp: 129-160.

CUNHA, Celso. (1996). Gramática do português contemporâneo. Belo Horizonte: Bernado Alvares.

FARACO, Carlos Alberto (1982). The imperative sentences in portuguese: a semantic and historical discussion. Tese de Doutorado. University of Salford, UK.

FREITAS, Judith; ALBÁN, M. Del Rosário (1986). *Nós ou a gente? Estudos lingüísticos e literários*. Salvador. Universidade Federal da Bahia, 5: 179-194.

GALVES, Charlotte (1998). A gramática do português brasileiro. *Línguas e instrumentos lingüísticos*, Campinas: Pontes, 7: 79-96.

KATO, Mary A. (1985). A complementaridade dos possessivos e das construções genitivas no português coloquial: Réplica a Perini. *DELTA*, v. 1 e 2: 107-120.

KATO, Mary A. (1993). Recontando a história das relativas em uma perspectiva paramétrica In: KATO, Mary A. e ROBERTS, Ian (orgs.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora da Unicamp: p. 223-261.

LABOV, William (1972). *Sociolinguistics patterns*. 3ª edição. Philadelphia, University of Pennsylvania Press.

LABOV, William (1982). Building on empirical foundations. In: LEHMAN, W; MALKIEL, Y. (eds.). **Perspectives on historical Linguistics**. Amsterdam: John Benjamins: 17-92.

LABOV, William (1994). **Principles of linguistic change**. Oxford/Cambridge: Blackwell Publishers.

LOPES, Célia Regina dos Santos (1999). *A inserção de a gente no quadro pronominal do português: percurso histórico*. Rio de Janeiro: UFRJ, Faculdade de Letras. Tese de Doutorado em Língua Portuguesa. mimeo.

LUCCHESI, Dante (1999). A questão da formação do português popular do Brasil: notícia de um estudo de caso. Feira de Santana. **A cor das letras**, 3: p. 73-100.

LUCCHESI, Dante (2000). *A variação na concordância de gênero em uma comunidade de fala afro-brasileira: novos elementos sobre a formação do português popular do Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ, Faculdade de Letras. Tese de Doutorado em Lingüística. mimeo.

LUCCHESI, Dante (2001). As duas grandes vertentes da história sociolingüística do Brasil (1500-2000). In: *DELTA*, São Paulo, 17:!, p. 97-130.

LUCCHESI, Dante (2002). Norma lingüística e realidade social. In: BAGNO, Marcos (org.). **Lingüística da norma**. São Paulo: Edições Loyola.

MACHADO, Márcia do Santos (1995). Sujeitos pronominais *nós* e *a gente* em dialetos populares. In: *GRAPHOS: revista da Pós-graduação em Letras*. UFPB v. 2: 05-23.

MONTEIRO, José Lemos (1994). *Pronomes pessoais: subsídios para uma gramática do português do Brasil*. Fortaleza: Edições UFC.

NEVES, Maria Helena de Moura (1993). Possessivos. In: CASTILHO, Ataliba Teixeira de (org.). *Gramática do português falado. Volume III: As abordagens*. Campinas: Editora da Unicamp/ FAPESP, p. 149-213.

NEVES, Maria Helena de Moura (2000). Gramática de usos do português. São Paulo: Editora da UNESP.

OMENA, Nelize Pires de (1996). A referência à primeira pessoa do discurso no plural. In: OLIVEIRA e SILVA, Giselle Machline e SCHERRE, Maria Marta Pereira (orgs). *Padrões sociolingüísticos: análise de fenômenos variáveis do português falado na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, p.183-215.

OMENA, Nelize Pires de (1996a). As influências sociais na variação entre *nós* e *a gente* na função de sujeito. In: OLIVEIRA e SILVA, Giselle Machline e SCHERRE, Maria Marta Pereira (orgs). *Padrões sociolingüísticos: análise de fenômenos variáveis do português falado na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, p.309-324.

PERINI, Mário.(1985). O surgimento do sistema possessivo do português coloquial: uma abordagem funcional. *DÉLTA*,1, 1 e 2: p 1-16.

SILVA, Giselle Machline de Oliveira e. (1982). *Estudo da regularidade na variação dos possessivos no português do Rio de Janeiro*. Tese de doutorado. UFRJ.

SILVA, Giselle Machiline de Oliveira e. (1984). Variação no sistema possessivo de terceira pessoa. *Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, 78/79: 54-72.

SILVA, Giselle Machline de Oliveira e (1996). Estertores da forma seu na língua oral. In: Silva, Giselle Machline de Oliveira e; SHERRE, Maria Marta (orgs.). *Padrões sociolingüísticos: análise de fenômenos variáveis do português da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: Editora da UFRJ, p. 171-182.

TARALLO, Fernando (1986). *A pesquisa sociolingüística*. São Paulo: Ática.

Belas e Feras: o conto popular no atendimento psicanalítico da criança queimada

Leila de Oliveira Pinto*

Palavras-chave: recepção literária, psicanálise, criança queimada. Pretendo estudar a recepção de narrativas pertencentes ao conjunto da literatura popular sobre o *noivo-animal*, recolhidas da oralidade baiana e analisadas por Doralice Alcoforado como versões de “A Bela e a Fera”. Acredito que a semelhança com um conto de fadas pode favorecer a recepção pelo público infantil, enquanto o processo de metamorfose, do humano que se transforma em fera ou animal, evidencia certa analogia com as transformações que afetam o corpo das crianças que são vítimas de grandes queimaduras. Suponho que as mudanças corporais podem favorecer a identificação da criança queimada com o animal metamorfoseado; enquanto as tarefas difíceis podem representar os procedimentos terapêuticos e o retorno à forma humana o processo de recuperação e a alta hospitalar. Com base nas teorias literária e psicanalítica, pretendo avaliar se estas narrativas podem funcionar como um instrumento que permita à criança circunscrever sua relação com seus sintomas e questões, consigo mesma e com o outro.

As narrativas orais inscrevem-se no campo da literatura popular, espaço de pesquisa que inicialmente provocou o interesse dos folcloristas, sendo atualmente abordado por diferentes áreas do conhecimento acadêmico, como antropologia, sociologia, lingüística, teoria literária e pela psicanálise. A preocupação em preservar a memória cultural resultou em iniciativas como a do “Programa de Estudo e Pesquisa da Literatura Popular” – PEPLP – iniciado em 1984, no Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia, sob a coordenação das professoras Doralice Alcoforado e Maria do Rosário Albán. O Programa visa recolher, estudar e divulgar as manifestações da poética oral da Bahia que vêm fornecendo subsídios para o desenvolvimento de cursos, monografias, dissertações e teses, publicações e comunicações em Congressos e Seminários.

A análise da estrutura narrativa de 25 versões de contos populares sobre o *noivo-animal* – cuja temática gira em torno do casamento de uma mulher com um animal que recupera a forma humana graças ao amor de sua noiva – recolhidos da oralidade

* Universidade Federal da Bahia (Mestranda)

baiana de 1986 a 1994, resultou em sua identificação como variantes do conto mítico de Apuleio, autor latino do século II, tendo sido estabelecida uma tipologia (Alcoforado, 1997). Constatou-se também que duas versões são recriações inequívocas do conto de fadas "A Bela e a Fera", de Madame Leprince de Beaumont, publicado em 1756, que se tradicionalizou e, através dos séculos, tem sido adaptado para diversos sistemas de signos artísticos, como a literatura infantil, o cinema, a televisão e os musicais, entre outros.

As narrativas orais cumpriram inicialmente a função de entreter os adultos. Posteriormente, à medida que se dedicaram aos mais jovens, foram modificadas para atender exigências pedagógicas, de adaptação moral e social. No entanto, enquanto alguns autores consideram que a possibilidade de visualizar um universo fantástico pode ajudar a criança a separar o mundo da fantasia do real do mundo; outros recomendam a restrição de sua leitura, com o objetivo de restringir o gosto infantil pela vida imaginativa (Warner, 1999). Sugiro então que este impasse teórico, capaz de gerar conseqüências práticas, seja discutido à luz das teorias literária e psicanalítica.

A abordagem psicanalítica (Bettelheim, 1980) considera que a linguagem simbólica dos contos de fadas possibilita à criança manejar medos, compreender e dominar ansiedades particulares a cada etapa do seu desenvolvimento. Neste sentido, estes contos permitem dar forma aos fantasmas infantis, oferecendo a possibilidade de abordar aspectos subjetivos. Através das lutas, provações, transformações e vitórias de personagens encantados que pertencem a um mundo maravilhoso, a criança pode lidar com aquilo que desconhece em si mesma.

Assim, "se nosso medo de ser devorado toma a forma tangível de uma bruxa, podemos nos livrar dele queimando a bruxa no fogão" (Bettelheim, 1980, 151). Ainda que o adulto queira negar, as pesquisas sobre o desenvolvimento da criança e a clínica psicanalítica reconhecem que o universo infantil é povoado por bruxas e fadas,

heróis e vilões, bandidos e mocinhos, monstros e seres perfeitos. A atualidade desses personagens pode ser atestada através de sua permanência no cinema, desenhos animados, vídeos e games que permitem à criança delimitar o seu mal-estar, ao invés de provocá-lo.

Recentemente, alguns psicanalistas têm utilizado contos de fadas no tratamento clínico-hospitalar, em função de sua potencialidade para atuar como um instrumento ludoterapêutico, ao lado do desenho e das brincadeiras infantis. Os estudos sobre a recepção de contos de fadas no espaço clínico (Mengarelli, 1998) possibilitam a reflexão em torno de temas cruciais, como a constituição da subjetividade infantil através dos enunciados de seus personagens, o valor da ficção como meio de abordar as experiências infantis e a relação lógica entre encantamento e desencantamento.

Neste ponto, gostaria de registrar alguns dados obtidos durante o atendimento psicanalítico do menor L.S., sexo masculino, sete anos de idade, hospitalizado no Centro de Tratamento de Queimados, do Hospital Geral do Estado da Bahia, de abril a junho de 2004. Este menino foi vítima de queimaduras de 2º e 3º graus, provocadas durante uma tentativa de produzir fogo com álcool.

Na primeira entrevista, após folhear um livro contendo gravuras de "A Bela e a Fera", o menino pode falar do seu acidente, sobre o qual recusava-se a falar até então, comentando que o touro (a Fera) havia caído de uma montanha e ficado doente. Mais tarde, L.S. contou que provocara o acidente subindo em uma cadeira para apanhar a caixa de fósforos que se encontrava em cima da geladeira, caindo em seguida, após o que produziu fogo utilizando-se de álcool, o que resultou na queimadura e em sua hospitalização.

Portanto, na fala de L.S., a queda aparece associada ao adoecimento, no que diz respeito à Fera e a si mesmo. Alguns dias após ser submetido a um procedimento cirúrgico, afirmou que o touro (a Fera) também precisaria fazer uma cirurgia para voltar a ser como era antes do encantamento. Adiante, pode falar sobre as mudanças

provocadas pela queimadura dizendo que ele também iria “ficar bonito de novo, como aquele príncipe da história”.

Estes dados ilustram o modo pelo qual a recepção do conto de fadas “A Bela e a Fera” permitiu a este menino referir-se ao real de sua história, através da figura e das vicissitudes do personagem principal. A partir do conto, e por meio da fala dirigida à analista, L.S. pode posicionar-se frente ao seu tratamento, às transformações sofridas por seu corpo e à sua participação nos acontecimentos que resultaram em sua queimadura. Portanto, os contos de fadas permitem comunicar não apenas o estado receptivo de maravilhar-se e sentir prazer com o fantástico, mas também o desejo ativo de indagar e saber, o que evidencia a curiosidade pelo real e a conseqüente possibilidade de modificá-lo (Warner, 1999). Assim, a posse de um texto, que supõe a possibilidade de sua leitura, pode transformar o leitor (Lacan, 1998).

Acredito que a semelhança das narrativas sobre o *noivo-animal* com o conto de fadas “A Bela e a Fera” pode favorecer sua recepção pelo público infantil. Por isso, pretendo desenvolver uma pesquisa sobre o efeito da recepção dessas narrativas entre crianças hospitalizadas, vítimas de grandes queimaduras. Desejo avaliar se as transformações corporais provocadas pela queimadura podem favorecer a identificação da criança com a fera ou animal metamorfoseado; se as tarefas difíceis – que fazem parte da estrutura temática destes contos – podem representar os procedimentos terapêuticos, forçosamente dolorosos; e o retorno do animal à forma humana o desejo de recuperação e a alta hospitalar. Pretendo também verificar se a recepção dessas narrativas pode facilitar a abordagem de questões relacionadas ao tratamento e, em caso afirmativo, delimitar a possibilidade de utilizá-las como um instrumento ludoterapêutico.

No Centro de Tratamento de Queimados que funcionará como sede desta pesquisa (Hospital Geral do Estado - HGE) estou

encarregada do tratamento psicanalítico da criança queimada. Os atendimentos são conduzidos por meio de entrevistas com os pais ou responsáveis e sessões de ludoterapia, nas quais utilizo recursos diversificados, apropriados para abordar a subjetividade infantil, como desenho livre, modelagem, brincadeiras e, mais recentemente, a audição de contos de fadas.

É inegável que a brincadeira infantil proporciona à criança uma cota de prazer (Freud, 1908). No entanto, a atividade lúdica também permite à criança associar livremente, enquanto articula o ato de brincar com a sua representação simbólica. Assim, na análise do pequeno Hans (Freud, 1909) o menino, aos cinco anos de idade, pode lidar com uma fobia de cavalos, enunciando e elaborando suas questões em torno de seus desenhos e brincadeiras. Em outra história clínica (Freud, 1918) a formação e o deslindamento dos sintomas do “homem dos lobos” articulava-se com o personagem do lobo – o que lhe valeu o nome – dos contos de fadas “Chapeuzinho Vermelho” e “O Lobo e os Sete Cabritinhos”. Portanto, através de uma modalidade de expressão simbólica, a criança pode circunscrever sua relação com seus sintomas e questões, consigo mesma e com o outro (Chemama, 1991).

Fundamento a utilização clínica dos contos de fadas no diálogo entre as teorias literária e psicanalítica. A teoria do efeito estético da recepção (Iser, 1999) apóia-se no “reconhecimento do papel da consciência na leitura” (Compagnon, 2001, 148). Neste sentido:

Se a análise da literatura se origina da relação com textos, então não se pode negar que aquilo que nos acontece através dos textos seja de grande interesse. Não consideramos o texto aqui como um documento sobre algo que existe – seja qual for a sua forma – mas sim como uma reformulação de uma realidade já formulada (Iser, 1999, 16).

Desse modo, o texto literário é caracterizado por sua incompletude, cujas lacunas o leitor vai preencher em conformidade não apenas com o seu repertório mas também de acordo com o esquema proposto pelo texto (Iser, 1999). Assim, quanto menos um texto aproxima-se da realidade, mais o leitor tem de dar de si para

completá-lo. Suponho que esta premissa também possa ser aplicada aos contos sobre o *noivo-animal*, em função da indeterminação espaço-temporal, das maravilhas e do absurdo que caracterizam seus enredos.

As questões levantadas pelo ato da leitura também são abordadas pela teoria psicanalítica. Os aspectos envolvidos no mecanismo da leitura – visuais, auditivos, cinestésicos, de representação, memorização e interpretação – são influenciados pelo processo primário inconsciente que visa à realização de desejos. O lapso de leitura representa uma “correção” do texto, segundo o desejo do leitor (Freud, 1906). Isto quer dizer que a leitura pode funcionar como um instrumento para abordar as questões do sujeito do inconsciente que insiste na realização de seus desejos:

A predisposição do leitor altera o texto, e, ao ler, introduz algo que corresponde às suas esperanças ou à sua atividade. A única contribuição ao lapso de leitura feita pelo próprio texto é a de fornecer alguma espécie de semelhança na imagem verbal, a qual o leitor pode modificar no sentido que quiser (Freud, 1906, 144).

A troca e o esquecimento de palavras, na leitura do texto escrito ou na narrativa oral, ilustram a estrutura de corte e o instante em que o inconsciente faz seu aparecimento. “O sujeito fica como que ‘atropelado’ pelo significante” (Harari, 1990, 57), na medida em que diz mais do que sabe. Desse modo, o ato falho abala o estatuto de certeza do sujeito (Harari, 1990).

Por outro lado, a natureza do prazer obtido pelo leitor através da leitura relaciona-se com a substituição da brincadeira infantil pelo devaneio da vida adulta e pela obra literária (Freud, 1908). Essa relação encontra-se preservada na língua alemã, que utiliza uma mesma palavra, *Spiel*, para designar jogos, brincadeiras e as peças literárias que podem ser representadas (Freud, 1908).

O fio que norteia essa série aponta para o caminho da realização de desejos como meio de corrigir uma realidade insatisfatória para a criança, o adulto ou o escritor. Portanto, “o desejo utiliza uma ocasião do presente para construir, segundo moldes do passado, um quadro do futuro” (Freud, 1908, 153). O

prazer proporcionado pela leitura pode ser subdividido em prazer estético, formal, mas “a verdadeira satisfação que usufruímos procede de uma liberação de tensões em nossas mentes” (Freud, 1908, 158).

Este modelo também pode ser aplicado às obras que não constituem “uma criação original do autor, mas uma reformulação de material preexistente e conhecido” (Freud, 1908, 157). Assim, Freud estende sua elaboração teórica à literatura popular, aos mitos, lendas e contos de fadas e considera provável que “os mitos, por exemplo, sejam vestígios distorcidos de fantasias plenas de desejos de nações inteiras, os sonhos seculares da humanidade jovem” (Freud, 1908, 157).

O final feliz que caracteriza os contos sobre o *noivo-animal*, pode ser considerado como um equivalente morfológico da realização de desejos. Apesar da variação temática e estrutural do conjunto de contos, o desfecho coincide com a realização de desejos. Por parte da heroína que realiza o desejo de casar-se com um príncipe encantado e por parte do animal que realiza o desejo de retomar a forma humana. Por outro lado, alguns dos desejos realizados pelos personagens apresentam-se em conformidade com o universo cultural do narrador (Alcoforado, 1997), o que evidencia o processo de interação entre narrativa e narrador.

A metamorfose – do humano que se transforma em animal e do animal que se transforma em humano – constitui-se no núcleo dramático central dos contos sobre o *noivo-animal*. A transformação pode ser provocada pelo corte de uma flor, pelo toque ou queimadura na pele do ser encantado, com fósforo, vela ou candeeiro, o que permite estabelecer uma relação de analogia com a situação vivida pela criança queimada. Portanto, considero provável que a recepção destes contos possa favorecer a abordagem do real pela via simbólica da fala, para separar o registro do real do registro do imaginário (Lacan, 1979).

Considero ainda a possibilidade de revitalizar as narrativas orais da tradição popular que na contemporaneidade têm cedido espaço para os jogos computadorizados, vídeos e desenhos animados veiculados pela televisão e delimitar a utilização de um “novo” instrumento ludoterapêutico. As maravilhas e monstruosidades, os heróis transformados em feras, pássaros, bois, teiús ou cobras que retornam à forma humana, criam possibilidades fantásticas em um mundo maravilhoso onde tudo pode acontecer.

Notas e Referências Bibliográficas

- ALCOFORADO, Doralice Fernandes Xavier. *As belas baianas: o feminino no conto popular*. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 1997.
- BETTELHEIM, Bruno. *A psicanálise dos contos de fadas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 3ª ed., 1980.
- CHEMAMA, Roland. “O ato de desenhar”. In: *O mundo, a gente traça*. Salvador: Ágalma-Psicanálise, 1991.
- COMPAGNON, Antoine. *O demônio da teoria: literatura e senso comum*. Trad. Cleonice Mourão e Consuelo Santiago. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.
- FREUD, Sigmund. *A psicopatologia da vida cotidiana* (1906). In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Volume VI. Trad. Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1976.
- FREUD, Sigmund. “Escritores criativos e devaneio” (1908). *Ibid.*, Volume IX.
- FREUD, Sigmund. “Análise de uma fobia em um menino de cinco anos” (1909). *Ibid.*, Volume X.
- FREUD, Sigmund. “História de uma neurose infantil” (1918). *Ibid.*, Volume XVII.
- HARARI, Roberto. *Uma introdução aos quatro conceitos fundamentais de Lacan*. Trad. Marta Okamoto e Luís Gonzaga Filho. Campinas, SP: Papirus, 1990.
- ISER, Wolfgang. *O ato da leitura: uma teoria do efeito estético*. Volumes I e II. São Paulo: Editora 34, 1999.
- LACAN, Jacques. “A ciência e a verdade”. In: *Escritos*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1998.
- LACAN, Jacques. “A carta roubada”. In: *Escritos*. *Ibid.*
- LACAN, Jacques. *O seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Trad. M.D. Magno. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1979.
- MENGARELLI, Jandyra (org.). *Dos contos, em cantos*. Salvador: Ágalma-Psicanálise, 1998.
- PROPP, Vladimir. *Morfologia do conto maravilhoso*. Trad. Jasna Paravich Sarhan. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1984.
- WARNER, Marina. *Da Fera à Loira: sobre contos de fadas e seus narradores*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

CAMINHOS E DESVIOS DA LITERATURA BRASILEIRA

Lorena Grisi*

Palavras-chave: Silviano Santiago, literatura brasileira, antropofagia.

Resumo: Estudo das relações existentes entre a antropofagia proposta no Movimento Modernista e o processo de descentramento cultural que, na literatura contemporânea, é parte do projeto teórico de Silviano Santiago. O ato de deslocar-se para entrar em contato com culturas distintas e, a partir delas, ler a sua própria cultura constitui a literatura brasileira desde a sua reinvenção pelos escritores modernistas.

Este trabalho faz parte do projeto *O escritor e seus múltiplos: migrações*, do setor de Teoria da Literatura do ILUFBA, em sua vertente que aborda a produção do escritor mineiro Silviano Santiago. Neste ano de pesquisa, orientado pela Prof. Dra. Evelina Hoisel, nos dedicamos a fazer o levantamento dos artigos escritos por Silviano Santiago para o *Jornal do Brasil* e para a *Folha de São Paulo* desde 1990 até o encerramento da pesquisa, em julho de 2004. Partindo da leitura desses artigos, escolhemos como temática para a pesquisa as relações existentes entre a literatura modernista e a literatura contemporânea, mais especificamente a presença do elemento antropofágico na produção nacional, e a leitura que dele faz Silviano Santiago.

A literatura modernista propunha-se a fazer uma rearticulação da escrita nacional, questionando a literatura que vinha sendo produzida até então, os padrões eurocêntricos arraigados na produção brasileira e o cânone tradicional. Mário de Andrade via no Modernismo uma forma de reestabelecer a consciência criadora nacional. Apesar do questionamento contundente sobre a presença de valores estrangeiros na cultura brasileira, não houve uma negação absoluta desses valores, mas uma mudança de perspectiva, uma reflexão sobre o seu papel no nosso contexto. É trazida a possibilidade de pensar a literatura brasileira não desvinculada, mas associada à produção européia, aos tradicionais centros

* Lorena Grisi - Universidade Federal da Bahia (Bolsista PIBIC)

de referência cultural, e surge, neste momento, a idéia de antropofagia defendida por Oswald de Andrade, tão estudada na contemporaneidade pelos críticos literários brasileiros – dentre eles, Silviano Santiago. A antropofagia, tal como era vista por Oswald de Andrade, era um meio de, transpondo ideais europeus e dando-lhes uma configuração que se adequasse à realidade nacional, renovar e atualizar a literatura brasileira. Maria Eugênia Boaventura, em *A vanguarda antropofágica*, concebe a aproximação dos escritores modernistas com as vanguardas européias como uma forma de pensar novas possibilidades artísticas, definindo uma nova função da literatura (BOAVENTURA; 1985). Não se tratava, contudo, de assimilar, simplesmente, mais uma tendência artística da Europa, mas de trazê-la para o espaço brasileiro, adaptando-a às contingências locais. O aparente paradoxo existente na importação de idéias européias, justapostas à cultura brasileira, como forma de reconfigurar a escrita nacional, foi determinante na concepção de uma literatura brasileira nova, original e representativa da nossa cultura. Em país sul-americano e, portanto, de passado colonial, era quase impossível desvencilhar-se da produção cultural européia, na medida em que ela é, inevitavelmente, parte constituinte da nossa produção cultural. O que ocorria no Modernismo era a dessacralização do saber tradicional em favor da reelaboração da produção literária (e cultural) brasileira, com o intuito de que ela conquistasse o seu lugar dentro da tradição literária ocidental. Em artigo publicado no *Jornal do Brasil* em 1990, *Elogio da tolerância racial*, Silviano Santiago nos diz da necessidade de absorver o que é exterior para que o Brasil possa se exteriorizar com dignidade:

A consciência nacional estará menos no conhecimento do seu interior e mais no complexo processo de interiorização do que lhe é exterior, isto é, do que lhe é estrangeiro. Aí estão dois tópicos clássicos do Modernismo e do nosso poeta [Oswald de Andrade]: a necessidade de atualização pelo contato com os países desenvolvidos, condição *sine qua non* para a possível produção de bons produtos culturais exportáveis. (SANTIAGO; 1990)

Para Silviano Santiago, o Modernismo, através da ruptura e da posterior reorganização dos padrões literários existentes até então, que eram

reflexo de um passado colonial, acaba por se tornar uma forma de pensar a diferença, de inquirir sobre como se dá a singularidade da cultura brasileira, ao mesmo tempo em somos parte, somos constituídos e somos constituintes de um plano muito maior que é a produção cultural do Ocidente.

O jogo existente entre interior e exterior, entre nacional e estrangeiro, de que estamos tratando, nas palavras de Vera Chalmers em *3 linhas e 4 verdades: o jornalismo de Oswald de Andrade*, "o processo de devoração do discurso alheio" (CHALMERS; 1976), toma o aspecto de invenção de uma língua nova, o idioleto antropofágico. Se podemos dizer que houve uma reinvenção da língua brasileira a partir do Modernismo, podemos dizer também que houve uma reinvenção de códigos, de experiências textuais condizentes com a nova proposta artística. Torna-se fundamental, no Modernismo, por exemplo, a estética da paródia, a deglutição e revisão de textos consagrados e tornados referência da escrita nacional. O processo de devoração a que estamos nos referindo diz respeito não só à apreensão de elementos estrangeiros à cultura nacional, mas a aspectos pertencentes a nossa própria produção e que fazem parte de uma tradição histórica que poderia ter sido relegada ao passado e considerada retrógrada ou conservadora. Daí a importância da paródia oswaldiana, de *minha terra tem palmares*, de efetuar uma releitura da literatura nacional. Daí também o porquê, na contemporaneidade, da estética do pastiche, dos textos de Silviano Santiago, leitor indiscutível do Modernismo e escritor de *Em liberdade*. Se, no Modernismo, percebeu-se a impossibilidade de desvincular-se completamente da produção literária que lhe foi anterior, na literatura contemporânea verifica-se a impossibilidade de desligar-se do Modernismo porque observa-se, mais uma vez, a impraticabilidade de renunciar uma tradição.

Em se tratando de antropofagia, de apreensão do que é exterior, de busca pelo outro, cabe adentrar, neste momento, um tema recorrente não só nos textos teórico-críticos de Silviano Santiago, mas também em sua produção ficcional: o tema da viagem como forma de buscar o que é

desconhecido, mas que pode ser relevante para o nosso contexto cultural. A viagem, para Silviano, é um modo de reflexão, um percurso que conflui para a possibilidade de pensar a cultura do outro em relação à cultura daquele que se desloca.

No que concerne aos escritores modernistas, são inúmeros os textos em que Silviano Santiago se serve das viagens de Oswald de Andrade e Tarsila do Amaral a Paris para discutir sua proposta de releitura da cultura nacional. Em artigo publicado no *Jornal do Brasil* em 1995, intitulado *Atração do mundo*, Silviano menciona que:

No prefácio à *Poesia pau-brasil*, Paulo Prado afirma engraçadamente que Oswald, “numa viagem a Paris, do alto de um ateliê da Place Clichy – umbigo do mundo – descobriu deslumbrado, a sua própria terra. A volta à pátria confirmou a revelação surpreendente que o Brasil existia”. E acrescentava que Oswald tinha descoberto o ovo de Colombo. (SANTIAGO; 1995)

Vale lembrar ainda a importância concedida por Silviano à viagem dos escritores modernistas às cidades históricas de Minas Gerais, que culmina numa reflexão sobre a nossa tradição histórica e é explicitada por Silviano Santiago em textos como *A permanência do discurso da tradição no modernismo*. Rever os monumentos históricos do passado, de acordo com Silviano, permite uma busca pela identidade nacional.

Na ficção de Silviano Santiago também é evidente o seu interesse em se utilizar da viagem como metáfora para o encontro com uma cultura que é exterior. Afinal, não é ele o escritor de *Viagem ao México* e *Stella Manhattan*? Se, no primeiro texto, vemos a realidade latino-americana ser descortinada por um francês da década de 30, no segundo tem-se um brasileiro vivendo naquele que é o atual centro de referência da cultura ocidental, os Estados Unidos da América. Em ambos os textos, vê-se a idéia de deslocamento, de migração, da viagem como modo de questionar paradigmas culturais e propor interseções. A viagem permite a inserção do indivíduo em outros domínios. No caso dos romances de Silviano Santiago, as noções de limite são desconstruídas. Os limites geográficos, os limites do corpo, os limites do saber, todos são deslocados em prol da

percepção de um mundo exterior que pode, e deve, ser absorvido e digerido antropofagicamente. O descentramento que a noção de antropofagia implica é parte fundamental do projeto cultural de Silviano Santiago, por isso a presença tão constante do tema da viagem e da mobilidade em seus textos.

Ângela Maria Dias, em *O vértice do nacional: heterogeneidade da herança histórica e bricolage transcultural*, aponta:

Este diálogo com o cerne da tradição antropofágica do Modernismo brasileiro ao fazer emergir a metáfora da viagem como constante, de uma parte reafirma a histórica inserção periférica do intelectual brasileiro e, de outra, induz à sua interpretação enquanto eterno argonauta, visando a concretizar, pelo deslocamento espacial, o distanciamento temporal necessário ao exame do histórico bifrontismo brasileiro, no amálgama entre as divergentes tradições locais e o cosmopolitismo cultural da metrópole. (DIAS; 2001)

O fato de pensar tão obsessivamente a cultura brasileira em relação aos centros de hegemonia cultural possibilita a Silviano Santiago pensar o seu próprio lugar na produção intelectual brasileira (e latino-americana) contemporânea. O desejo de criar uma literatura nacional que pudesse se colocar no mesmo nível das literaturas estrangeiras da cultura Ocidental e com elas discutir e se afirmar não foi característico apenas dos escritores modernistas. Os escritores contemporâneos, incluindo, evidentemente, Silviano Santiago, nada mais fazem que tentar constituir uma literatura nacional que questione a sua posição frente à uma tradição literária imposta historicamente.

O ato de digerir a cultura alheia traz para o corpo da nossa cultura características que lhe são exteriores, mas que o alimentam e se misturam a nossos elementos intrínsecos, para que assim o corpo se rompa e se metamorfoseie em originalidade, porém permitindo uma identificação. A reavaliação cultural implantada pelos escritores modernistas e que se repete através de críticos e teóricos contemporâneos por meio da contínua busca pelas identidades que compõem o indivíduo pode ainda, numa outra perspectiva de estudo que, neste trabalho, não pretendemos aprofundar, nos levar a pensar a

questão da dependência cultural como parte constituinte da literatura brasileira, tema que também é assunto capital nos textos de Silviano Santiago, podendo-se citar os ensaios publicados em *Vale quanto pesa*. Em debate publicado em *Nas malhas da letra*, Silviano, ao referir-se à paródia como é concebida por Oswald de Andrade, discorre que “o sentido da paródia é você comer o outro para ser mais forte. O pensamento dele [Oswald de Andrade] está muito vinculado, a meu ver, a uma discussão sobre dependência cultural. É uma maneira do Brasil se afirmar pela via oposta à da colonização. (SANTIAGO; 2002)

O interesse de Silviano Santiago pela escrita modernista, tão explicitado em seus ensaios e nos artigos de jornal coletados durante esse trabalho, é bastante explícito e merece uma reflexão. Escritor, crítico e intelectual inserido numa cultura que valoriza o texto literário em sua correlação direta com a realidade em que é produzido, Silviano é, no entanto, fruto de uma geração que, após as primeiras décadas de Modernismo, retomava o contato com uma escrita de caráter esteticizante e que tem em Clarice Lispector uma de suas maiores representantes. Essa nova geração de escritores, aparentemente não politizada - e dizemos aparentemente porque o seu descompromisso apenas não é explícito, mas sua escrita não determina distanciamento da vida local - determinou o interesse de Silviano Santiago em pensar o lugar da literatura brasileira no cenário internacional. Num país com a tradição histórica que o Brasil tem, periférico, marginal, colonizado e subdesenvolvido, tornou-se imprescindível para uma geração de intelectuais, da qual faz parte Silviano, observar como se constitui a nossa produção literária e, num plano mais abrangente, como se configura a nossa produção de cultura.

Referências:

BOAVENTURA, Maria Eugênia. **A vanguarda antropofágica**. São Paulo: Ática, 1985.

CHALMERS, Vera Maria. **3 linhas e 4 verdades: o jornalismo de Oswald de Andrade**. São Paulo: Duas cidades, Secretaria da cultura, ciência e tecnologia do estado de São Paulo, 1976.

DIAS, Ângela Maria. **O vértice do nacional: heterogeneidade da herança histórica e bricolage transcultural**. In: COUTINHO, Eduardo F. (Org.). **Fronteiras imaginadas – cultura nacional / teoria internacional**. Rio de Janeiro: Aeroplano editora, 2001.

SANTIAGO, Silviano. **Atração do mundo**. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 2 dez. 1995. Idéias, p. 5.

_____. **Elogio da tolerância racial**. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 9 set. 1990. Idéias, p. 8-11.

_____. **Nas malhas da letra**. Rio de Janeiro: Rocco, 2002.

CANTANDO ETNICIDADES

Letícia Maria de Souza Pereira*

O presente trabalho é um recorte do material que vem sendo por mim desenvolvido enquanto pesquisadora do **Projeto EtniCidades: história e memória de afro-descendência**, sob orientação da *Profa. Dra. Florentina da Silva Souza*, e tem como objeto discursos do compositor da música popular brasileira e atual ministro da Cultura: Gilberto Gil, analisados enquanto “voz negra” que se constrói no cenário músico-político-cultural do Brasil.

A partir dos anos 60, Gilberto Gil vem dando uma imensa contribuição na construção das identidades afro-brasileiras e apropriação das culturas africanas, apresentando contextos e situações, nas quais são construídos diferenciados sistemas de identificações, ou seja, o compositor vem, através de seu discurso representando, direta ou indiretamente, diferentes aspectos das culturas de origem africana, nas suas mais diversas linguagens seja textual, musical e/ou corporal.

Stuart Hall, no texto “Que ‘negro’ é esse na cultura negra?”(1), percebe no repertório negro três pontos importantes da tradição diaspórica: o **estilo**, em si matéria do acontecimento; a **música**, como espaço possível de discussão em oposição ao mundo logocêntrico e o **corpo**, por vezes o único capital cultural existente. Percebe-se várias abordagens dos aspectos da questão afro-identitária, utilizadas por Gilberto Gil - nas letras de música, entrevistas, depoimentos (temas como a discriminação, religiosidade, mestiçagem, o dia-a-dia do negro); na construção melódica (o ritmo do afoxé, batuques tribais, o samba, a utilização do berimbau); o compositor utiliza ainda seu corpo como “capital cultural”, fazendo de sua roupa e estética parte importante da sua performance, na reconfiguração do imaginário negro e construção de identidade, num

* Letícia Maria de Souza Pereira - Universidade Federal da Bahia (Graduada – voluntária)

processo efetivamente político de afirmação e re-significação das diferenças.

Neste trabalho pretendo discutir como Gilberto Gil relaciona imagens de afro-descendência e caracterização da cidade de Salvador, articulando-as com as tradições africanas e estereótipos sobre os africanos e/ou baianos. O conceito de EtniCidade utilizado para este trabalho, cito Jean William Lapierre, no livro **Teorias das etnicidade** de Philippe Poutignat e Jocelyne Streiff-Fernart,

“não é um conjunto intemporal, imutável de ‘traços culturais’ (crenças, valores, símbolos, ritos, regras de conduta, língua, código de polidez, práticas de vestuário ou culinárias, etc.) transmitidos da mesma forma de geração para geração na história do grupo; ela provoca *ações* e *reações* entre este grupo e os outros em uma organização social que não cessa de evoluir” (2)

Analisando a etnicidade com crença em uma origem comum e como tal *“baseada na atribuição categorial que classifica as pessoas em função de sua origem suposta, que se acha validade na interação social pela ativação de signos culturais socialmente diferenciadores”* (p.141) os autores insistem no caráter relacional e dinâmico do conceito.

Sabe-se que desde o período colonial a textualização no Brasil vem difundindo imagens da cidade de Salvador; no séc. XVII, por exemplo, já se podia ver a representação da cidade do Salvador (colonial) nos poemas de Gregório de Matos, entre outros literatos/intelectuais que deram sua contribuição nos relatos das impressões sobre a cidade herdada de suas culturas e experiências. A cidade, enquanto lugar de transformação e apropriações, é uma realidade viva e pulsante, na qual, são construídas permanentemente “outra cidade” no entrecruzar de histórias. Realidade de constante modificação faz-se necessário uma representação – modo de ser que substitui e concretiza o complexo econômico e social responsável, num dado momento histórico, pelo fenômeno urbano.

Nessa perspectiva, é interessante verificar que é desenvolvida uma certa noção de *baianidade* com a presença ostensiva de alguns atores e agências no cenário soteropolitano, como o mundo publicitário emergente baiano (anos 70); o governo nos níveis estadual e municipal com a Bahiatursa – órgão oficial de turismo do Estado da Bahia – e a Emtursa – órgão de turismo oficial da cidade de Salvador; representantes dos interesses das agências de viagens, hotéis, restaurantes, etc., empenhados na difusão de uma bem elaborada imagem baiana para o Brasil e para outros países. Cito Michel de Certeau:

“Relatos não faltam na cidade, é claro. A publicidade, por exemplo, multiplica as lendas de nossos desejos e de nossas memórias contando-as com o vocabulário dos objetos de consumo. Ela debobina através das ruas e dos subsolos do metrô o interminável discurso de nossas epopéias. Seus anúncios abrem nos muros espaços de sonho...” (3)

A música popular, no Brasil desde os anos 30, é um dos lugares, nos quais a sociedade se manifesta, enfatizando características que elege como nacionais. Este papel, normalmente atribuído à literatura, é apropriado pela Música Popular Brasileira devido à facilidade de difusão nos meios de comunicação de massa e à própria estrutura dos textos, produzidos para serem musicados. A MPB torna-se assim, um veículo importante no qual se dramatizam a vida política, os valores e as relações sociais. Seguindo o pensamento de Stuart Hall (4), podemos dizer que as identidades coletivas nacionais, regionais ou locais são formadas e transformadas no interior de uma larga rede de representações sociais, entre elas, a música.

Importante para esta análise contextualizar Gilberto Passos Gil Moreira como soteropolitano que viveu a infância na cidade de Ituaçu-BA, onde moravam seus pais José Gil Moreira (médico) e Claudina Passos Gil Moreira (professora primária). Em 1951, Gil volta para Salvador e passa a morar com sua tia Margarida – período em

que desenvolve seu interesse pela música e completa seus estudos (chegando à graduação em Administração de empresas). Começa a compor em 1963, e dois anos depois está em São Paulo fazendo teste para empresa Gessy Lever, é aprovado, mas em 1966 passa a viver somente da música. Sua trajetória no circuito musical começa com o disco "Louvação" de 1967 e se mantém até hoje produzindo e fazendo shows, atualmente com o CD "Kaya N'Gan Daya ao vivo" – Warner Music, 2003. O compositor já foi "Doces Bárbaros", "Tropicalista", tocou sertanejo, samba, reggae, xote, rock... Pluralidade estilística que ostenta até os dias de hoje.

Diversas são as letras de Gilberto Gil em que a cidade de Salvador é representada por imagens belíssimas sobre sua natureza, povo, alegria, etc., as músicas "Back in Bahia", "Cidade do Salvador", "Lugar comum", entre outras, ilustram este aspecto. Porém, nesse recorte será analisada apenas a letra da música: "Eu vim da Bahia" do ano de 1965.

"EU VIM DA BAHIA

Eu vim
Eu vim da Bahia cantar
Eu vim da Bahia contar
Tanta coisa bonita tem
Na Bahia, que é meu lugar
Tem meu chão, tem meu céu, tem meu mar
A Bahia que vive pra dizer
Como é que se faz para viver
Onde a gente não tem pra comer
Mas de fome não morre
Porque na Bahia tem mãe Iemanjá
Do outro lado o senhor do Bonfim
Que ajuda o baiano a viver
Pra cantar, pra sambar pra valer
Pra morrer de alegria
Na festa de rua, no samba de roda
Na noite de lua, no canto do mar
Eu vim da Bahia
Mas eu volto pra lá
Eu vim da Bahia
Mas um dia eu volto pra lá." (5)

Na letra em foco, percebem-se algumas referências a símbolos já constituídos no imaginário coletivo sobre Salvador e a sua identidade: as coisas bonitas que tem a Bahia: a terra, o mar, sua paisagem, a música, o samba, a alegria, com alguns problemas, mas que a fé baiana consegue superar. Essas referências encontradas na música, entre tantas outras do compositor em estudo, parece repetir o discurso que vem se propagando sobre a cidade de Salvador desde **O Tratado Descritivo do Brasil em 1587**, de Gabriel Soares de Sousa, quanto à exaltação da natureza. O discurso de Gabriel Soares e dos viajantes estrangeiros, que desembarcaram aqui depois dele, figura como uma das campanhas de publicidade mais eficientes da história. Segue um trecho de umas das suas descrições:

"...senhora desta Bahia, que é a maior e a mais formosa que se salve pelo mundo; assim em grandeza como em fertilidade e riqueza. Porque esta Bahia é grande, e de bons ares, muitos delgados e sadios, de muito frescas e delgadas águas" (6)

Ao colocar a herança étnica africana como referencial da cultura baiana no cenário nacional, Gilberto Gil, na letra em análise, representa o sincretismo baiano: Iemanjá (entidade de religião africana) e o Senhor do Bonfim (entidade da igreja católica); sugerindo uma relação pacífica, em que não haja tensões, nem conflitos. Nota-se um "esquecimento" de que o sincretismo religioso não surge a partir de uma relação amena de intercâmbios, na qual em clima de igualdade hierárquica uma cultura atua sobre a outra; existem muitos embates que perduram até os dias de hoje. Segundo Abdias Nascimento:

"O sincretismo católico-africano decorre da necessidade que o africano e seus descendentes teve de proteger suas crenças religiosas contra as investidas destruidoras da sociedade dominante. As religiões africanas, efetivamente postas fora da lei pelo Brasil oficial, só puderam ser preservadas através do recurso da sincretização" (7)

Direcionada à questão étnica, ainda nas composições e discursos de Gilberto Gil, nota-se uma certa aproximação com o

discurso propagado, nos anos 30, por Gilberto Freyre, a partir de seu livro **Casa-grande Senzala**, na disseminação do mito da Democracia Racial. Segundo Freyre, o processo de miscigenação foi a maneira que os brasileiros descobriram para escapar dos problemas raciais que os atormentavam.

“Os pretos e os pardos no Brasil não foram apenas companheiros dos meninos brancos nas aulas das casas-grandes e até nos colégios; houve também meninos brancos que aprenderam a ler com professores negros. A ler e escrever e também a contar pelo sistema de tabuada (...) Foi ainda o negro que animou a vida doméstica do brasileiro de sua maior alegria (...) A risada do negro é que quebrou toda essa apagada vil tristeza em que se foi abafando a vida nas casas-grandes” (8)

Contextualizado Gilberto Gil nesse campo de entendimento, cito uma outra linguagem, que não sua poesia cantada:

“Eu pessoalmente, como negro, não sei. Quer dizer: não sou um cara incluído no que se chama ‘consciência da nacionalidade negra’. Na verdade, nunca senti o problema da marginalização do negro. Nunca fui obrigado a uma tomada de consciência das diferenças entre negro e branco: digo tomada de consciência visceral. Não me sensibilizo muito com isso porque sempre fui, no Brasil, uma pessoa pertencente à classe media alta e sempre tive acesso às coisas de brancos, amarelos, pardos, azuis tem.” (9)

Atribuí-se hoje alguns estereótipos baianos, por exemplo, da preguiça, à responsabilidade de Gilberto Gil na popularização dessa imagem de teor racista, como afirma Elisete Zanlorenzi, doutoranda da PUC – Campinas, se referindo aos artistas da Bahia (acrescentando ainda Dorival Caymmi e Caetano Veloso):

“Eles desenvolveram esse discurso para marcar um diferencial nas cidades industrializadas e urbanas. A preguiça aí, aparece como uma especiaria que a Bahia oferece para o Brasil”

Outro interessante discurso é o de Gato Preto, compositor que se coloca em outro campo de sentido na seleção de imagens da Bahia que representa. Ele publica na revista *Caros Amigos*, seu texto/canção “A Bahia que Gil e Caetano não cantou” na qual se apresenta enquanto negro, cronista, nascido em Ilhéus e se propõe a

ser um “guia diferente” da Bahia. Seguem trechos do texto, para ilustrar e suscitar novos questionamentos e desdobramentos na continuidade desta pesquisa ainda em processo:

“Iludidos, vê só quem chegou
Podem me chamar de Gato Preto, o invasor
Vou mostrar a Bahia que Gil e Caetano nunca cantou
Bahia regada a sangue real
Que jorra com intensidade em época de carnaval
(...)
Não falo da beleza, da Barra, Pituba, Pelô
De praias lindas, de Porto Seguro, Ilhéus, Salvador
Da praça Castro Alves, Mercado modelo, Elevador
Da história de mãe menininha, mãe Dulce e dona Cano
Não falo da moça bela nas ondas do mar que Caymme narrou

Relato o sofrimento da escravidão no negro nagô
Da política perversa que o meu povo escravizou
Lembro da lavadeira, do lavrador
Do velho Chico e do pescador
(...)
A intenção é mostrar a verdadeira cara da minha terra
Sem inverdades, maquiagens, cenas de novela
Desculpa pelas rimas pobres, poesias rústica
Mas essa é a Bahia que Gil e Caetano não canta em suas músicas.”

Percebe-se na letra do músico e escritor Gato Preto, Altino Jesus do Sacramento, que embora predomine certo conjunto de imagens sobre a Bahia, sua voz dissonante se interessa em ressaltar aspectos “esquecidos” dos embates culturais que se travaram e se travam ainda hoje nas relações culturais e étnicas que ocorrem nas ruas, nas escolas, na mídia, enfim no dia a dia de uma cidade tão múltipla, diversa e cheia de contrastes.

Fredrik Barth em **Grupos Étnicos e suas fronteiras** ao destacar a impossibilidade de apreensão total dos traços culturais, já que a diversidade étnica pode existir na ausência de traços comum, propõe que se é possível estabelecer a delimitação estrita de uma comunidade através da cultura (entendida como um conjunto de traços objetivos), a questão não é mais estudar a maneira pela qual os traços de uma cultura estão distribuídos, mas a forma como a diversidade étnica é socialmente articulada e mantida.

O conceito de EtniCidade que utilizo não é fechado em si, apresenta diversas conotações e se apresenta de maneira diferenciada em diversas ocasiões. A EtniCidade é construída a partir de circunstâncias e interesses, em que os vínculos étnicos são buscados ou pensados em termos das estratégias de obtenção de poder, a partir de lembranças e esquecimentos, estrategicamente organizados. Esse estudo preocupa-se em formular questionamentos aos discursos de Gilberto Gil enquanto voz de negro e soteropolitano convivendo com as tensões discursivas e práticas de sua vivência étnica na cidade do Salvador.

- (1) HALL, Stuart. Da diásporas: identidades e mediações culturais. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 1997:11.
- (2) POUTGNAT, Philippe. Teorias de etnicidades. Seguindo de Grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth/ Philippe Poutgnat, Jocylyne Streiff-Fenart. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.
- (3) CERTEAU, Michel de. Caminhadas pela cidade. In: A invenção do cotidiano, vol. 1, RJ: Vozes, 1996.
- (4) HALL, Stuart. Identidades culturais na pós-modernidade, 1997: 53
- (5) FRÓES, Marcelo & RENNÓ, Carlos. Gilberto Gil: Todas as letras. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- (6) SOUSA, Gabriel Soares de. Tratado descritivo do Brasil em 1587. Recife: Massagana, 2000.
- (7) NASCIMENTO, Abdias. O Brasil na mira do Pan-africanismo. 2002:161.
- (8) FREYRE, Gilberto. Casa-grande Senzala. RJ: Record, 1989.
- (9) RISERIO, Antonio (org). Expresso 2222. 1982: 41.

RESUMO:

A partir dos anos 60, segundo Silviano Santiago, "... a música passa a ser o espaço 'nobre', onde articulam, são avaliadas e interpretadas as contradições sócio-econômicas e culturais no país...". A música popular brasileira passa a ser um veículo importante de manifestação da sociedade e de legitimação de discursos. É nesse importante período que surge no cenário brasileiro: Gilberto Gil, compositor da Música Popular Brasileira e atual Ministro da Cultura, que vem, ao longo de sua carreira músico-político-cultural, reconfigurando o imaginário baiano quanto à questão da(s) identidade(s) do afro-descendentes – através da música, performance, depoimentos e entrevistas. O presente trabalho, a partir de algumas letras selecionadas, se propõe a discutir como Gilberto Gil relaciona imagens de afro-descendência e caracterização da cidade de Salvador. É sabido que desde o período colonial a textualização no Brasil vem difundindo imagens da cidade de Salvador e articulando-as com as tradições africanas e estereótipos sobre os africanos e/ ou baianos. Deste modo, discuto no trabalho as tentativas do discurso hegemônico na Bahia de aceitar/recusar nas suas reconfigurações identitárias elementos destas tradições.

PALAVRA CHAVES: Etnicidades; Salvador/BA; Gilberto Gil; Literatura comparada; Música popular brasileira;

Construções negativas no português falado em Salvador

Rerisson Cavalcante de Araújo *

Resumo

Este trabalho descreve as construções negativas sentenciais no português falado da cidade de Salvador, tomando por *corpus* inquéritos experimentais do Projeto ALiB, realizados com informantes com dois níveis diferentes de escolaridade e pertencentes a duas faixas etárias, conforme metodologia da Geolingüística. O interesse pelo tema se justifica pela variação existente no português brasileiro (PB) entre várias estratégias de negação, ligadas a intenções discursivas diferenciadas. O foco principal está sobre as estruturas que apresentam um elemento negativo final, que se constituem variantes inovadoras do PB. O suporte teórico para a análise sintática do fenômeno vem da Teoria da Gramática Gerativa.

Palavras-chave: sintaxe, negação, sentenças negativas, variação, português brasileiro.

0. Introdução

O português brasileiro (PB) apresenta diferenças em relação à construção de frases negativas, pela variação existente entre três estratégias de negação sentencial, que têm sido estudadas por diversos pesquisadores como um fenômeno de mudança sintática em curso, em que um padrão de negação pré-verbal estaria sendo substituído por um padrão pós-verbal, tendo como estágio intermediário uma estrutura frasal com dupla (marcação) negativa, conforme (1a-c):

- (1) (a) **Num** sei. (NEG1)
- (b) **Num** sei **não**. (NEG2)

* Rerisson Cavalcante de Araújo - Universidade Federal da Bahia (graduando em Letras Vernáculas, bolsista PIBIC de fevereiro de 2002 a julho de 2004). Orientador: Suzana Cardoso.

(c) Sei **não**. (NEG3)

A literatura costuma fazer referência constante a um fenômeno semelhante ocorrido na língua francesa, que desenvolveu diacronicamente um segundo marcador negativo (*pas*) que, originalmente elemento opcional, sem traço negativo inerente, mas de uso enfático, assimilou o traço [+NEG] e passou a co-ocorrer obrigatoriamente com o marcador pré-verbal *ne* – que perdeu a possibilidade de negar a sentença de modo independente e hoje pode até mesmo ser omitido no francês coloquial.

Segundo alguns autores, a variação existente no PB indicaria um processo de mudança do mesmo tipo ocorrido no francês. A variação fonética *não* / *num* **apenas em posição pré-verbal** seria um indício de uma semelhança funcional / categorial entre os marcadores negativos do português e do francês:

- Dentro de uma abordagem gerativa, os marcadores pré-verbais *num* e *ne* costumam ser vistos como elementos clíticos que se adjungem ao verbo em sua subida para a posição de núcleo da flexão (IP) e os marcadores pós-verbais *não* e *pas* como elementos lexicais plenos que ocupariam (ao menos em francês) a posição de Especificador (Spec) da categoria negativa, mas não se moveriam, resultando sua posição pós-verbal. (vide VITRAL, 1999; FONSECA, s/d).

- Dentro do paradigma funcional, a pronúncia *num* sinalizaria um enfraquecimento da partícula, uma “erosão fonética”, que conduziria a um reforço enfático através da partícula final⁽¹⁾, que sofreria gramaticalização, sendo reanalisada como elemento obrigatório.

Ainda segundo uma abordagem funcional, é possível identificar contextos pragmáticos e discursivos específicos de uso dos três

padrões: NEG1 ligada a contextos de negação neutra, em que se nega uma afirmação; NEG2 à negação de uma pressuposição, com quebra de expectativas do interlocutor, em que se tem uma função de atenuação e "manutenção da face"; e NEG3 a respostas curtas a perguntas e pedidos de informação / serviço. (RONCARATI, 1996)

Atentando para os resultados de pesquisas que apontam para a maior ocorrência de estruturas como (1b e 1c) em regiões nordestinas, o trabalho tem como objetivo realizar uma descrição do dialeto soteropolitano com relação aos padrões de negativas sentenciais, a partir de dados de fala real.

Nosso interesse particular está sobre as estruturas NEG2 e NEG3 e sobre item pós-verbal, por considerarmos a necessidade de compreender os dois marcadores negativos do PB como elementos funcional/categorialmente distintos, que apresentam, portanto, distribuição diferenciada e funções próprias.

1. Metodologia

A pesquisa foi realizada com dados de quatro inquéritos experimentais com aplicação de questionário específico, pertencentes ao *corpus* do Projeto Atlas Lingüístico do Brasil (ALiB), com informantes naturais de Salvador, de acordo com a metodologia estabelecida para o Projeto.

O questionário do ALiB é composto por três (sub-) questionários que abordam diferentes níveis de análise lingüística: (i) Questionário Fonético-Fonológico; (ii) Questionário Semântico-Lexical; e (iii) Questionário Morfossintático, além de temas para discurso semi-dirigido, questões de pragmática, perguntas metalingüísticas e leitura de um texto previamente selecionado.

O tipo de inquérito se mostra proveitoso para a análise do fenômeno em foco, pois possibilita a coleta de dados de dois tipos de elocução, a saber, um contexto de interação pergunta-resposta, que tem se mostrado o mais passível de variação das estruturas

negativas, e outro de discurso livre, em que predomina a negação canônica, pré-verbal, vista como estrutura não-marcada.

Para o confronto com dados de outras áreas, utilizamos os resultados dos estudos de CARDOSO (1979) sobre o dialeto rural de Guararu, Sergipe; RONCARATI (1996) sobre o dialeto cearense; FURTADO DA CUNHA (1996; 2000) sobre a fala de Natal; e de ALKIMIM (1999), sobre uma comunidade negra isolada de Minas Gerais.

Os dados foram catalogados de acordo com as estruturas apresentadas em (1a-c), que seguem os rótulos dados por Schwegler (apud RONCARATI, 1996):

- NEG1 para a negação canônica, com a configuração [Neg V];
- NEG2 para a variante com dois marcadores [Neg V Neg];
- NEG3 para a estrutura com apenas um marcador final [V Neg].

2. Resultados

2.1 Frequência das estruturas negativas

Apesar da variação existente entre as três estruturas negativas no PB, os trabalhos dedicados ao tema constatam a superioridade estatística da ocorrência da estrutura NEG1 sobre NEG2 e NEG3, mesmo em dialetos nordestinos ou rurais:

(i) No dialeto cearense, Roncarati (1996) encontra 73,5% de sentenças com NEG1 contra 20,8% e 5,6% de NEG2 e NEG3, respectivamente. A autora identifica as leituras de quebra de expectativas e de pressuposições do interlocutor nas estruturas NEG2 em oposição a NEG1, que marca uma negação neutra, e associa NEG3 a contextos sintáticos de elipse de argumentos verbais, tanto internos quanto externo, além cláusulas absolutas – sem coordenação ou subordinação de outras sentenças. Ainda segundo a autora, o pacote de programas VABRUL não selecionou nenhum fator

social como condicionante da variação.

(ii) O trabalho de Alkmim (1999) sobre a variação em comunidades com história de possível crioulição encontra em 77,1% de NEG1 contra 21,1% e 1,7% de NEG2 e NEG3 em Mariana. Em Pombal, os números apresentam alguma diferença, mas que, entretanto, não se mostra significativa: 64,2% de NEG1 contra 31,3% e 4,3% de NEG2 e NEG3. Seus resultados apontam, contudo, para um processo de mudança, com os informantes jovens realizando estruturas NEG2 com maior freqüência do que os de outras faixas etárias e com o aumento da escolaridade dos informantes desfavorecendo o processo.

(iii) Em trabalho anterior com dados da cidade de Salvador, em contexto específico de interação pergunta-resposta (ARAÚJO, 2003), encontrei 68,1% para NEG1 contra 25,9% e 5,8% de NEG2 e NEG3, números que não se distanciam dos resultados dos outros trabalhos. Entretanto, ao separar as sentenças de acordo os tipos de frase ou proposição (resposta, não-resposta e interrogação), identifiquei uma distribuição bem diferenciada, com redução significativa de NEG1 em contexto de respostas diretas (43,72% *versus* 45,42% de NEG2). A chamada “dupla negação” chega a superar, portanto, a negação canônica, embora os números não apresentem larga vantagem. Entretanto, podemos compreender melhor a natureza do fenômeno se observarmos que, do total de 141 estruturas NEG2, 134 delas (95%) se encontram nesse contexto, enquanto NEG1 apresenta-se relativamente bem distribuída pelos contextos de resposta, não-resposta e interrogação.

Dos resultados dos estudos, podemos concluir que, embora característica do PB, a estrutura NEG3 possui uma freqüência

bastante restrita mesmo na conversação espontânea, não superando o percentual de 5% dos dados totais. NEG2, por outro lado, se mostra bem mais produtiva, com números que, se não chegam a “ameaçar” a superioridade de NEG1, permitem identificar nessa um padrão concorrente de negação, ao menos em contextos discursivamente marcados.

Os novos dados analisados para esse trabalho reúnem os seguintes índices:

Tabela 1: tipo de sentenças negativa por inquérito – valores e percentuais

Inquérito	NEG1	NEG2	NEG3	Total/iqt.
I	38 (29,68%)	81 (63,28%)	9 (7,07%)	128
II	92 (85,18%)	14 (12,96%)	2 (1,85%)	108
III	48 (62,33%)	20 (25,97%)	8 (10,38%)	77
IV	93 (48,94%)	88 (46,31%)	9 (4,73%)	190
Total/estr.	271 (53,87%)	203 (40,35%)	28 (5,56%)	503

NEG2 apresenta um percentual ligeiramente superior ao dos trabalhos anteriormente analisados, inclusive da própria localidade, com 40,35% contra 53,87% de NEG1. Já os números para NEG3 não apresentam novidade. Entretanto, para além da quantificação das estruturas, interessou-nos neste trabalho a caracterização das estruturas superficiais das sentenças que apresentam o marcador negativo final, seja em concordância negativa com o marcador pré-verbal ou outros itens de polaridade negativa ou quantificadores negativos ⁽²⁾, seja como único elemento a determinar o traço NEG na sentença.

2.2 Padrões estruturais de sentenças negativas com marcador final

a) Num + V + não

Num sei **não**⁽³⁾.

Num escutei **não**.

Não, **num** lembro **não**.

b) Adv-N + V + S-inf⁽⁴⁾ + não

Nun... **nunca** ouvi falar **não**.

c) N'V⁽⁵⁾ + SN + não?

Né o redemoinho **não?**

Né aguaceiro **não?**

Né corcunda **não**.

Barraca. **Né** barraca **não?**

d) Num + cl⁽⁶⁾ + V + não

Num me lembro **não**.

Já, já, mas **num** me lembro **não**.

Eu sei, mas **num** me lembro **não**.

e) Adv-Neg + V + não

Não, (inint) **nunca** vi **não**.

Não, **nunca** via **não**.

f) Num + cl + V + SN + não

Ah, **num** me lembro o nome **não**. [p. 1b]

Mas **num** me lembro o nome agora **não**.

g) Num + V + SN + não

Eu **num** sei nome **não**.

Minha cozinha **num** tem chaminé **não**.

Eu **num** tenho medo **não**.

O pessoal fala que **não** é pistoleiro **não**. É profissional.

g') Num + V + SN pesado + não

Eu num sei, porque eu **num** faço muita diferença de penca para cacho **não**.

Eu **num** tenho intimidade com o campo **não**.

h) Num + cl + V + Adv + SP-obl⁽⁷⁾ + não

Num me lembro mais disso **não**.

i) Num + V + S.obj⁽⁸⁾ + não

... mas ele **num** gosta que chame pistoleiro **não**.

Num sei como que é **não**.

j) Num + loc-V⁽⁹⁾ + não + S.adv-causal

Já vi, mas **num** vou dizer **não**, que eu tô com vergonha.
Pra mim, eu **num** sei **não**, porque o que eu comprava pra
minha mãe era maracujina.

k) Num V + não + SN-od

Cê **num** viu **não**, a reportagem na televisão.

Com relação a essa estrutura, em que o SN objeto se encontra em posição posterior ao marcador pós-verbal, é necessário salientar seu caráter marginal nos dados analisados e, possivelmente, no PB em geral, ocorrendo apenas em situações de pausa antes do complemento, o que parece indicar que se trata de uma situação de “pensamento posterior”, em que se teria, em realidade, um objeto direto elíptico (uma categoria vazia *pro*) na posição entre o verbo e o *não* ⁽¹⁰⁾.

l) Num + V + SP (P + S.inf.) + não

Não, que eu num viajo constantemente... de avião, aí **num** dá pra ter medo **não**.

m) V + SN + não

Encheu a paciência **não**.

n) Adv-neg + V + SP + não

Ah, eu num sei que bichinho é gruda isso não. **Nunca** grudou em mim **não**.

o) Num + V-mod. + S-inf. + conec. + S.inf + não

Num pode passar pra outra e retornar pra essa **não**?

p) Num + V + S.obj (... + S.rel. ⁽¹¹⁾) + não

Ah, eu **num** sei que bichinho é que gruda isso **não**.

q) Num + V + S.inf (V + OI + SN) + não

A cabra sem o chifre, eu **num** sei dizer a você isso aí **não**.

2.2 Realização fonética do marcador pré-verbal

Outro aspecto da negação no PB que tem chamado a atenção de alguns pesquisadores (RAMOS, 1997; MATA, 1999) é a realização fonética do *não*, que, *unicamente em posição pré-verbal*, ocorre freqüentemente como *num*, variação que tem sido discutida tanto como um fenômeno próprio, em que o item estaria passando por uma mudança fonética ou categorial, passando a um elemento clítico, quanto como uma suposta motivação para o surgimento dos padrões negativos alternativos do PB.

Ramos (1997), investigando o estatuto clítico do item, encontrou percentuais de 52,33% (258/493) da realização dita enfraquecida *num* contra 47,66% de *não* e argumenta em favor de uma mudança em progresso no dialeto belorizontino.

Mata (1999), analisando a fala de João Pessoa, atesta números mais expressivos para a pronúncia *num*: 86,68% (1920/2215) contra apenas 295 casos de *não*. Ambas as autoras apontam para a relevância dos fatores faixa etária e escolaridade, que, quanto mais elevadas, mais inibem a "redução" fonética.

Cardoso (1979) encontra no dialeto rural de Gararu (SE) uma terceira possibilidade de realização fonética, *nom*, que se assemelha a uma das formas variantes encontradas nos registros escritos do português arcaico. Ao contabilizar as ocorrências **gerais**, obtém 41,47% para *num*, 55,45% para *não* e apenas 3,08% de *nom*. Entretanto, indica que a existência de uma pausa em seguida reduz as possibilidades para apenas a forma *não*. Retirando dos números fornecidos tais contextos, temos a distribuição de 59,22% para *num* versus 36,77% para *não* e 4% para *nom*. A autora também identifica contextos fonológicos de favorecimento e desfavorecimento das variantes.

Embora não estivesse nos objetivos primeiros do trabalho, a freqüência da realização *num*, percebida no decorrer da transcrição dos dados, pareceu indicar que tal pronúncia seria quase categórica

no dialeto soteropolitano, fato que justificaria um tópico da descrição. Os números são apresentados na tabela 2 abaixo:

Tabela 2: realização do não pré-verbal

Tipo de negativa	Num	Não	Total
NEG1	217	30	247
NEG2	178	4	276
Total	395 (92,08%)	34 (7,92%)	429

Os dados apontam uma situação qualitativamente distinta da variação *não / num* em Salvador. Enquanto em Belo Horizonte e João Pessoa (além de Gararu) existe uma clara concorrência entre as duas realizações, permitindo uma análise em termos de fatores condicionadores no modelo da Teoria da Variação, o quadro no dialeto soteropolitano demonstra uma imensa superioridade da pronúncia “reduzida”, que apresenta índice de 92,07% contra os reduzidos 7,92% de *não*.

Levando-se em consideração apenas os dados de sentenças com NEG2, temos um resultado ainda superior: 97,8% de *num* nessas sentenças contra 88,85% em NEG1.

3. Análise dos dados

Já em trabalho anterior, defendi que os dois marcadores negativos devem ser vistos como elementos categorialmente distintos, porém não nos mesmos termos dos itens *ne* e *pas* do francês. A meu ver, o *não* pós-verbal do português se distingue claramente do *pas* por uma série de fatores.

Primeiramente é necessário considerar a origem distinta dos dois elementos. Enquanto o nosso marcador é formalmente semelhante ao marcador pré-verbal, *pas* é uma partícula sem valor negativo que assimilou tal traço por seu uso repetido em construções

enfáticas. Esse argumento não é forte em si para justificar o que se postula aqui. Entretanto, existem argumentos de natureza sintática.

Os dois elementos possuem distribuição claramente distinta nos dois idiomas. *Pas* aparece sempre em *posição pós-verbal contígua* ao verbo, resultante da subida do verbo para o núcleo da flexão (IP) e aparece *antes do verbo* se este for infinitivo, caso em que o verbo não é alçado em francês (*ne pas* V-infinitivo). No PB, o marcador pós-verbal ocorre sempre após os argumentos internos do verbo, sejam estes sintagmas nominais, preposicionais ou mesmo sentenças ⁽¹²⁾, de natureza direta, indireta ou circunstancial, conforme demonstram os padrões (f), (g), (g'), (h), (i), (l), (m), (n), (o), (p) e (q) da seção 2.2.

(g') mostra, inclusive, que mesmo um SN pesado, que pode facilmente sofrer "deslocamento à direita" para aliviar a memória do ouvinte, pode ocorrer antes do *não*.

Em locuções verbais também, a distribuição é completamente diferente nas duas línguas: *pas* se coloca entre os dois verbos da locução, gerando a estrutura (V-auxiliar *pas* V-principal), enquanto o *não* não apresenta qualquer diferença em relação ao seu comportamento "pós-argumental".

A existência de complementos após o *não* pós-verbal é mínima e restrita a casos de pausa, em que o sintagma parece estar, em realidade, além dos limites da frase, como um recurso do falante para especificar a categoria vazia que preenche a posição argumental, em virtude do processo atual de mudança que está fazendo do PB uma língua de objeto nulo.

O *não* pós-verbal ocorre também após adjuntos adverbiais, temporais ou locativos. Já as sentenças subordinadas em função adverbial parecem poder ocorrer tanto antes quanto após o *não*, mas com clara tendência para se seguirem ao marcador, como é o caso das *causais*, conforme (j) em 2.2.

Nossa idéia fundamental para a compreensão dos marcadores

negativos no PB é que existe uma oposição, ou melhor, distinção categorial entre, de um lado, o marcador pré-verbal e, de outro, o *não* pós-verbal e o *não* inicial absoluto, em (2).

- (2) (a) **Não**, nome da estrela **num** sei **não**.
[absoluto ou inicial] [pré-V] [pós-V]

São características do *num* ⁽¹³⁾:

(i) posição fixa em relação ao verbo, ou seja, ao elemento sobre o qual tem escopo;

(ii) é fonologicamente dependente de uma outra palavra lexical, ou seja, comporta-se como elemento clítico;

(iii) e atribui seu escopo à direita;

(iv) não está em oposição equípolente com nenhum outro morfema (uma frase como “*Maria sim viu o que aconteceu*” é agramatical se *sim* estiver modificando o verbo e não enfatizando o sujeito)

Já o *não*, seja pós-verbal ou inicial absoluto, possui as seguintes características:

(a) ocorre antes de pausa;

(b) é uma palavra lexical independente, ou seja, possui acento lexical, não se comportando como clítico;

(c) atribui seu escopo à esquerda e

(d) pode ocorrer em oposição a outros morfemas com sentido positivo ou afirmativo, como *sim* ou *é*, conforme (3):

- (3) (a) CIR.: Rouge é francês.
INF.- **É**, rouge é francês.

Com relação à característica (c), podemos verificar pelos exemplos em (4), que o *não* inicial não tem escopo negativo sobre a frase que introduz, pois esta pode ser tanto afirmativa quanto negativa. Seu escopo recai sobre a frase dita pelo interlocutor, sendo um juízo de verdade ou concordância sobre o dito anteriormente.

- (3) (a) **Não**, só conheço riacho.
- (b) **Não**, são diferentes.
- (c) **Não**, é rótula mesmo.
- (d) **Não**, num lembro não.
- (e) **Não**, nunca via não.
- (f) **Não**, nome da estrela num sei não.

Sob esse aspecto, podemos aproximar os itens inicial e final, reunindo-os em uma única categoria, distinta do item pré-verbal *num*. Enquanto esse seria um operador negativo, realização da categoria funcional NegP, aqueles aparentam possuir um valor adverbial, sendo possivelmente modalizadores, elementos que expressam um posicionamento do falante em relação ao que é / foi dito.

Dessa forma, podemos compreender a variação entre as três estruturas de negativas sentenciais, que é condicionada pelo contexto pragmático, como resultante de três combinação possíveis de um operador negativo e um modalizador negativo em uma sentença, *dentro do domínio IP*. Essa restrição é necessária para excluir o *não* inicial absoluto do cômputo, uma vez que este não nega a sentença que introduz, devendo, desta forma, estar numa posição extra-sentencial, acima de IP ou mesmo de CP, conforme a representação arbórea em (5).

Nesse sentido, a variação fonética *não* / *num* em posição pré-verbal pode ser vista como um processo de diferenciação entre as duas categorias distintas, uma vez que a distinção entre os elementos

operador negativo que efetua uma negação neutra sobre o sintagma verbal e outro traço de uma categoria adverbial, modalizadora ou atitudinal.

Nesse sentido, a variação *num / não* pode ser evidência dessa distinção categorial, em a realização fonética *não* em posição pré-verbal é que se constituiria inovadora, possivelmente adquirida pela escolarização ou pelo contato com falantes de normas cultas urbanas, ao menos em dialeto que trabalham com as três alternativas de negação sentencial.

Assim, outros aspectos que poderiam ser objeto de investigação dizem respeito à caracterização de dialetos rurais, preferentemente isolados e com história de possível crioulização, a partir de falantes sem escolaridade, não somente com relação à variação NEG1 x NEG2 e NEG3, mas também à cliticização do *não*.

5. Referências

- ALKMIM, Mônica G. R. (1999). *Ação de dois fatores externos no processo de mudança em negativas sentenciais no dialeto mineiro*. Trabalho apresentado no II Congresso Nacional da ABRALIN: UEFC.
- ARAÚJO, Rerisson Cavalcante de. (2003) *Variação das estruturas negativas na interação pergunta-resposta*. In: 55ª REUNIÃO ANUAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA, 2003, Recife.
- CARDOSO, Suzana. (1979). *Processos de negação no dialeto de Guararu (Sergipe)*. Salvador: UFBA. Dissertação.
- FONSECA, Hely D. Cabral. (s/d) *Marcador negativo final no português brasileiro*. Mimeog.
- FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica. (1996). Gramaticalização dos mecanismos de negação em Natal. IN: VOTRE, S. J. et al. (orgs). *Gramaticalização do português do Brasil: uma abordagem funcional*.

Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro / UFRJ.

FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica. (2001) O modelo das motivações competidoras no domínio funcional da negação. *DELTA*, vol.17, no.1, p.1-30.

FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica. (2000). Variação e mudança no domínio funcional da negação. *GRAGOATÁ*, Niterói, n. 9, p. 155-170, 2. sem.

MATA, Ariadne Costa da. (1999). *A variável da negação na comunidade de João Pessoa*. XVI JORNADA DE ESTUDOS LINGUISTICOS – ANAIS. Fortaleza: UFC/GELNE. Vol. I, p. 344-347

RAMOS, Jânia. (1997). *A variação entre "não" e "num" na fala dos belorizontinos: um caso de mudança lingüística*. Trabalho apresentado no I Congresso Nacional da ABRALIN: UFAL.

RONCARATI, Cláudia. (2000) A gênese das variantes da negação. *GRAGOATÁ*, Niterói, n. 9, p. 171-191, 2. sem.

RONCARATI, Cláudia. (1996). A negação no português falado. IN: MACEDO, A.T.; RONCARATI, C.; MOLLICA, M.C. (orgs). *Variação e discurso*. São Paulo: Tempo Brasileiro.

RONCARATI, Cláudia. (1997). Ciclos aquisitivos da negação. IN: MACEDO, A.T.; RONCARATI, C.; MOLLICA, M.C. (orgs). *Variação e aquisição*. São Paulo: Tempo Brasileiro.

VITRAL, Lorenzo. A negação: teoria da checagem e mudança lingüística. *DELTA*, fev./jul. 1999, vol.15, no.1.

¹ A variação entre as estruturas de negativa sentencial no PB suscita ainda outras questões interessantes, particularmente com relação à discussão da origem dessas variantes, que se situa dentro da controvérsia sobre a formação do PB: a hipótese da crioulização prévia ou da deriva secular.

² Nunca, ninguém, nenhum(a), nada.

³ Todos os itens com traço negativo, inerente ou não, estão destacados em negrito.

⁴ S-inf: sentença infinitiva.

⁵ N' V: "não" em contração com o verbo.

⁶ CL: clítico.

⁷ Sintagma preposicionado em função de complemento oblíquo.

⁸ Sentença em função de complemento (objeto direto ou preposicionado superficialmente)

⁹ Locução verbal.

¹⁰ A retomada do complemento e de outros itens argumentais em posição “pós-sentencial” seria um “sintoma” de um sistema gramatical que passa, ao mesmo tempo, por uma mudança paramétrica de *objeto realizado* para *objeto nulo* e de *sujeito nulo* para *sujeito realizado*.

¹¹ S-rel.: sentença relativa.

¹² Em Araújo (2003), encontrei *mas eu **nunca** me preocupei em fazer essas coi... em perguntar essas coisas **não***. Neste texto, confira também dados da seção 2.2.

¹³ Optamos pela representação do marcador pré-verbal como **num** para diferenciar as duas partículas.

DE PASSÉ A CANDEIAS: UMA VIAGEM ATRAVÉS DO VOCABULÁRIO

Autora: Rosinês de Jesus Duarte

Orientadora: Célia Marques Telles

INTRODUÇÃO

De Passé a Candeias, passando por São Francisco, Brotas e outros pequenos lugarejos que constituem a região de pesca do Recôncavo, o Mar é a paisagem predominante, e inspirou Arthur de Salles a escrever a maior parte de sua obra. Homem de origem humilde viveu sua infância entre as pequenas cidades e vilas do Recôncavo e a Cidade da Bahia. De todos os lugares do Recôncavo, Passé é, confessadamente, o seu preferido: "Amo este pedaço de terra humilde e pobre, pátria de minha mãe e túmulo de meus avós" (Salles, Arthur. *Passé*). A vila escarpada de Passé, distrito de Candeias, situada numa região costeira, é eleita pelo poeta como centro de sua obra regional. No conto *Passé*, ele diz: "Alli diante o livro misterioso e profundo da natureza aprendi a amar a liberdade e a poesia" (Salles, Arthur. *Passé*).

As influências geográficas, econômicas, folclóricas, deixaram traços distintivos na escrita do autor que se mostra um admirador do autóctone, um homem arraigado nas coisas de sua terra; fato que é revelado principalmente através do vocabulário, no sentido de que este é o reflexo da sociedade que o utiliza. Afrânio Coutinho (COUTINHO, 2001:1353) afirma que o regionalismo existe quando uma obra é localizada numa região determinada e dela retira sua substância real. Fundamentado em George Stewart, afirma ainda que, num sentido largo, toda obra de arte é regional quando tem por pano de fundo alguma região particular ou parece germinar intimamente desse fundo. Estritamente, para ser regional, uma obra de arte não somente tem que ser localizada numa região, senão também retirar sua substância real desse local. Arthur de Salles retira do Recôncavo para sua obra elementos que faz dessa região singular: o povo, a natureza, a língua, os costumes.

É difícil vencer o fascínio do céu, do mar, da vegetação de um costeiro recortado de aproximadamente 200 quilômetros, de uma região cuja extensão em linha reta é de 70 quilômetros da Barra Falsa à Vila de São Francisco da Barra de Sergipe do Conde. Arthur de Salles conhecia os costumes, as lendas e os fatores econômico-sociais que o caracterizavam. Em carta a Durval de Moraes descreve a sua visão do Recôncavo:

Venho de percorrer trechos do Reconcavo, numa abalada de quinze dias. Taboleiros desenrolados, numa recordação de deserto, solitários, sob a fulgência abrazadora do sol; estreitos caminhos de areia fofa escondidos sob ramagens arenaes, mattas de arvores augustas, altíssimas frondes verde-negras, dando à paisagem aspectos graves; regatos, corregos, tremulos fios de prata promanando [sic] entre folhagens sorridentes; rios de margens escavadas pela eversão das ultimas enchentes rollando aguas murmuradas, ora claras, limpidas, ora escuras carreando ainda os restos dos galhos e das raizes arrancadas. (PR-EP-CO-OM-071: 0427-XE: 01-04/JM)

Sendo assim, pretende-se neste estudo caracterizar vocabulário da região pesqueira do Recôncavo a partir de alguns textos de temática regional do poeta Arthur de Salles.

METODOLOGIA

Para esta pesquisa, selecionou-se cinco textos do poeta, os quais têm como temática os mistérios, a beleza, a profundidade do mar. Eles foram analisados a fim de fazer um breve estudo sobre o léxico que os constitui e fazer uma comparação com o vocabulário de *Sangue-mau* clímax de sua obra de temática regional. Dos textos estudados, três não têm títulos, por isso, tomou-se a primeira frase como elemento identificador, tal como está na dissertação de Célia Tavares (TAVARES, 1986: 32) no capítulo *A prosa de Arthur de Salles*, sendo: *Ao Mar!*, *Mar confidente*, “Tudo no mar é poesia”, “O mar é o refletor do céu” e “O grande poeta francez”. Após a recolha das lexias pesquisou-se em quatro dicionários contemporâneos a Arthur de Salles, a saber: Antonio de Moraes Silva (SILVA:1922) Cândido Figueredo (FIGUEREDO: 1973), Domingos Vieira e Laudelino Freire. Visando maior clareza dos resultados obtidos, elaborou-se um pequeno glossário no qual as

lexias estão divididas por grupos associativos que são: *Cores que refletem a paisagem; A paisagem; Embarcações; Características do mar* e, por último *Expressões ligadas às crenças, tradições e frases feitas*.

RESULTADOS

Segundo Stephen Ullmann (ULLMANN, 1964: 249) nenhum lingüista argumentaria seriamente que o vocabulário é amorfo, sem qualquer norma ou organização. Tal afirmação iria de encontro à própria natureza da mente humana. Todas as palavras estão cercadas por uma rede de associações que as ligam com outros termos. Sendo assim, os vocábulos dos contos estudados estão ligados por uma rede associativa na qual o mar é o centro, por isso todas as lexias utilizadas pelo poeta terão uma relação direta ou indireta com o mar. Sendo o léxico, numa perspectiva cognitivo-representativa, a codificação da realidade extralingüística interiorizada no saber de uma dada comunidade lingüística (VILELA, 1995: 13), pode-se falar em um léxico que caracteriza uma dada comunidade. Assim, tal como a realidade do local proporciona o tema ao poeta Arthur de Salles, dessa mesma realidade emerge um vocabulário peculiar que foi empregado pelo poeta em sua obra e em suas cartas (ao amigo Durval de Moraes e aos seus familiares). Sendo ele "mais um" dentro daquela comunidade, como pode ser comprovado nas cartas e em algumas obras, utilizava o vocabulário corrente do Recôncavo, principalmente da Zona de pesca.

O VOCABULÁRIO DE PASSÉ A CANDEIAS

Cores que refletem a paisagem:

Lexia	Verbetes	Contexto
Afogueado	adj. Embraseado. Vermelho, corado. Que tem cor de fogo; avermelhado	Ver o sol, no fim da tarde, no occaso <i>afogueado</i> , a esconder-se no mar (OMRC)
Alvadio	adj. Quase branco; esbranquiçado. Cinzento-claro.	E vinda hoje quando vemos o triangulo <i>alvadio</i> , o quadrangulo de velas de um brigue (TMP)
Brancura	f. qualidade do que é branco.	...vae vendo rebentarem na proa a flor das ilhas, a <i>brancura</i> das costas (OGPF)
Crepuscular	Adj. Relativo ao crepúsculo.	Fugi repeso de ter violado o colóquio entre aquela retransida e o grande mar marulhento, <i>crepuscular</i> . (MC)
Dealbar	v. t. Tornar branco, branquear. V. i. Alvejar, mostrar-se branco.	...por onde passa a orchestra abafada das procelas, o grito dos pampeiros, a surdina dos luars e o <i>dealbar</i> das bonanças. (AM)
Fulvido	adj. Fulvo e luzente. Que tem cor de oiro.	...lá embaixo elle se desfaz em <i>fulvidos frócos</i> de espuma (OGPF)

A Paisagem

Lexia	Verbetes	Contexto
Costa	f. Costela. Declive, encosta. Praia, litoral; região à beira-mar. <i>Bras.</i> Margem do rio. <i>Bras.</i> Zona marginal de qualquer região, mata ou planice.	... de <i>costa</i> em costa, de praia em prais, de penedia em penedia, entre arrecifes e entre areiaes... (AM)
Enseada	s.f. curvatura, recôncavo da costa marítima, pequeno porte onde as embarcações se podem abrigar; pequena baía.	Todo elle, amanhã, cantará, na faixa risonha dessa <i>enseada</i> em festa... (AM)
Espumejante	Adj. Que espumeja	Na grandeza e na magestade do seu aspecto, no refervilhar <i>espumejante</i> de suas vagas. (AM)
Fragosa	Adj. Cheio de fragas, ou fraguras, altibaixos	... guiei meus passos para a <i>riba fragosa</i> . (MC)
Lugarejo	s.m. pequeno lugar. aldeia.	Certo dia, à trardinha, em certa praia do <i>logarejo</i> de pescadores (MC)
Nevoenta	adj. O mesmo que enevoadado. <i>Fig.</i> Obscuro; pouco compreensível.	... na tarde <i>nevoenta</i> , ao crepúsculo, como que surgem dos horizontes do tempo (TMP)
Penedia	s.f. aglomeração de penedos, rochas, fraguado.	... de costa em costa, de praia em praia, de <i>penedia</i> em penedia, entre arrecifes e entre areiaes... (AM)
Planura	s.f. Plano , planice	...exsurgem do fundo glauco e dansam sobre a plenura ondulante (AM)

Promontorio	m. Porção de terra elevada que, entrando pelo mar, forma saliência acima do nível das águas	Das vilas Phenicia ao <i>promontório</i> de sagres ella foi o symbolo do poderio e da riqueza (TMP)
-------------	---	---

Embarcações

Lexia	Verbetes	Contexto
Baleeira	s.f. navio comprido, estreito e veloz, empregado na pesca de baleias.	Passam as guigas, as baleeiras, as canoas, na anciã da corrida (AM)
Batel	m. Barco pequeno, canoa. <i>Pesc.</i> Embarcação que, que na arte de xávega, transporta o peixe.	Um batel, vela sem vida porque o vento é morto... (OMRC)
Brigue	m. Embarcação, que difere da barca em não ter o mastro de mazena.	E o mar como se enche de galeras, de naos, de <i>brigues</i> e caravelas desdobrando o velame (TMP)
Canoa	f. Pequena embarcação. Frigideira, em forma de canoa. Banheira comprida	Passam as guigas, as baleeiras, as canoas, na anciã da corrida (AM)
Flotinha	s.f. (náut.) pequena frota, esquadilha.	... entre os sorrisos das tuas ondas e das tuas espumas, a flotinha galharda e ligeira da mocidade bahiana. (AM)
Guiga	s.f. barco ligeiro de 7 a 8 metros de comprimento, muito estreito e leve, que serve especialmente para regatas.	Passam as guigas, as baleeiras, as canoas, na anciã da corrida (AM)
Jangada	f. Série de embarcações chatas, ligadas umas às	Uma <i>jangada</i> , numa tarde, com a sua vela branqueando

	outras. Leve construção, em forma de grade, que serve para transporte por mar ou rio.	nas ondas... (TMP)
--	---	--------------------

Característica do mar

LEXIA	VERBETE	CONTEXTO
Marulhar	v.t. que marulha. Rel. a marulho.	Há qualquer de carícia e de perdão no seu largo <i>marulhar</i> nocturno (MC)
Marulhento	P. Ded. Adj. Relativo a marulho. Agitado.	Fugi repeso de ter violado o colóquio entre aquela retransida e o grande mar <i>marulhento</i> , crepuscular (MC)
Pressuroso	Adj. Apressado, não vagaroso.	... nossa boca ele esconderá, <i>pressuroso</i> , no concavo de sua onda (MC)
Regaço	s.m. o saco, que faz a saia, ou roupa. <i>Fig.</i> O lugar médio; o lugar de repouso, ou estado de descanso.	Se uma lagrima cair dos nossos olhos ele guardará no seu <i>regaço</i> onde dormem as suas perolas e os seus mistérios. (MC)
Remansosa	Adj. O mesmo que remansado. Quieto, tranqüilo. <i>Fig.</i> Vagaroso, tardo. Descansado, sossegado, pachorrento; que não causa fadiga.	Essa enseada remansosa, amanhã, nos recordará um pedaço da praia jonia... (AM)

Expressões ligadas às crenças, tradições e frases feitas

LEXIA	VERBETE	CONTEXTO
Andar de boca em boca	exp. pop. Ser motivo de comentários	"Quero ouvir, se viver, feliz e prazenteiro,/teu nome andar de boca em boca no costeiro." (SM, p. 187, v. 719)
Andar de rasto	exp. pop. Estar, achar-se na miséria.	"Caieira, Zé Ventura <i>anda mesmo de rasto</i> ." (SM, p. 115, v. 93; p. 241, v. 1149)
Aos trancos e aos sacões	exp. pop. Cambaleando	"...a igreja,/Voz do céu, abençoa/...aos que se vão, quando a noite negreja,/Aos <i>trancos e aos sacões</i> numa frágil canoa..." (SM, p. 110, v. 60; p. 180, v. 697)
Apanhar o rasto	exp. pop. Cortar a sorte, o destino de alguém, tornando-o, assim, desgraçado.	" <i>Apanharam meu rasto e jogaram no mar</i> ." (SM, p. 193, v. 782; p. 194, v. 784 p. 194, v. 789)
Canoa presa à praia deste amor	sent. fig. Estar, desde sempre, apaixonado por alguém	"Meu coração foi sempre uma <i>canoa presa à praia deste amor</i> ." (SM, p. 229, v. 1042-3)
Canto da coruja	s. m. Mau presságio	"Meu sangue é como o <i>canto da coruja</i> ." (SM, p. 230, v. 1061)
Cousa-feita	Feitiço	Não, não precisa mais...Você tem coisa-feita. (SM, p. 193, v.374)
Deitar-se com o diabo	exp. pop. Fazer pacto com o diabo que, como consequência, estende-	"Quem foi esse avô que dormiu com a desgraça?/ou

	se por diversas gerações	essa minha avó que se <i>deitou com o diabo?</i> " (SM, p. 234, v. 1105)
Sangue-mau	s. m. Diz-se do sangue de certas pessoas que, segundo a superstição, causa infelicidade, desgraça e ruína aos que convivem com elas.	" <i>Sangue-mau!</i> ... O maior inimigo da gente." . (SM, p. 117, v. 116)

PALAVRAS FINAIS

O mar e a "riba fragosa" de Passé são descritos através de um vocabulário que denota o conhecimento do poeta acerca da literatura universal; no entanto a *vila escarpada*, os pescadores, as superstições e as lendas permeiam os textos. Palavras saltam aos olhos do leitor, pois falam de coisas da terra, da gente, da paisagem de um lugar específico, lhe possibilitando delimitar o mapa lingüístico de Passé a Candeias. O autor fornece ao léxico geram da língua uma "graça festiva", através da inserção de um vocabulário *sui generis* que caracteriza a região do Fundo da Baía.

REFERÊNCIAS

- BRANDÃO, Maria de Azevedo (Org.). 1998. *Recôncavo da Bahia: sociedade e economia em transição*. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado.
- CAMARA JUNIOR, J. Matoso. 2002. *Dicionario de lingüística e gramática*. Petrópoles: Vozes, 24 ed.
- CARDOSO, Suzana Alice Marcelino et al. 2000. *O Léxico rural: glossário. Comentários*. Salvador: EDUFBA.
- CARVALHO, Rosa Borges Santos. 2001. *Poemas do mar de Arthur de Salles: edição crítico-genética e estudo*. PPGLL/ UFBA/ ILET. Dissertação de Mestrado orientada pelo Prof.º Nilton Vasco da Gama.
- COUTINHO. Afrânio. 2001. *Enciclopédia da literatura brasileira*. São Paulo: Global. Vol I e II.
- FIGUEREDO, Cândido de. 1973. *Dicionário da Língua Portuguesa*. 14 ed. Lisboa: Bertrand. 2 Vol,
- FREIRE, Laudelino. *Grande e novíssimo dicionário de língua portuguesa*. Rio de Janeiro: A noite S/A Editora. S/d.
- MATOS, Milton dos Santos. 1976. *Recôncavo: berço dos canaviais*. Salvador: Itapoan.
- MOISÉS, Massaud. *Dicionário de termos literários*. São Paulo: Cutrix. 7 ed., 1995.
- PINTO, Costa. Recôncavo. 1981. *Laboratório de uma experiência humana*. Salvador: Costa Pinto.
- SALLES, Arthur de. *Sangue-mau*. 1981 Salvador: UFBA. Edição crítica pelo Grupo de Edição Crítica de Textos, sob a direção de Nilton Vasco da Gama.
- SILVA, Antonio de Moraes. 1922 *Diccionario de Lingua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Litho-Typographia Fluminense.
- TAVARES, Célia Goulart de Freitas. 1986 *Alguns aspectos da prosa dispersa e inédita de Arthur de Salles*. PPGLL/ UFBA/ ILET. Dissertação de Mestrado orientada pelo Prof.º Nilton Vasco da Gama.
- TELLES, Célia Marques. O interdiscurso na obra de Arthur de Salles. In: NETO, João Antônio de Santana et al. (Orgs.) 2003. *Discursos em Análise*. Salvador: UCSAL. p. 417.
- ULLMANN, Stephen. *Semântica: Uma introdução à ciência do significado*. Lisboa: Calouste Gulbenkian. 5. ed., (1964?)

VILELA, Mario. 1994 *Estudos de Lexicologia do Português*. Coimbra: Almedina.

VILELA, Mario. *Léxico e Gramática: Ensino da língua portuguesa: léxico, dicionário e gramática*. Coimbra: Livraria Almedina, 1995.

Espaço e identidade em Stella Manhattan

Viviane Xavier Marques

O trabalho *Espaço e identidade em Stella Manhattan*, orientado pela professora Doutora Evelina Hoisel, é um dos recortes do projeto de pesquisa *O escritor e seus múltiplos: migrações*, que tem como foco de estudo o processo criativo e o perfil de escritores que desempenham uma atividade teórica, crítica e ficcional associada a uma prática acadêmica. A principal característica na produção desses escritores diz respeito ao entrecruzamento de vozes e discursos, pois transbordam para os seus textos literários muito do que é abordado em seus textos ensaísticos. Neste perfil, situamos Silviano Santiago, escritor com uma expressiva produção intelectual, que abrange textos teóricos, críticos e ficcionais (poemas, contos, romances), cuja temática principal são as inter-relações culturais e as reflexões sobre as chamadas literaturas periféricas.

Ao longo deste estudo, que teve como base a leitura do romance *Stella Manhattan* e da obra teórico-crítica de Silviano Santiago, verifica-se como se efetua o entrecruzamento das vozes do ficcionista e do teórico, estabelecendo uma reflexão sobre a problemática das identidades culturais configuradas a partir da presença de personagens homossexuais, relacionando-as à configuração do espaço físico onde circulam esses personagens.

Em *Stella Manhattan*, Silviano Santiago põe em questão uma série de discussões. Esse romance, assim como outros textos ficcionais do escritor, caracteriza-se por seus múltiplos aspectos e pelos diferentes níveis de leitura que podem ser realizadas.

O romance se divide em três partes e essa fragmentação confere ao texto uma aparente desordem formal. A primeira parte, que vem com

determinação de data e local, dando ao texto uma notação de diário, desenvolve a apresentação da vida do personagem central, Eduardo da Costa e Silva, que na esteira da ditadura militar se vê obrigado a mudar para ilha de Manhattan, em Nova Iorque. A mudança do personagem nada tem a ver com a ditadura militar. Seu exílio não é político. É um exílio cultural e afetivo, já que ele foi expulso de casa pelo pai, quando o mesmo descobriu sua condição de homossexual. O personagem, que pela sua condição é considerado um ser marginal dentro sociedade burguesa paternalista, vivencia conflitos de valores culturais.

O romance nos dá assim a possibilidade de pensar na literatura homoe-rótica que vem sendo discutida na pós-modernidade sob uma nova perspectiva, distanciada da sua posição tradicional de sub-literatura. O livro permite que o nosso olhar se volte para as minorias identitárias e para uma leitura do corpo, não apenas o corpo do livro, mas o corpo do indivíduo como um lugar de descobertas e de onde sai o grito contra os discursos repressores. A discussão do homoerotismo, antes restrita a alguns campos, como o psiquiátrico, o literário e o clínico, aparece atualmente ao alcance do grande público através da mídia. Programas de tv e telenovelas trazem à tona discussões a respeito da problemática homossexual. No campo literário, é somente a partir do século XX que as chamadas literaturas gays começam a ganhar destaque e a se desvincular do rótulo de subliteratura. Ao longo do século XX, as reivindicações de grupos minoritários por seus direitos civis ganham destaque e as vozes desses personagens, marginalizados pela história, começam a ecoar no sistema, até então fechado em uma lógica tradicional e burguesa.

Temas ligados às minorias étnicas, sociais, sexuais e religiosas foram freqüentemente colocados à margem das representações literárias e os escritores que porventura abordaram esses temas tiveram suas vozes veladas pelos discursos oficiais. Problemas ligados à homossexualidade, à mulher e aos negros nunca fizeram parte das discussões canônicas

mas, com o destaque que esses personagens vêm alcançando na sociedade contemporânea, agora também através de gêneros midiáticos, suas vozes ganham tornam-se audíveis e a história passa a ser representada também a partir da ótica do oprimido e do excluído.

O que nos interessa nesse estudo é a problemática homossexual e as reflexões acerca das identidades culturais. Nos últimos anos, em consequência das transformações ocorridas na sociedade moderna, várias áreas do conhecimento efetuam uma reflexão sobre a questão do sujeito e das identidades culturais. Em seu estudo sobre a identidade cultural na pós-modernidade, Stuart Hall faz um mapeamento dos acontecimentos e das mudanças históricas que influenciaram a constituição do sujeito contemporâneo. Stuart Hall traça um percurso que mostra o declínio das velhas identidades, onde o indivíduo era visto como um ser unificado, e evidencia como, ao longo do tempo, foram surgindo novas identidades, o que resultou na fragmentação do indivíduo moderno. Observa ainda como o sujeito fixo do iluminismo foi se descentrando e tornando-se provisório e sem identidade fixa na pós-modernidade. Essas questões podem ser assinaladas no romance de Silviano Santiago, onde encontramos as identidades cambiantes e móveis de seus personagens. Em *Stella Manhattan*, cujos personagens são gays, podemos falar em uma identidade homossexual, mas uma identidade que se encontra longe da visão estereotipada dos modelos identitários ligados ao homoerotismo.

A marginalização a que são submetidos esses personagens faz com que eles se limitem a situações de isolamentos e se fragmentem ainda mais, pois são obrigados pela sociedade preconceituosa a assumirem outras máscaras e outras posturas diferentes da sua condição de homossexual. Como exemplo, temos os personagens de Eduardo e do coronel Vianna. É possível observar nesses personagens um jogo de máscaras. Eduardo, personagem central da trama é também Stella, as posturas assumidas por um e por outro dá a impressão de que se trata de pessoas diferen-

tes. Em alguns momentos, Stella chega a recriminar Eduardo, e o contrário também acontece.

Por não a ter levado a woodstok naquele verão, Stella proibira Eduardo de ir ao cinema por um mês e de tomar sorvete também..." (*Stella Manhattan*, 1985, p 21)

comigo não, Eduardo estremece e solta um grito no ar, tirando o corpo fora de toda a confusão. *Deve ser coisa da Stella, só pode ser*, e resolve repreendê-la: *faz das suas, põe as manguinhas de fora de down até uptown, e quem paga o pato sou eu. Calma, Edu, calma, re-lax*, responde-lhe com dureza Stella..." (*Stella Manhattan*, 1985, p 42).

Com o personagem Vianna acontece algo parecido perante a sociedade: ele é o coronel Valdevino Vianna e, nas zonas de "pegação", a Viúva Negra, uma bicha sadomasoquista que gosta de se relacionar com gente da pesada e que se traveste com roupas pretas e bota de couro. A fragmentação dos personagens no livro é tão marcante que dá a impressão de que o narrador se refere ao homossexual como um outro do próprio personagem. "... No rosto da Viúva Negra os olhos do coronel sorriam agradecidos e confiantes...". A nomeação diferente para cada um intensifica mais o processo de mascaramento. Quando não está travestido, Vianna é o adido militar, o coronel que foi mandado para Nova Iorque pelos bons serviços nas masmorras da repressão. No consulado e em casa com a mulher, o coronel é visto como o ditador, um homem influente e forte, mas no subúrbio, por onde circula a Viúva Negra, é a sadomasoquista que sai todas as noites para a "caça". O mesmo acontece com Eduardo, que durante o dia é um aplicado funcionário do consulado brasileiro, mas à noite e em outros espaço é a exuberante Stella Manhattan. Não só o espaço, mas também os tempos regem os atos e os condicionamentos corporais dos personagens. A noite, momento em que eles se "assumem", surge como um símbolo que direciona os impulsos carnis. O desejo é libertado somente na penumbra e nos espaços clan-

destinos, no "sub-mundo", pois os espaços centrais e a claridade do dia neutralizam os desejos. O que fica evidente no texto é que a transitoriedade e a fragmentação da cidade resultam na fragmentação e na transitoriedade da identidade dos personagens.

Nesse sentido, a cidade, assim como o indivíduo, aparece "dividida". Tem-se o centro, local onde é imposto ao homem uma atitude "coerente" e hipócrita, já que neste lugar central os desejos ficam velados e são vigiados pela sociedade, e há também os locais periféricos, onde, longe dos olhos da sociedade repressora, as vontades podem ser desmascaradas. É essa constante vigília de uma sociedade ainda "ditadora" que submete personagens marginalizados, como os homossexuais, ao isolamento e é responsável pela busca de um "lar" longe do "centro". O desejo de pertencimento a uma comunidade e a necessidade de fazer parte de uma comunhão fazem com que surjam na cidade espaços de refúgio. Em *Stella Manhattan*, esses refúgios são as ruas, praças e bares do Village, mais conhecidos como "lugares de pegação". Somente nesses locais é que desejos marginalizados têm a permissão para serem expostos e, com isso, podemos falar em uma homoerotização do espaço, ou seja, espaços gays muito comuns na sociedade atual.

Outra perspectiva que podemos analisar no romance é a leitura do corpo que surge como um signo de enfrentamento e de afirmação do "outro", do excluído, metaforizado pela homossexualidade. Podemos observar uma valorização do corpo humano que, em alguns espaços, livra-se de todos os tabus e restrições sociais e tem a permissão para uma sexualidade mais livre. Essa questão pode ser vista claramente nos personagens Leila e Aníbal, pois a relação do casal se dá no plano corporal, sexual. Ao contrário do marido que está preso, não só a uma cadeira de rodas, mas a todo um jogo de valores e conceitos, Leila é livre para expor todas as pulsações e desejos do seu corpo. Há nela uma recusa da palavra, tão valorizada pelo marido, como a única forma de expressão:

“Pra que falar, se nada se consegue com palavras.” (*Stella Manhattan*, p 161).

O romance estabelece uma aproximação entre texto e corpo. Assim como o corpo humano, o romance está dividido em partes que se relacionam para formar a imagem de um todo coeso. A metáfora do livro como um corpo é elemento importante para a leitura de *Stella Manhattan* pois, por trás de sua escrita, podemos “sentir” as pulsações e o jogo de energias do corpo criador.

A ficção contemporânea surge com um conjunto de características que tem sido denominado pós-modernismo. Essas características podem ser observadas na escrita de Silviano Santiago e, em especial, em seu romance *Stella Manhattan*, que se constitui em fragmentos e em uma poética crítica. O caráter crítico, a fragmentação de vozes e a mobilidade dos discursos são as principais evidências dessa proposta. É exatamente essa mobilidade que verificamos neste romance, pois é possível observar em sua narrativa o rompimento das fronteiras discursivas. Nessa perspectiva, ele se constitui como um texto em sucessivas migrações, inscrevendo nas malhas da sua escrita as vozes do crítico, do ensaísta e do ficcionista. Na ficção, encontramos uma série de questões que migram dos textos críticos e, como exemplo, podemos citar a questão do descentramento cultural, marca muito evidente em toda produção de Silviano Santiago. Com a noção de descentramento, Silviano Santiago busca romper com o pensamento ocidental tradicional, que ainda insiste na valorização dos centros hegemônicos, vistos como os únicos detentores do poder e do saber. Deslocando a visão do centro, Silviano Santiago focaliza as margens, as chamadas literaturas periféricas, dando voz a personagens esquecidos pelo pensamento etnocêntrico. Neste sentido, a história é registrada pela visão do oprimido, pela visão do outro que, em *Stella Manhattan*, é o homossexual. Na sua narrativa, o descentramento não se verifica somente no pensamento ou na

geografia, mas é, também, o descentramento do próprio sujeito que aparece fragmentado e sem identidade fixa e do próprio narrador, também “dobradiço”. O deslocamento funciona como uma forma eficaz para promover o afloramento de vozes recalcadas pela história oficial.

A questão do narrador pós-moderno, discutida por Silviano Santiago em seu ensaio “O narrador pós-moderno”, publicado em *Nas malhas da letra*, é evidenciada pela fragmentação da narrativa e do narrador que, na perspectiva contemporânea, é definido como aquele que observa os acontecimentos, distanciando-se dos fatos, dando voz ao outro, ao marginalizado e, na narrativa em estudo, utilizando o espaço ficcional para fazer crítica aos valores tradicionais e aos regimes autoritários. Essa crítica pode ser observada no diálogo entre o professor Aníbal, que faz o papel do intelectual delator, tipo significativo da ditadura militar, e Marcelo, o jovem intelectual que, ao contrário do professor, preso a tradições e a grandes verdades, teatraliza o alvoroço da juventude, da experimentação e do espírito livre.

Uma das marcas mais significativas na pós-modernidade é o dialogismo cultural, tema constante dos textos críticos de Silviano Santiago, e mostrado no romance através da multiplicidade de vozes e das “misturas” que aparecem no tecido ficcional, onde o narrador utiliza trechos de cantiga popular brasileira, frases e expressões em inglês e espanhol, para evidenciar a polifonia das interlocuções culturais. A mobilidade discursiva, o descentramento do narrador e o dialogismo com outros textos e outras culturas são marca fundamental em sua produção. Sendo assim, é possível concluir que não se esgotam as possibilidades de leitura de *Stella Manhattan*, onde vários aspectos podem ser abordados. Neste sentido, o presente trabalho não se fixa em uma única possibilidade de leitura e nem esgota a discussão das leituras propostas, deixando em evidência a riqueza e a multiplicidade de interpretações dessa obra ainda tão pouca estudada no meio acadêmico.

Referências bibliográficas.

BERUTTI, Eliane Borges. *Transgenders: construções afetivas, políticas da alteridade*. Gragoatá, Niterói, nº14, p.147-158. 1sem 2003.

FURTADO, Fernando Fábio Fiorese. *A prosa contemporânea e a condição pós-moderna*. *Revista Painel Humanas*, Juiz de Fora, nº04, p.121-135. 1989.

HALL, Stuart. *A identidade Cultural na pós-modernidade*. 2º ed. Rio de Janeiro:DP&A, 1998.

LEAL, Bruno Souza. *É um paradoxo falar em comunidade homossexual?* *Gragoatá*, Niterói, nº14, p.121-132. 1sem 2003.

LUGARINHO, Mário César. *"Literatura de Sodoma": o cânone literário e a identidade homossexual*. *Gragoatá*, Niterói, nº14, p.133-145. 1sem 2003.

MORANDO, Luiz. *Desarmando e tessitura: uma leitura de Meu corpo daria um romance, de Herbert Daniel*. *Gragoatá*, Niterói, nº14, p.109-120. 1sem 2003.

SANTIAGO, Silviano. *Vale quanto pesa*. Rio de Janeiro, Paz e terra, 1982.

SANTIAGO, Silviano. *Nas malhas da letra*. Rio de Janeiro, Rocco, 2002.

SANTIAGO, Silvano. *Stella Manhattan*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985.

SANTIAGO, Silvano. *Uma literatura nos trópicos, ensaios sobre dependência cultural*. São Paulo. Perspectiva, 1978.

ESTRUTURAS DE NEGAÇÃO EM UMA COMUNIDADE RURAL AFRO-BRASILEIRA – HELVÉCIA-BA

Arivaldo Sacramento de Souza – UFBA/PIBIC
Dante Lucchesi – UFBA

RESUMO:

No plano da língua portuguesa falada no Brasil, a pluralidade étnica da sociedade brasileira foi um fator decisivo para a sua formação. Por isso, o projeto *Vertentes do Português Rural do Estado da Bahia e de Sergipe* analisa as diversas variedades do português rural, sob a hipótese da relevância do contato entre as línguas africanas e a portuguesa. Inserido no escopo de observação desse Projeto, o presente trabalho analisará, empiricamente, a variação lingüística na estrutura de negação identificada na fala da comunidade rural afro-brasileira de Helvécia, que ocorre basicamente de três formas: a) pré-verbal (*a pessoa não pode tê açúca*), canônica; b) com dupla negação (*num resiste muito não*), inovadora; c) pós-verbal (*Choveu não*), também inovadora. Em seguida, identificar-se-ão as motivações lingüísticas e extralingüísticas, que favorecem essa variação, utilizando-se para isso a metodologia da Sociolingüística Variacionista. Com isso, pretende-se descrever os contextos lingüísticos e sociais que condicionam a escolha das possibilidades de se negar.

INTRODUÇÃO

Neste trabalho, abordaremos questões relativas às estruturas de negação no português brasileiro que, diferentemente do de Portugal, apresenta três formas distintas para se negar: *Negação pré-verbal* (canônica): “num tem água”; *Dupla negação*: “Eu não me engano não” e *Negação pós-verbal*: “Cheguei a vê não”. Precisamente, dentro de uma abordagem variacionista fundamentada nos princípios teóricos metodológicos da Sociolingüística Quantitativa (Labov, 1982; 1994), buscaremos identificar possíveis influências do contato entre línguas no quadro atual de variação observado na comunidade rural afro-brasileira de Helvécia-BA¹. Desse modo, pretende-se contribuir para a explicação da formação da língua portuguesa falada no Brasil, preocupação do *Projeto Vertentes do Português Rural do Estado da Bahia e Sergipe*.

Focaliza-se, na formação sócio-histórica do Brasil, o contato lingüístico inter-étnico, especificamente, na região da Bahia, onde negros falantes do grupo Kwa (iorubás, geges, mandingas, fons, huassás e outros) foram trazidos desde o final do século XVI até meados do século XIX para servirem de instrumento da exploração portuguesa no Brasil.

¹ Pelas palavras de Baxter e Lucchesi (1997: 1): situa-se no extremo sul da Bahia, oriunda da antiga Colônia Leopoldina, uma plantação de café estabelecida no início do século passado por colonos franceses, alemães e suíços (...) e é constituída por descendentes de escravos africanos, com substrato gege e iorubá.

Com isso, as línguas faladas pelos negros e a língua do dominador foram postas em contato e, com o processo de mestiçagem, ocasionado pelo cruzamento entre os novos e antigos habitantes da *Terra Brasilis*, os africanos foram adquirindo a língua dos dominadores e os *crioulos* – entendidos aqui como filhos de escravos nascidos em terras brasileiras – começaram a ter um português diferente como língua materna, ou seja, ocorreu uma transmissão irregular da língua portuguesa em que indivíduos oriundos da África imprimiram as características dos seus respectivos sistemas lingüísticos à língua portuguesa.

Com o crescimento da população mestiça por todo o território brasileiro, deu-se também a expansão da língua portuguesa falada pelos mestiços, o que, segundo Darcy Ribeiro (1995), garantiu a unidade lingüística do Brasil. Difundido esse português por todo o território, a maioria da população o tinha como língua materna. Entretanto, no Brasil, não houve um processo de crioulização – como em Angola e Cabo Verde –, uma vez que os usos das línguas africanas e indígenas não tiveram vida tão duradoura.

METODOLOGIA

O modelo teórico-metodológico que será utilizado nesta abordagem é o da Sociolingüística Quantitativa, pois se trata de um modelo teórico que se preocupa em estudar a língua falada e a reconhece, simultaneamente, como heterogênea e diversificada. Sendo assim, a Teoria da Variação analisa a relação entre a língua e a sociedade, a forma como as variantes coexistem no meio social. A sua preocupação é o vernáculo – a língua utilizada em situações naturais de interação social, na qual não há uma preocupação metalingüística por parte do falante.

No tratamento quantitativo dos dados, será utilizando o pacote de programas VARBRUL e, como o *corpus* para este estudo, uma amostra ampla recolhida na comunidade de fala de Helvécia, em 1994, e que reúne falantes de três faixas etárias: faixa 1, de 20 a 40 anos; faixa 2, de 41 a 60 anos; faixa 3, de mais de 60 anos. Tendo em vistas esse aspecto somado à distribuição equitativa entre os dois sexos, ao nível de escolaridade e ao fato de terem os mesmos ou não estado fora da comunidade, essa análise social deverá contribuir para a comprovação empírica da questão discutida neste comunicação.

A variação lingüística que está ocorrendo na estrutura de negação do português falado nessa localidade se processa basicamente de três formas:

a) pré-verbal: utilizada formalmente, representa uma negação objetiva, sem valor enfático;

Ex.: a pessoa não pode tê açúca.

b) dupla negação: é engatilhada, segundo Roncarati (1996), quando é inserido no discurso construções que induzem o interlocutor a sentir ameaçado, tendo função atenuadora, cujo objetivo é manter a face, ou seja, asseverar a resposta quando se tem de rechaçar uma pressuposição do interlocutor;

Ex.: *num resiste muito não*;

c) pós-verbal (*Choveu não*): utilizada em repostas breves, uma negação hesitativa, associada a contextos imperativos.

Nenhuma das variáveis é estigmatizada, isto é, os falantes escolarizados, que falam a norma culta, utilizam-na, obviamente em contextos específicos, as três estratégias de negação sem que haja a mínima preocupação e/ou exortação ao realizá-las, diferente de estruturas como: *Os menino tudo chegaro*, na qual a falta de concordância faz recair o estigma sobre o falante que a utiliza.

Outra observação importante e comum a eles é o fato de que não se nega uma afirmação, mas uma assumpção prévia e, segundo a tese de Givón (1979), essa propriedade da negação tem um caráter reorientador, de correção da crença do ouvinte. Por outro lado, Roncarati et al (1996; p. 6-7) assevera que “a afirmativa se torna o esperado (o fundo) e a negativa, o surpreendente, o não esperado (a figura), a novidade da informação”, ou seja, este fato poderá justificar, em termos pressuposicionais, o fato de as cláusulas de negação serem mais marcadas do que as afirmativas.

Para Schwenter (2002) e para abordagem aqui apresentada, a negação pós-verbal é entendida como uma dupla negação, mas que tem a sua primeira partícula foneticamente não realizada. Essa análise é reforçada se aplicarmos o princípio do *paralelismo ou do traço propulsor* (Mollica 1989; p.292), cuja definição consiste em *formas elicitadas pelo interlocutor tendem a ser repetidas pelo falante que interage na situação conversacional*, como em:

DOC.: Você tem isso?

INF.: tenho não...

Bastante relevância tem também a identificação exaustiva dos contextos em que cada variante ocorre através do levantamento exaustivo das ocorrências e da codificação dos dados apresentados. Foram identificados os contextos favoráveis à *negação pré-verba* (NEG1) e à *dupla negação* NEG2/3 (e, doravante, sua extensão, a *negação pós-verbal*). Verificou-se a co-ocorrência estrita das variáveis dependentes e os contextos privativos. Para isso, selecionamos variáveis explanatórias que ajudaram a detectar e sistematizar o quadro de variação das estruturas de negação.

ANÁLISE DOS DADOS

Após o processamento dos dados pelo Pacote de programas VARBRUL, depreendeu-se que só foram julgados relevantes para a análise das estratégias de negação no Português rural de Helvécia as seguintes variáveis lingüísticas:

1. TIPO DE ORAÇÃO

A partir dos dados demonstrados da tabela abaixo, verifica-se que as orações que mais favorecem a ocorrência da dupla negação são as orações absolutas e as subordinadas substantivas. Apresentando um comportamento similar entre si, as orações principais, coordenadas e as relativas ficam na média segundo os programas (cf. tabela 1, peso relativo). As que, substancialmente, desfavorecem a ocorrência de NEG2/3 são as orações adverbiais.

TABELA 1: a dupla negação segundo a variável tipo de oração

Tipo de Oração	n.º de ocorrências/ TOTAL	Freqüência	Peso relativo
Absoluta	386/911	43%	.58
Sub. Substantiva	16/69	23%	.58
Principal	14/87	16%	.39
Coordenada	38/259	15%	.33
Relativa	4/31	13%	.32
Adverbial	4/51	8%	.18
TOTAL	465/1408	33%	.29

2. TIPO DE FRASE

Dentre os três contextos selecionados para a análise, depreende-se que são as *respostas às perguntas diretas do tipo "yes/no question"* as que têm maior relevância para a realização da negação do tipo NEG2/3 na qual existe a rejeição de um pressuposto do interlocutor. Em segundo lugar, o programa seleciona *as perguntas* como ambiente cômodo para esse tipo de ocorrência e, por fim, coloca os contextos de não resposta como menos favoráveis, fato que não implica desfavorecimento, como na tabela 2.

TABELA 2: a dupla negação segundo o tipo de frase

Tipo de frase	n.º de ocorrências/ TOTAL	Frequência	Peso relativo
Resposta (yes/no)	294/570	52%	.69
Pergunta	25/60	42%	.52
Não-resposta	146/778	19%	..36
TOTAL	465/1408	33%	.29

3. TIPO DE COMPLEMENTO PÓS-VERBAL

Quanto à relevância do tipo de constituinte pós-verbal para a ocorrência de NEG1 e de NEG2/3, verifica-se que é a ausência do sintagma nominal, que complementa o sentido do verbo transitivo, o fator relevante para a variável não-canônica. Contrariamente, o inexistente e o realizado não contribuem tanto. Por outro lado, a negação canônica tem como contextos favorecedores as orações com verbos intransitivos e os transitivos com seus respectivos complementos realizados lexicalmente.

TABELA 3: Relevância do tipo de complemento pós-verbal para a dupla negação

Tipo de constituinte pós-verbal	n.º de ocorrências/ TOTAL	Frequência	Peso relativo
Não-realizado	233/563	41%	.57
Inexistente	30/108	28%	.44
Realizado	202/737	27%	.46
TOTAL	465/1408	33%	.29

4. VARIÁVEL SOCIAL SEXO

Os homens são os que menos realizam a dupla negação, preferindo a negação canônica. Quanto ao outro gênero, o feminino, favorece à dupla negação. Fato esse que nos remete à hipótese de que está havendo aquisição da forma canônica e perda da dupla negação, que é entendida como proveniente do contato entre línguas, ocorrido na comunidade de Helvécia-Ba. Tudo isso, porque são os homens nessas comunidades os que se ausentam mais da cidade, têm mais contato com as outras comunidades e são os que têm a responsabilidade de manter o a família, contrariamente à posição ocupada pela mulher (dona de casa, a que cuida da roça, doméstica).

TABELA 4: Sexo

SEXO	n.º de ocorrências/ TOTAL	Frequência	Peso relativo
Feminino	268/685	39%	.57
Masculino	197/723	27%	.43
TOTAL	465/1408	33%	.29

5. VARIÁVEL SOCIAL FAIXA ETÁRIA

Em virtude dos idosos utilizarem em maior número a forma não-canônica, aquela que, provavelmente, fora produzida durante o contato dos povos de origem gege e iorubá (substratistas) e os oriundos da *Colônia Leopoldina*, e de que os jovens não realizarem a dupla negação com tal frequência, confirma-se a hipótese da descrioulização.

TABELA 5: Faixa etária

Faixa etária	n.º de ocorrências/ TOTAL	Frequência	Peso relativo
Idosos	171/509	34%	.56
Adultos	204/509	40%	.57
Jovens	90/390	23%	.34
TOTAL	465/1408	33%	.29

CONCLUSÃO

Foram identificados os contextos favoráveis à ocorrência da negação não-canônica e os contextos de relevância para a negação canônica. Dentre as seis variáveis explanatórias, o VARBRUL selecionou cinco:

- **Tipo de oração:** dos seis tipos de oração, a oração *absoluta* e a *subordinada substantiva* foram que mais contribuíram para a ocorrência de NEG2/3. As *principais, coordenadas e relativas* dividem-se entre NEG1 e NEG2/3, tendo apenas as *Adverbiais* como desfavoráveis à dupla negação.
- **Tipo de frase:** resposta à pergunta direta favorece à NEG2/3, diferentemente de NEG1 que tem grande ocorrência nos contextos de não respostas;
- **Constituinte pós-verbal:** quando o verbo é intransitivo ou transitivo, com o sintagma complementador realizado, há o favorecimento de NEG1, enquanto que se tem maior ocorrência de NEG2/3 quando o verbo transitivo traz seu complemento não-realizado;
- **Sexo:** as mulheres são as que mais realizam a forma não-canônica;

- **Faixa Etária:** observa-se que os idosos e os adultos são os que mais utilizam a não-canônica, enquanto os jovens, devido à escolarização e à acessibilidade aos meios de comunicação, estão adquirindo a forma padrão.

Da análise das estratégias de negação em Helvécia, observa-se a confirmação da hipótese de estar havendo um processo de descrioulização (Lucchesi, 2002), devido a vários fatores, dentre os quais o mais significativo é a perda do isolamento geográfico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- BAXTER, Alan; LUCCHESI, Dante (1997). A relevância dos processos de pidginização e crioulização na formação da língua portuguesa no Brasil, *Estudos Linguísticos e Literários*, Salvador, n. 19, p. 65-84.
- GIVON, T. (1979) Logic versus language – negation in language: pragmatics function, ontology. In: id. On understanding, New York, Academic Press.
- HOLM, J. (1988) Creole influence on popular Brazilian Portuguese. In: Gilbert, F. (ed.) PIDGIN AND CRIIOLE LANGUAGES. Honolulu: University of Honolulu Press.
- LABOV, William (1982). Building on Empirical Foundations, In: LEHMANN, W.; MALKIEL, Y. (EDS.) PERSPECTIVES ON HISTORICAL LINGUISTICS. Amsterdam: John Benjamins: 17-92.
- LABOV, William (1994). *Principles of Linguistic Change*. Oxford/Cambridge: Blackwell.
- LUCCHESI, Dante (2002). *O português se teria crioulizado no Brasil?; refletindo sobre uma velha questão*, ABP, Frankfurt, v. 2, p. 25-43.
- RIBEIRO, Darcy. (1997). *O povo brasileiro: evolução e sentido do Brasil*. 2 ed., 10 reimp. São Paulo: Companhia das Letras.
- RONCARATI, Cláudia. (1996) A negação do português falado. In: id. et al (orgs). *Variação e discurso*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- SCHWENTER, Armin. (1991) Predication Negation in contemporary Brazilian Portuguese: a change in progress. *Orbis*, n. 34.
- TARALLO, Fernando (1986). *A pesquisa sociolingüística*. 2 ed. São Paulo: Ática.

GILBERTO GIL: DA POLÍTICA MUSICAL ÀS POLÍTICAS CULTURAIS

Andréa Coutinho Cavalcante*

RESUMO:

O projeto ETNICIDADES: ENTRE A CIDADE LETRADA E A RUA, que integra o Projeto Resgates da Memória Cultural: acervos, imagens, etniCidades, tem como objeto de pesquisa as representações e reconfigurações identitárias, focalizando a articulação entre problemática étnica e reconstrução imaginária do espaço urbano da cidade do Salvador. Neste projeto, insere-se o meu estudo das repercussões do imaginário da mestiçagem na intervenção político-cultural do músico e ministro Gilberto Passos Gil Moreira, no Brasil, a partir de leituras sobre o artista e sua obra, sobre a música popular e o tropicalismo e, ainda, da fundamentação teórica e histórico-cultural da investigação. A comunicação apresentará o resultado da primeira fase da pesquisa: o mapeamento da transfiguração de Gilberto Gil na área cultural e de sua inserção na política nas décadas de 80 e 90, quando assume a Presidência da Fundação Gregório de Matos e se elege vereador do município de Salvador, articulando-as com a sua produção musical contemporânea a essas participações e com pronunciamentos do compositor na mídia.

Palavras-chave: EtniCidade; Políticas Culturais; Música.

Em janeiro de 2003, Gilberto Passos Gil Moreira assume o Ministério da Cultura do Governo de Luís Inácio Lula da Silva. Este fato, em se tratando de um artista negro baiano, é singular na história política brasileira. Como bolsista do projeto "EtniCidades: entre a cidade letrada e a rua", me proponho a apresentar o resultado preliminar do mapeamento de aspectos relevantes para o início de uma atividade pública do compositor, tendo como base a seleção de entrevistas, discursos e matérias coletadas em Internet, revistas, jornais e livros.

A minha pesquisa se interessou, num primeiro momento, pela história da atividade pública do ministro da cultura, Gilberto Gil. Na

* Andréa Coutinho Cavalcante. Universidade Federal da Bahia (Graduanda – Bolsista CNPq/Balcão do Projeto EtniCidades: entre a cidade letrada e a rua.)

realidade, sabe-se que, como citado no livro *O Poético e o Político e outros escritos*, escrito por Antônio Risério e Gilberto Gil (1988), “é impossível escapar da dimensão política” e isso se faz ainda mais complicado quando se refere a um dos responsáveis pelo questionamento estético, comportamental, cultural intelectual, ocorrido nas décadas de sessenta e setenta, o Tropicalismo. Este movimento teve grande impacto estético-cultural na sociedade do período. Foi a chamada “revolução dos costumes”, mudança da vida cotidiana. A herança tropicalista ainda marca os ativadores dessa geração. Caetano Veloso, Gilberto Gil, dentre outros, se configuram em símbolos de renovação da música popular brasileira. Mas, como diz Antônio Risério no livro *Avant-Garde na Bahia* (1995), esses ativadores são “filhos especiais de um momento especial da vida baiana, no interior de uma conjuntura também especial da vida brasileira”. Na apresentação do citado livro, Caetano Veloso diz que o conhecimento do que aconteceu na Bahia nas décadas de cinquenta e sessenta revela o sentido de sua inserção no mundo. Por essa “conjuntura especial”, entende-se a agitação cultural baiana ocorrida, em grande parte, graças ao estímulo e até, muitas vezes, patrocínio do reitor da Universidade Federal da Bahia entre 1946 e 1962, Edgard Santos que, com a junção do Poder Econômico ao Poder Cultural pretendia a superação do atraso, dos “mais de cem anos de solidão” aos quais a Bahia foi contemplada após a transferência da capital para o Rio de Janeiro em 1889 (Risério;1995). Ele foi o responsável pela vinda de vanguardistas europeus, em sua maioria perseguidos politicamente no contexto do nazi-facismo, para a Bahia, especificamente para a Universidade. Lina Bo Bardi, Koellreutter, Yanka Rudzka, Agostinho da Silva, além, de outros, transformaram-na em centro de agitação cultural e re-inseriram o estado no debate estético- intelectual nacional. Precisamente neste período (1961-1964), Gilberto Gil passa pela Universidade, cursando Administração de

Empresas e é contagiado pelo clima de intensos debates culturais que contribuíram para a explosão tropicalista.

O artista é um ser político, mesmo quando ele se declara apolítico ele está tendo uma postura política, e a presença de Gilberto Gil no cenário cultural, já na década de sessenta, com sua postura contestativa, confirma isso. Ainda mais quando se parte da premissa de que "A cultura é um elemento da política" (Feijó,1983). As intensas manifestações culturais que permearam o tropicalismo estão relacionadas ao contexto político daquela geração, como, aliás, ocorre desde a Antiguidade Grega: o contexto político e social influenciando a vida cultural.

Não se pode falar de cultura ignorando as relações de poder dentro de uma sociedade ou entre sociedades. O estudo da cultura não se reduz a isso, mas esta é uma realidade que não pode ser desprezada na análise cultural de um período. Isto ocorre porque as próprias preocupações com a cultura surgiram associadas às relações de poder e também porque, como dimensão do processo social, a cultura registra as tendências e conflitos da história contemporânea, como em qualquer outra época, e suas transformações sociais e políticas. Além disso, a cultura é um produto da história coletiva por cuja transformação e por cujos benefícios as forças sociais se defrontam.

Atualmente as esferas do poder da sociedade se mostram preocupadas com a cultura e procuram defini-la, entendê-la, controlá-la, agir sobre seu desenvolvimento. Essas preocupações com a cultura já são institucionalizadas, fazendo parte da organização social. Expressam seus conflitos e interesses, e nelas os interesses dominantes da sociedade manifestam sua força.

Um ano após voltar do exílio, precisamente em 1973, Gilberto Gil compõe juntamente com Chico Buarque a música "Cálice" que traz a

ambigüidade no título, e na letra a clara referência à repressão e a censura que sofriam neste período.

(...) Pai, afasta de mim esse cálice/ Pai, afasta de mim esse cálice/ Pai, afasta de mim esse cálice/ De vinho tinto de sangue./Como é difícil acordar calado/ Se na calada da noite eu me dano/ Quero lançar um grito desumano/ Que é uma maneira de ser escutado/ Esse silêncio todo me atordo/ Atordoado eu permaneço atento/ Na arquibancada pra a qualquer momento/ Ver emergir o monstro da lagoa. (...) (Rennó,1996, p.138)

Apesar de dar apoio a candidatos desde 1982, Gil só se envolveu na política partidária e exerceu cargo político a partir da segunda metade da década de 80. Através de entrevista concedida ao Jornal Folha de São Paulo, em 06 de novembro de 1987, afirma que se colocou a disposição do então prefeito de Salvador Mário Kertész para assumir o cargo de Presidente da Fundação Gregório de Mattos, o que ocorre durante os anos de 1987 e 1988. Durante entrevista concedida a revista Veja, em 20 de janeiro de 1988, Gilberto Gil fala sobre seu deslocamento para a vida pública:

Veja — Como foi sua saída do mundo das artes para entrar no da política?

Gil — Muito natural. Veio com esse sentimento maduro de responsabilidade social. Se sempre fiquei muito ligado às estruturas contestadoras, sempre na visão do diálogo crítico com o poder, com a administração do drama social, chegou o momento da maturidade. Aos 45 anos, depois de vitórias e derrotas, êxitos e falhas, conquistas e perdas, agora que a possibilidade de morte já não está mais numa ponta e a vida noutra, aí percebi que o poder pode se nutrir da poesia. (Risério, 1988, p.49)

Enfim, Gil se encontra, em 1987, ocupando o cargo de Presidente do que seria a Secretaria Municipal de cultura da Cidade de Salvador. Usando a experiência artística, a formação administrativa e as influências políticas, ele empreende, pela primeira vez, políticas culturais de governo: a utilização da política para proporcionar incentivos, patrocínios para a produção e disseminação de manifestações culturais. No decorrer de sua administração, o aspecto focalizado foi a restauração e preservação do patrimônio histórico e dos parques da cidade. O principal projeto que visou esse fim foi a recuperação do Centro Histórico da cidade, o Pelourinho, que é também a recuperação de uma

memória histórica baiana: de massacre dos afro-descendentes. O projeto marca não só o rememoração de toda violência social imposta aos negros pela escravidão, mas também evidencia a herança cultural desses povos, que conferiram a Salvador o título de cidade multicultural.

Os demais projetos, num total de vinte, desenvolvidos pela Fundação informam o desempenho e articulação de Gilberto Gil enquanto ocupante de cargo público.

Os principais visam a restauração dos vínculos com o Benin, o estímulo de produções e invenções culturais na periferia, recuperação e proteção de casas de candomblé, incremento de subcentros festivos e revitalização do grupo Mudança do Garcia, recuperação e disseminação de documentos do município.

No começo de 1988, Gilberto Gil empenha-se em conseguir a indicação pelo PMDB para candidato a prefeito de Salvador. Concede várias entrevistas sobre o assunto, talvez numa pretensão de "marketingzar-se". No livro "O Poético e o Político e outros escritos", no qual consta cinco entrevistas concedidas por ele em diferentes veículos, mostra ter interesse pela administração pública e redobrado fervor por desmistificar a imagem de artista como alguém alheio aos problemas da cidade.

Devido à intensa exposição *in media*, acaba por ser caricaturado no Programa "Chico Anysio Show", no qual o humorista criou a personagem "Zelberto Zel" uma alusão clara ao compositor. No texto "Zelberto Zel: uma caricatura racista" diz Antônio Risério (1988):

a caricatura de Gil está montada basicamente em quatro linhas: 1) no estereótipo racista do preto boçal e/ ou do mulato pernóstico, de fala 'difícil', rebarbativa; 2) na exploração do estigma homossexual (ênfase no brinco, os trejeitos, a fala melíflua — o personagem é também um novo 'painho', o pai-de-santo gay); 3) no desprezo olímpico pelo voto e pela disputa eleitoral(...); 4) no estigma de artista irresponsável, delirante, doidivanas. Em suma, Gil é decodificado, via paródia, como um mulato boçal, elitista, leviano e aviadado.

Em entrevista concedida à revista "Isto é", em 21 de setembro de 1988, Chico Anysio, quando indagado sobre o assunto, responde sarcasticamente que não via motivos para polêmica instalada. Ressalta a sensibilidade de Gil, se diz amigo, e afirma que o mesmo não ficara abalado com o episódio. E complementa:

"Chico — Uma grande bobagem, os caras que assessoravam o Gil na política na Bahia é que reagiram. Na verdade, o personagem veio porque havia um charme no candidato-cantor à Prefeitura de Salvador.

Isto é — O personagem não atrapalhou a campanha dele?

Chico — Acho que valorizou a imagem dele.

Isto é — E não tirou a candidatura dele a prefeito?

Chico — Para mim, quem tirou a candidatura do Gil a prefeito foi o próprio Gil. O Gil perdeu a indicação por excesso de cultura." (Veja, 21/09/1988, p.12)

No mesmo programa no qual foi caricaturado, Gilberto Gil apresenta pela primeira e única vez a música "Pode Waldir?". Na letra, Gil não mede as palavras e desabafa o preconceito que sofreu durante a pré-candidatura.

(...)Pra prefeito, não/ Pra prefeito, não/ E pra vereador:/ Pode, Waldir? Pode, Waldir? Pode, Waldir?/ Prefeito ainda não pode porque é cargo de chefia/ E na cidade da Bahia/ Chefe!, chefe tem que ser dos tais/ Senhores professores, magistrados/ Abastados, ilustrados, delegados/ Ou apenas senhores feudais/ Para um poeta ainda é cedo, ele tem medo/ Que o poeta venha pôr mais lenha/ Na fogueira de São João/ Se é poeta, veta!/ Se é poeta, corta!/ Se é poeta, fora!/ Se é poeta, nunca!/ Se é poeta, não!(...) (Rennó, 1996, p.326)

No refrão "Se é poeta, veta!/ Se é poeta, corta!/ Se é poeta, fora!/ Se é poeta, nunca!/ Se é poeta, não!" denuncia a desconfiança dos líderes políticos em relação à classe artística. Na repetição da estrofe, já no fim da música, ocorre uma mudança no último verso e a especificação do alvo de intolerância: "Se o poeta é Gil!". A estrofe com a qual inicia a música ("Pra prefeito, não/ Pra prefeito, não/ E pra vereador:/ Pode, Waldir? Pode, Waldir? Pode, Waldir?") é a mesma com que termina, ironizando a candidatura para vereador concedida pelo líder do PMDB. A indignação irônica de Gil, enquanto alvo de imagens

estereotipadas de negro, baiano e artista, entre outras coisas, se faz presente no decorrer da música.

Razões políticas ou preconceito, o fato é que o artista teve sua candidatura vetada por Waldir Pires e acabou desistindo de vez de concorrer à prefeitura, optando pelo cargo de vereador.

Após ter sido, de certa forma, agredido ao ter sua candidatura para prefeito vetada, Gilberto Gil assume uma postura política que traz a influência do movimento hippie das décadas de 60 e 70, na medida em que concentra suas práticas legislativas em prol da preservação do meio ambiente. Envolve-se em diversos projetos ambientais, ingressa no Partido Verde como Membro da Comissão Nacional Executiva e cria a Fundação não-governamental Onda Azul, que se dedica ao estudo e conservação dos recursos hídricos.

Gil também dá mostras da influência hippie ao compor a música Refazenda, em 1975, que poderia ser interpretada como uma chamada "conscientizadora" para questões relativas ao meio ambiente. Antônio Risério, no livro Gilberto Gil Expresso 2222 (1982), interpreta a música como "o entendimento íntimo da natureza, do ritmo da vida vegetal, faz com que esta apareça então como uma espécie de ensinamento visível e silencioso pelo qual a vida humana deveria se orientar." Ainda seguindo sua interpretação, o "abacateiro", que se repete em todas as estrofes, seria "uma percepção estética tributária da imagem da Árvore da Vida".

(...) Abacateiro sabes ao que estou me referindo/ Porque todo tamarindo tem o seu agosto azedo/ Cedo, antes que o janeiro doce manga venha ser também/ Abacateiro serás meu parceiro solitário/ Nesse itinerário da leveza pelo ar/ Abacateiro saiba que na refazenda/ Tu me ensina a fazer renda que eu te ensino a namorar/ Refazendo tudo/ Refazenda/ Refazenda toda/ Guariroba.(...) (Rennó, 1996)

Também participou, em 1989, da implantação do Centro de Referência Negro-Mestiça, o CERNE, que visava, em primeiro plano, a captação, produção e disseminação de informações referentes à afro-descendência brasileira.

Com o término do mandato, se afasta da vida pública e sua atuação política se restringe ao âmbito musical, apenas participando do projeto Comunidade Solidária do governo de Fernando Henrique Cardoso, entre os anos de 1995 e 2002, para o qual compõe, no ano de 1995, a música intitulada "Comunidária". Sua letra é um apelo á solidariedade das pessoas, o que fica expresso muito bem na segunda e na terceira estrofe da música.

(...)Eu sei/ E você sabe/ Se não sabe, há de saber/ Quem nunca precisou de alguém/
Ainda está pra nascer/ E assim que nascer/ Logo precisará/ Da mãe, da mamadeira/
Da enfermeira ou da babá/ De braço em braço, berço em berço/ E na hora de andar/
De falar, de correr, de aprender a ler/ De sonhar.(...) (Rennó, 1996, p.365)

Na transição para o segundo mandato de Fernando Henrique, seu nome é cogitado para Ministro do Meio Ambiente, mas acaba sendo preterido por José Sarney Filho. Em entrevista ao Jornal do Comércio, em junho de 1999, Gilberto Gil ao ser indagado sobre o assunto, diz que não foi aceito para o cargo porque seu nome vinha acompanhado de uma proposta que representava o pensamento do Partido Verde, e o governo preferiu colocar no cargo um representante do PMDB que tinha o peso do nome e a influência política da família.

Enfim, em 2003, Gilberto Gil assume, após apoiar publicamente a campanha para presidência de Lula e em meio a muita polêmica acerca de sua indicação, o cargo de Ministro da Cultura.

Partindo do pressuposto de que a arte por si só já engloba a política, sendo o artista um homem politizado, mesmo quando ele não se envolve nos "podres poderes" da vida pública, é preciso fazer esclarecimentos no que concerne a essas esferas. A problematização acerca dos limites entre a política e a arte se dá no momento em que um artista decide inserir-se na atividade política institucionalizada, assumindo cargos na administração pública ou candidatando-se a mandatos político através de eleições. Mas a entrada na vida pública

não exclui o artista, muito pelo contrário. As criações musicais não são esquecidas por Gilberto Gil quando ele assume cargos públicos. Mesmo porque, como disse em entrevista concedida a revista *Veja*, em 21 de julho de 2004, "as pessoas sabem que eu sou Gilberto Gil cantor, compositor e que *estou* ministro". Antes de qualquer coisa, Gil é um artista.

REFERÊNCIAS:

- FEIJÓ, Martin Cezar. *O que é política cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- OYAMA, Thaís; MARTINS, Sérgio. Eu grito, sim. *Revista Veja*. Número 29. São Paulo: 21/07/2004, p.11-15.
- MARQUES, Carlos José. A política é um circo. *Revista Isto é*. Número 992. São Paulo: 21/09/1988, p. 3,6,10 e 12.
- RENNÓ, Carlos. *Todas as letras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- RISÉRIO, Antônio (Org.). *Gilberto Gil, Expresso 2222*. Salvador: Corrupio, 1982.
- RISÉRIO, Antônio; GIL, Gilberto. *O poético e o político e outros escritos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- RISÉRIO, Antônio. *Avant-Garde na Bahia*. São Paulo: Instituto Lina e P. M. Bardi, 1995.

O BANQUETE DE SILVIANO SANTIAGO: UM POSSÍVEL "RETRATO DO BRASIL"

Juliana Gomes*

O presente trabalho busca, diante dos textos teórico-críticos de Silviano Santiago, refletir sobre o processo de dependência cultural da literatura latino-americana, repensando a problemática das identidades culturais. Pretende-se ainda observar os movimentos migratórios deste intelectual, a partir de uma abordagem do seu livro de contos *O banquete* e do seu posicionamento teórico-crítico. Vale ressaltar que Silviano não dissocia cultura de literatura. Obtemos, portanto, uma visão/ reflexão sobre o panorama cultural/literário da América latina.

Até o presente momento, esta pesquisa percebe que o intelectual em questão pensa uma América-latina dependente das fontes. No ensaio "O entre- lugar do discurso latino- americano" (1971), Silviano recorre aos *Ensaio*s de Montaigne para iniciar a sua reflexão sobre a dependência cultural do Novo Mundo. Sabemos que esta dependência é advinda da colonização, quando os europeus impuseram aos autóctones a sua língua e a sua cultura.

Estes elementos de dominação arraigaram-se em nossa cultura, fazendo parte do domínio público a idéia de que uma produção artística para ser considerada boa deve vir carregada de referência às suas fontes: ao modelo europeu. No ensaio citado, Silviano Santiago define o entre-lugar do escritor latino-americano: entre a prisão da tradição, da reverência passado, ao que já foi escrito e a transgressão deste legado. O problema apresentado por Silviano Santiago é que a crítica do período oprimia os escritores de latino-américa. Quando estes buscavam criar algo inovador,

* Universidade Federal da Bahia (aluna de graduação e pesquisadora voluntária)

desvencilhando-se dos valores do colonizador europeu, ou do modelo europeu, sua arte era logo questionada, pois o que a crítica pretendia era o estabelecimento das influências, buscavam-se as influências, aliás essa era a praxe, segundo Silviano Santiago:

Seria necessário algum dia escrever um estudo psicanalítico sobre o prazer que pode transparecer no rosto de certos professores universitários quando descobrem uma influência, como se a verdade de um texto só pudesse ser assinalada pela dívida e pela imitação. Curiosa profissão essa cujo olhar se volta para o passado, em detrimento do presente, cujo crédito se recolhe pela descoberta de uma dívida contraída, de uma idéia roubada, de uma imagem ou palavra pedidas de empréstimo. (SANTIAGO, 1978)

Sobre a transgressão à literatura das fontes, relacionamos os procedimentos de pastiche e paródia, que nada mais são do que um revisitar o passado com um olhar voltado para o presente. O primeiro procedimento, pastiche, se relaciona mais a uma contribuição com o já escrito. Escreve-se uma segunda obra que poderá ser o suplemento do original, como explicaria, em entrevista concedida após palestra sobre o discurso da tradição dentro do modernismo em 1985, Silviano Santiago.

O pastiche não rechaça o passado, num gesto de escárnio, de desprezo, de ironia. O pastiche aceita o passado como tal, e a obra de arte nada mais é do que um suplemento(...) Reparem que a lógica da palavra "suplemento" é muito curiosa, porque o complemento dá a impressão de ter em mãos alguma coisa incompleta que você estaria completando. Suplemento é alguma coisa que você acrescenta a algo que já é um todo. (SANTIAGO, 2002, p. 134)

Quanto à paródia, sabemos que é uma espécie de negação da obra original. A paródia ridiculariza, rompe com o passado, com a reverência ao modelo, ao original, ao mesmo tempo que o reafirma, ao reutilizá-lo. Este procedimento foi muito utilizado no modernismo (1922). Contexto abordado pelo trabalho "A permanência do discurso da tradição no modernismo" de 1985. Neste texto Silviano Santiago discute, justamente,

esse ato de voltar-se para o passado a fim de buscar nele matéria-prima para novas obras, como foi o caso do Modernismo, no qual os artistas alimentavam-se antropofagicamente das obras da tradição europeia para, após digestão, produzir algo inovador, construído com elementos assimilados pelo olhar deglutidor, incorporando-se assim o traço europeu ao contexto do nacional. A paródia foi uma marca dos modernistas: negar o passado enchia os olhos da maioria. O problema apontado por Silviano Santiago é que, em um dado momento, os próprios modernistas assumiam o discurso da tradição, não parodisticamente, mas em toda a sua afirmação. E neste caso, Silviano questiona se a estética da ruptura, característica do moderno e do modernismo, na busca pela tradição, obteve "uma produção estética que se desliga do social enquanto dimensão do histórico vivenciado pelo poeta." (SANTIAGO, 2002, p. 134). Assim, Silviano expõe a sua expectativa acerca do que seria uma literatura moderna, mas sem a permanência do discurso da tradição, algo que versasse sobre o contexto atual no qual se insere o autor, sem a necessidade de reportagem ao passado.

Neste contexto de inovação e de ruptura com o passadismo é que analisaremos o livro de contos de *O banquete*. Este livro é bastante incomum, foi publicado em 1977, e apresenta 12 contos que buscam ofertar ao leitor um banquete, com pratos dos mais diversificados. Se o cliente, quero dizer, o leitor, preferir pode analisar o Menu no qual ele irá descobrir algo a mais sobre o prato que escolheu. Isto porque, no *Banquete* de Silviano, temos um índice e um Menu, cada conto possui dois títulos, sendo que os dois se suplementam.

O título do livro nos remete ao *Banquete* de Platão, no entanto, esta relação ainda não está sendo analisada, mas está prevista por esta pesquisa. Entendemos que o sentido do título está também em apresentar o conteúdo do livro como uma oferta, uma oferenda, mesa farta, muita informação, muitos recortes, muitas faces de um mesmo lugar: um possível retrato do Brasil, de sua cultura, de sua relação dependente da ideologia e cultura estrangeira, dos seus artistas e

problemáticas. Enfim, pode admirar o cardápio e escolher o que mais lhe apetece.

Hoje, vamos de "Mosquitos" ou, para soar melhor, "Eros e civilização". Tomemos como metonímia, objeto de análise do livro em questão, o seu primeiro conto: "Mosquitos" ou "Eros e civilização". Diante da leitura deste conto, percebemos a apresentação da equação proposta por Valéry e disseminada no projeto deste livro por Silviano: "Um leão é feito de carneiros assimilados." Esta equação pode ser analisada em mais dois contos deste livro: "Assassinato em Ouro Preto" e "labor Dei".

Lido, metaforicamente, "Mosquitos" nos revela a assimilação do objeto artístico e em segundo plano, para esta pesquisa, a assimilação das relações humanas. Neste contexto da antropofagia cultural de assimilar tudo o que for estrangeiro e "bom", para produzir algo tupiniquim, logo, inovador insere-se *O banquete* de Silviano Santiago.

Sobre o conto "Mosquitos", vemos que este nos apresenta um personagem que é denominado apenas de menino, que tem o costume de espetar mosquitos e eventualmente comê-los. A narrativa começa quando o menino é espetado em uma das suas experiências e vai em busca de alguém para ajudá-lo. A única pessoa que se encontrava em casa era a empregada que o recebe nua em seu quarto, sem despertar a curiosidade deste; é então que a empregada resolve conferir sua inocência e termina por iniciá-lo sexualmente. Trava-se entre a empregada e a professora de português, que freqüentava de segunda à sexta a casa do menino, uma disputa pela iniciação sexual deste.

Os pais preocupavam-se com duas situações relacionadas ao menino: a primeira era sua iniciação sexual pela empregada, mas acharam melhor do que se este buscasse os bichos, já bastavam os mosquitos. A segunda é a sua mania de colecionar mosquitos mortos e depois comê-los. Com relação à segunda preocupação, os pais deram de presente ao filho brinquedos, um cachorro, acharam que deveriam mudar a diversão do menino, mas ele não gostou, prendia o cachorro, o cachorro morreu. Por sorte, pensaram os pais, apareceu um pau-de-arara na porta deles,

vendendo um casal de periquitos australianos. Eles compraram, e ficaram muito felizes com a atitude do menino: "conseguia reproduzir com perfeição o ruído que faziam," (SANTIAGO, 1977, p. 24). A mãe pensou que até daria para música, iria contratar uma professora de piano. Mas o menino termina por matar os bichos também, e após súplicas da mãe para que ele enterrasse o casal no jardim, o menino resolve comê-los, não sabendo a indigestão que esta refeição lhe causaria. Logo, ficou de cama, tomou laxante para cavalo, dado pela mãe, vomitou muito e depois melhorou. Enquanto ele estava doente, a professora de português ficou apavorada, achou que era uma desculpa o fato de o menino estar doente, achou que os pais tinham descoberto o que ela fazia com ele. Até que um dia recebeu um telefonema, estavam a sua espera, o menino sarou.

Lido metaforicamente, "Mosquitos" nos apresenta uma crítica ao artista latino-americano, através do personagem principal, menino, metáfora do artista ainda em formação, experimentador de sensações, medos, frustrações.

Silviano Santiago monta um espetáculo antropofágico, exótico, que vai além, segue a proposta de Valéry: "Um leão é feito de carneiros digeridos". Levando esta interpretação ao foco cultural, temos que para obter um produto cultural forte (Leão), devemos passar pelo processo de assimilação da cultura alheia, seguida de uma posterior digestão e, como queriam os modernistas, um súbito vômito tupiniquim. Colocar para fora o que não deve ser assimilado, neste ato, relacionamos os procedimentos de pastiche e paródia, principalmente o segundo, que despe a obra original para lhe oferecer uma outra roupagem, muitas vezes uma roupagem ridícula, esdrúxula, insana, na tentativa de revisitar o passado, mas sem o compromisso com a sua reafirmação. Não por acaso, o menino de Silviano Santiago sente-se mal ao ingerir os periquitos australianos, não eram periquitos qualquer, eram estrangeiros, referência às fontes que influenciam o artista latino-americano. Este deve assimilá-las, no entanto, produzir uma obra que não as repitam. No conto, sobre o episódio dos periquitos australianos, Silviano Santiago nos oferece mais um indício da

relação metafórica do menino como sendo o artista latino-americano. Ele nos diz que a mãe da criança ficou muito feliz com o filho, pois ele tinha realmente se empolgado com os periquitos:

Punha a gaiola em cima da mesa da copa e ficava olhando entretido para eles durante todo o dia. Tomavam café, almoçavam e jantavam com a gaiola servindo de centro de mesa. (SANTIAGO, 1977, p. 24)

A verdade é que, para o menino, a gaiola em cima da mesa era o prato principal de um banquete indigesto, que só saberia sê-lo, após a ingestão do "alimento". A mãe do menino estava satisfeita com a sua atitude: havia parado de comer mosquitos e estava sendo capaz de "reproduzir com perfeição o ruído que faziam. (os periquitos)" (SANTIAGO, 1977, p. 24). Reproduzir com perfeição significa imitar. Esta é a grande crítica de Silviano Santiago ao artista de latino-américa que, diante das fontes, apenas repete o discurso da tradição. Critica ainda os modernistas que, certos de produzirem uma obra que gargalha na cara do "passadismo" (SANTIAGO, 2002), não conseguiram desvencilhar-se da tradição. Ao negar o passado, pela paródia, por exemplo, os modernistas terminam por reafirmá-lo em sua importância, transformando-o cada vez mais em cânone. Podemos acordar, ainda, para a relação estabelecida entre o menino e a professora de português, que freqüentava sua casa de segunda à sexta às nove horas. Analisemos a situação metafórica. Essa professora sendo de português, estava ensinando o menino a ler, mas se comporta ainda como uma professora de sexo. Vale ressaltar que ela, ao descobrir que não foi a primeira mulher a mexer na coisa do menino, entregou-se com mais luxúria que a outra e pediu a ele:

Não volta, não volta nunca ao quarto da empregada. (SANTIAGO, 1977, p. 24)

É a língua portuguesa exigindo exclusividade ao escritor. Devemos observar que nesta relação podemos indicar o menino como sendo a metáfora, não de um artista qualquer, mas de um escritor nacional, que

em formação, menino, tem um relacionamento extremamente íntimo com a língua, sendo que esta é capaz de manipulá-lo, "mexendo" com as suas sensações mais íntimas. Temos implícito ainda o sentido vital deste relacionamento: é através do sexo que procriamos, assume-se, assim, a relação vital entre o escritor e a língua.

Enfim, o conto "Mosquitos" surpreende ainda pelo modo como está articulada a linguagem, imagens superpostas como se fossem quadros sobrepostos. A narração também é inovadora, mistura observação com participação, sugere uma radionovela, cuja voz do narrador é também a voz disfarçada dos personagens. Difícil precisar o momento em que narrador e personagem se separam.

O autor busca, através da proliferação de imagens, abordar a problemática da dependência cultural, a questão da antropofagia cultural. Este projeto, pretende analisar o livro por inteiro, buscando ainda evidenciar as migrações relacionadas ao posicionamento teórico-crítico de Silviano Santiago no que tange a temática da dependência cultural.

REFERÊNCIAS:

SANTIAGO, Silvano Uma literatura nos trópicos: ensaios sobre a dependência cultural. São Paulo: Perspectiva: Secretaria da Cultura, Ciência e tecnologia do estado de São Paulo, 1978.

_____ Nas malhas da letra: ensaios. Rio de Janeiro: Rocco, 2002.

_____ O banquete, ed. São Paulo, Àtica, 1977.

Resumo:

O trabalho tem por objetivo, situar o banquete no conjunto da criação literária de Silvano Santiago, elucidando o modo como são representadas as imagens que definem as relações de dependência cultural e que constroem determinadas visões do Brasil, ou um possível "Retrato do Brasil". Pretende-se ainda, abordar os processos de apropriação textual que constituem *O banquete*, observando os procedimentos de pastiche e paródia através dos quais se assimilam antropofagicamente diversos textos da cultura, verificando-se também as diluições de fronteiras que são operadas entre os diversos gêneros discursivos.

Palavras- chaves:

SILVIANO SANTIAGO, DEPENDÊNCIA CULTURAL, ANTROPOFAGIA CULTURAL, O BANQUETE.

O DESENVOLVIMENTO LEXICAL INICIAL DOS 8 AOS 16 MESES DE IDADE: UM ESTUDO A PARTIR DO INVENTÁRIO MACARTHUR DE DESENVOLVIMENTO COMUNICATIVO

Claudia Tereza S. da Silva¹

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo apresentar os resultados da dissertação de mestrado desenvolvida por esta pesquisadora, que teve como tema o desenvolvimento lexical inicial (DLI) de crianças entre 8 e 16 meses de idade adquirindo o português brasileiro. Para tanto, tal estudo adotou como instrumento de coleta o protocolo *Palavras e Gestos* do Inventário MacArthur de Desenvolvimento Comunicativo e a metodologia de coleta adotada por seus elaboradores. O estudo, envolvendo 27 crianças soteropolitanas na faixa etária em questão, permitiu-nos chegar às seguintes conclusões: existe uma assimetria entre a quantidade de itens lexicais compreendidos e a quantidade de itens produzidos; no nível da compreensão, o grupo dos "Nomes Comuns" predomina em todas as faixas etárias, seguido do grupo dos "Predicados"; na produção, as categorias "Sons de Coisas e de Animais", "Pessoas", "Objetos e Lugares fora da casa" e "Jogos e Rotinas" dominam até o primeiro ano de vida, sendo que, a partir daí, outras categorias semânticas como "Comidas e Bebidas", "Palavras de Ação", "Partes do Corpo", "Animais" e "Utensílios da Casa" começam a aparecer em maior número. Em linhas gerais, as informações oriundas desta coleta corroboram estudos já realizados, em outras línguas, a respeito dessa fase inicial de aquisição.

Palavras-chave: Aquisição de Linguagem, Desenvolvimento Lexical, Primeiras Palavras

APRESENTAÇÃO

Verificar os padrões de compreensão e de produção de crianças tão novas – de 8 a 16 meses de idade – não é tarefa das mais fáceis. Essa dificuldade não diz respeito apenas a uma dificuldade de interação. Embora uma palavra seja considerada adquirida quando a criança é capaz

¹ Claudia Tereza S. da Silva, Universidade Federal da Bahia, Instituto de Letras. Doutoranda (CNPq)

de apontar, de segurar, de trazer, de oferecer ou de executar qualquer ação com o objeto solicitado, assim como olhar ou voltar-se para ele mais uma vez, o real entendimento de uma palavra, i.e., saber se a criança compreende a palavra "bola" da mesma forma que os adultos a compreendem é uma incógnita. Essa tarefa exige a análise de diversos fatores, como, por exemplo, o contexto de compreensão e de uso, já que a literatura atesta casos de palavras que só são compreendidas e/ou produzidas em um único e determinado contexto; ou palavras que são utilizadas para uma série de outros elementos parecidos como, por exemplo, a produção da palavra "bola" para se referir a outros objetos redondos ou circulares. Um outro fator é a análise do meio sociolingüístico da criança e de suas relações interativas, visto que a entrada lingüística, e mais especificamente, a quantidade de entrada lingüística diretamente dirigida na relação adulto-criança é fundamental para a aquisição de novas palavras.

Esse tema, os padrões de compreensão e produção lexical de crianças tão novas, é um assunto relativamente explorado pela literatura. Contudo, no Brasil, poucos estudos foram desenvolvidos sobre este tema ao longo de quase quatro décadas de investigações na área de Aquisição de Linguagem. Embora o surgimento das primeiras palavras seja um evento que vem sendo reportado e descrito por pais cientistas, de diversas partes do mundo, há pouco mais de um século (cf. CLARK, 1979; PINKER, 2002), e embora alguns estudos tenham sido desenvolvidos com o intuito de investigar aspectos como a maneira como cada uma dessas palavras é utilizada nos primeiros anos de vida; ou o modo como se processa a construção do signo lingüístico e de que forma as crianças trabalham com os significados deste; ou então a relação existente entre habilidades cognitivas e a aquisição de determinados vocábulos; entre muitos outros aspectos, a grande maioria dos trabalhos publicados e divulgados é referente a crianças adquirindo a língua inglesa. Praticamente inexistem estudos e listas desse tipo em português, principalmente tendo como foco crianças tão novas. A necessidade de

estudos nesta área se torna cada vez mais imediata, já que existe o interesse em se investigar, através do cruzamento de dados de diversas línguas, as semelhanças e diferenças no processo aquisicional empreendido por falantes de línguas estruturalmente distintas – investigação esta que tem contribuído para o estudo da existência e da natureza de princípios operacionais básicos de desenvolvimento lingüístico.

Esse fator, aliado à necessidade e à urgência da adaptação para o português brasileiro de um instrumento, o *Inventário MacArthur de Desenvolvimento Comunicativo: Protocolo Palavras e Gestos*, desenhado para obter informações a respeito do curso do desenvolvimento lexical inicial para ser utilizado, não apenas em pesquisas mas também como um instrumento para fins de tratamento clínico, foram, e ainda são, os propulsores da minha pesquisa. Desta forma, reunir, na medida do possível, informações a respeito do curso do desenvolvimento lexical inicial em língua portuguesa, fornecendo, ainda que sem um caráter normativo, um perfil desse desenvolvimento no processo de aquisição do português brasileiro, constituiu – e ainda constitui – o grande foco de interesse desta pesquisa.

Assim, para a composição do *corpus* do trabalho desenvolvido durante o mestrado, o protocolo *Palavras e Gestos* dos Inventários MacArthur de Desenvolvimento Comunicativo foi adotado como instrumento de pesquisa. Tais inventários, ou CDI's, já adaptados e normatizados para diversos idiomas, foram desenvolvidos após aproximadamente 15 anos de pesquisa por estudiosos interessados em desenvolver um instrumento que fosse capaz de fornecer informações sobre o curso do desenvolvimento lingüístico, desde os primeiros sinais gestuais não-verbais até a expansão do vocabulário inicial e o início da gramática, sendo, a princípio, elaborado para fins de pesquisa e posteriormente utilizado para fins clínicos (FENSON et al., 1993).

METODOLOGIA DO CDIⁱ

Os CDI's adotam como metodologia de coleta o relato parental, pois os elaboradores acreditam haver uma série de vantagens nas informações provenientes deste tipo de metodologia (cf. FENSON et al., 1993). No entanto, essa é duramente criticada. Para alguns pesquisadores, não é muito provável que o CDI possa fornecer uma boa avaliação de compreensão inicial tendo em vista (a) a dificuldade de determinar, a partir de uma única observação, se a criança realmente compreende uma palavra. Como resultado, pode haver uma tendência dos pais a superestimar a compreensão, particularmente no primeiro ano de vida; (b) o fato de o relato dos pais, segundo alguns pesquisadores, mesmo quando complementado por entrevista, não providenciar informação detalhada sobre o contexto preciso no qual a palavra é compreendida e utilizada, dificultando a categorização das palavras.

Além disso, os CDI's possuem uma série de limitações, como reconhece os próprios elaboradores (cf. BATES; DALE; THAL, 1997). Diversas são as informações a respeito do DLI que não são possíveis de serem investigadas a partir, unicamente, dos dados provenientes do protocolo: informações sobre o desenvolvimento fonológico e sobre frequência de uso de determinado tipo de palavra; não permitem a distinção entre imitação e fala espontânea, nem a especificação da extensão dos contextos nos quais as palavras são usadas (uso flexível, presas ao contexto ou frases memorizadas), partindo do pressuposto de que todas as palavras são referenciais; não permitem, também, verificar casos de super e subextensões, nem verificar a incidência de palavras que são produzidas sem serem compreendidas.

Uma vez relatadas todas essas "deficiências", quais seriam as vantagens de adaptar os Inventários para o português brasileiro? Em primeiro lugar, a grande maioria dos instrumentos desenvolvidos para triagem da linguagem não aborda este período inicial, sendo elaborados para a investigação de crianças a partir dos 2 anos de idade. Segundo

Gallassi (2002), os que foram elaborados para este período inicial apresentam alguns inconvenientes: alguns abordam apenas a linguagem expressiva, outros exigem pessoas muito treinadas para a administração e compilação dos dados, e muitos não são considerados confiáveis e válidos. De todos esses instrumentos, o *Inventário MacArthur de Desenvolvimento Comunicativo* é o que parece apresentar melhores condições para se obter uma amostra representativa da linguagem infantil nesta etapa inicial e para ser utilizado na avaliação clínica. Em segundo lugar, uma vez tendo em mãos os padrões de desenvolvimento lexical de crianças adquirindo o português, para cada faixa etária, traçados a partir de um estudo mais amplo de normatização, o instrumento servirá como uma ferramenta para situar, por exemplo, em qual estágio se encontra um paciente que acabou de ter um implante auditivo efetuado (cf. a pesquisa desenvolvida por PADOVANI, 2003), ou, num outro caso, uma criança ou mesmo um adolescente, com síndrome de down, fornecendo subsídios para o posterior tratamento e/ou acompanhamento. Além desse propósito clínico, a lista de frequência das primeiras palavras poderá ser utilizada para fins educacionais, podendo servir como base ou como suporte para outros projetos, bem como para a construção de material de pesquisa, materiais didáticos e testes de língua.

METODOLOGIA E *CORPUS*

Foram, ao todo, 27 crianças entre 8 e 16 meses (um ano e quatro meses), três em cada faixa etária, dos dois sexos, residentes em Salvador – BA, sem nenhum tipo de comprometimento central ou periférico. Para a composição do *corpus*, um outro fator foi levado em consideração: o nível de escolaridade dos pais. Desta forma, ao menos **um** dos pais deveria ter ou o nível médio completo (2º grau) ou o nível superior (completo ou não). Na maior parte, os protocolos, 20 ao todo (74,1%), foram respondidos pelas mães.

RESULTADOS

No que se refere ao desenvolvimento lexical, em linhas gerais, as informações oriundas desta coleta corroboram estudos já realizados a respeito dessa fase inicial de aquisição. Contudo, tendo em vista as limitações desse instrumento enquanto ferramenta utilizada para traçar um perfil de desenvolvimento lingüístico, além das limitações decorrentes da sua metodologia de coleta, o tratamento dos dados dele provenientes merece bastante cautela. Desta forma, as considerações que aqui são apresentadas não devem ser tomadas como normas e/ou padrões de desenvolvimento lexical durante o processo de aquisição do português brasileiro, e, sim, como resultado de um esboço de um perfil, traçado a partir de estudo preliminar que, apesar de uma quantidade razoável de sujeitos – se comparado com alguns estudos que tomam como referência o desenvolvimento de uma única criança –, necessita, devido, em muito, ao instrumento e à metodologia de coleta adotados, de um estudo mais amplo para que se possa fornecer, de forma mais confiável, informações normativas.

Existe uma assimetria entre a quantidade de itens lexicais compreendidos e a quantidade de itens produzidos (corroborando informações provenientes dos estudos desenvolvidos por BENEDICT, 1979; BARRET, 1993, 1986; BATES et al., 1997; HARRIS et al., 1995). De um modo geral, os dados da dissertação mostraram que, a partir dos 8 meses de idade, as crianças já compreendem o próprio nome, deixam de fazer o que estão fazendo quando ouvem um “não” e procuram pelos pais quando ouve alguém chamá-los, corroborando informações a respeito desta fase inicial de aquisição. A imitação das coisas que escutam inicia-se por volta dos 10 meses de idade, não sendo atestada como regular (“às vezes) e começam a nomear as coisas que vêem ao passear pela casa por volta de 1 ano de idade, tendo sido atestado em alguns sujeitos e noutros não.

A análise das informações provenientes da segunda parte, que tem como foco as ações e os gestos comunicativos, mostra que não há, em linhas gerais, uma seqüência ordenada para o início de brincadeiras, i.e., são poucas as atividades que serão atestadas em todos os sujeitos de uma determinada fase que continuarão pelas fases seguintes, evidenciando a existência de diferenças individuais, quer no nível lingüístico, quer no nível cognitivo.

No que diz respeito ao léxico, as informações podem ser resumidas da forma especificada a seguir:

Na compreensão, a categoria lexical mais freqüente em todas as faixas etárias da amostra foi a dos "Nomes Comuns", seguida pela categoria dos "Predicados". Entretanto a análise das categorias semânticas mostra que as "Palavras de Ação" são as mais freqüentes, seguidas das categorias "Utensílios da Casa", "Comidas e Bebidas" e "Móveis e Aposentos" (Cf. Gráfico 1). A média de compreensão aos 8 meses é de, aproximadamente, 66 palavras e a média aos 16 é de, aproximadamente, 190 (Cf. Gráfico 2).

Quanto à produção, crianças de 8 meses já estão, segundo os pais, produzindo fala significativa. Neste nível, a categoria lexical mais freqüente foi a dos "Nomes Comuns" seguida das categorias excluídas, intituladas "Outras". A análise das categorias semânticas, isoladamente, mostra que a categoria "Pessoas" é a mais freqüente, seguida das categorias "Comidas e Bebidas", "Sons de Coisas e de Animais" e das "Palavras de Ação" (Cf. Gráfico 1). A média de produção aos 8 meses é de 2 palavras aumentando para, aproximadamente, 76 aos 16 meses (Cf. Gráfico 2).

Embora este instrumento não forneça informações a respeito das relações interativas da criança com os adultos que fazem parte do seu dia-a-dia, os itens mais atestados como freqüentes, tanto na compreensão quanto na produção, parecem ser realmente aqueles aos quais elas são mais expostas, fazendo parte das suas rotinas diárias. Além disso, tais itens, recorrentes na fase inicial do desenvolvimento lexical em

crianças adquirindo o português brasileiro, são semelhantes aos itens de crianças adquirindo o inglês, confirmando especulações de estudiosos que acreditam que nesta fase inicial as crianças adquirem, basicamente, as mesmas palavras (cf. CLARK, 1979; PINKER, 2000). Assim, “suco”, “biscoito”, “pão”, “olho”, “nariz”, “boca”, “chapéu”, “sapato”, “fralda”, “carro”, “caminhão”, “cachorro”, “gato”, “bola”, “boneca”, “copo”, “colher”, “escova”, “chave”, “luz”, “dá”, “mamãe”, “papai”, “bebê”, “cima”, “fora”, “abre”, “não”, “oi”, “tchau”, comumente registradas em diários parentais a respeito de crianças adquirindo a língua inglesa (CLARK, 1979; PINKER, 2002), também o foram neste estudo, com algumas poucas exclusões e acréscimos.

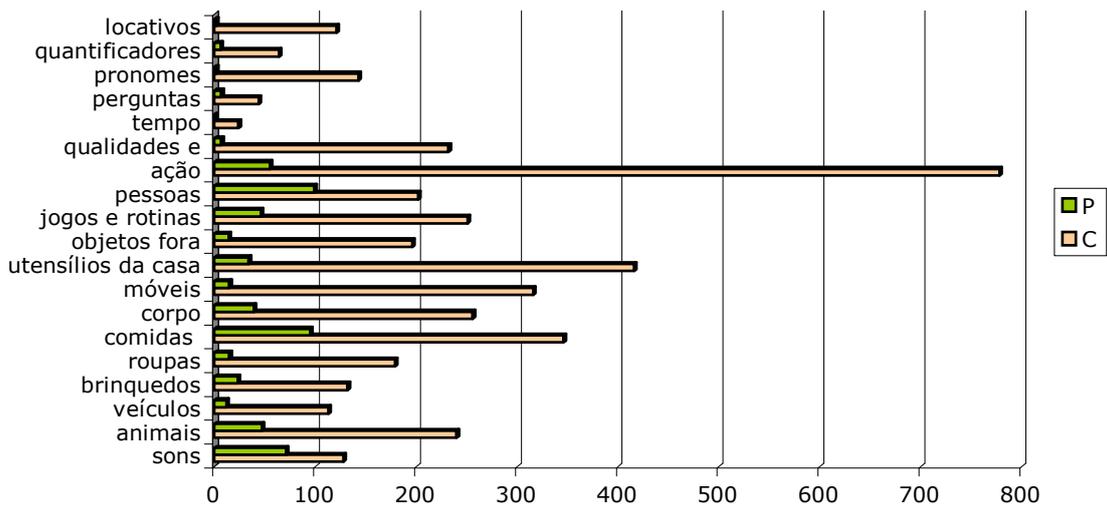


Gráfico 1 – Dados finais das categorias semânticas na compreensão e na produção

Compreensão x Produção

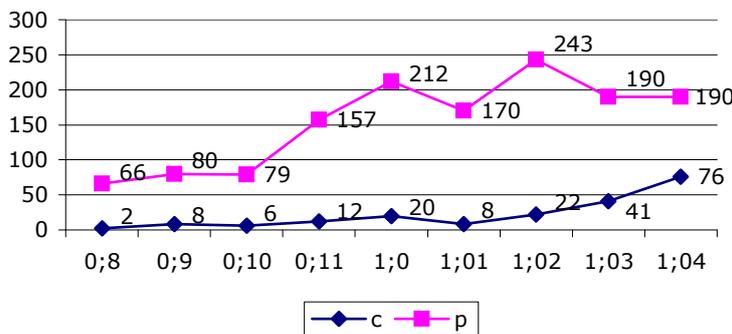


Gráfico 2 – Dados da compreensão e da produção das 9 faixas etárias (média)

Os dados parecem também confirmar a assertiva de que determinados tipos de palavras só são adquiridos durante ou após determinados estágios sensório-motores propostos por Piaget (Cf. BATES, 1979; GOPNIK; MELTZOFF, 1986; BARRET, 1997), mais especificamente os estágios 5 e 6 – embora seja de fundamental importância uma análise mais aprofundada das habilidades cognitivas de cada uma das crianças. A grande parte desses estudos centram-se na categoria, aqui intitulada, de “Palavras de Ação”. Desta forma, palavras como “cair”, “colocar”, “jogar”, “levar”, “puxar”, “trazer”, que se referem a movimentos visíveis de objetos e a movimentos de objetos em que pelo menos parte não é visível, só parecem ganhar destaque, na compreensão, após os 12 meses de idade, apesar de aparecerem esporadicamente nas faixas antecedentes.

Quanto à produção, os dados também **parecem** confirmar a hipótese de que as primeiras palavras estejam ligadas ao início do comportamento meio-fins, i.e., o ingresso no estágio 5, sustentando a suposição de que muitos desses primeiros usos tenham uma função diretiva.

Interessante verificar como a produção de itens outros que não aqueles que parecem estar relacionados com as necessidades e/ou interesses imediatos da criança aparecem, com maior frequência, apenas após os 12 ou 13 meses de idade, como é o caso de palavras das categorias “Animais”, “Brinquedos”, “Roupas”, “Partes do Corpo”, “Móveis e Aposentos”, “Objetos e Lugares fora de Casa”, “Palavras de Ação”, “Qualidades e Atributos”, “Perguntas”, “Quantificadores” e “Locativos”, coincidindo com o início da atividade de nomeação de objetos, de forma espontânea, ao passear pela casa, por exemplo. Entretanto vale a pena recordar o fato de não se ter informações a respeito da natureza dessas primeiras palavras, i.e., se são usadas de forma presa ao contexto ou de forma referencial.

Os dados não mostram a existência de diferenças significativas nos dados, com relação à variável classe sócio-escolar dos pais – embora a

quantidade de crianças seja pequena e tal fator necessite de uma investigação e de uma análise mais aprofundada. De uma maneira geral, os achados são basicamente os mesmos, tanto com relação aos estudos relativos a crianças adquirindo outras línguas, quanto em relação às próprias crianças deste *corpus*. A diferença parece incidir no que diz respeito à quantidade de palavras compreendidas e produzidas e à velocidade de aquisição. Assim, apesar de haver um certo padrão, uma certa rota no processo de aquisição, a variação existente dentro desse padrão é enorme. Um instrumento como o CDI parece aumentar ainda mais essa variação, já que não provê diversas informações, como a tão necessária análise do contexto (quer de compreensão, quer de uso). A falta dessa informação, aliada à dificuldade de entendimento, por parte dos pais – independentemente da classe sócio-escolar à que pertencem – do que se entender por “primeiras palavras”, acarreta, na maior parte dos casos, uma superestimação da capacidade lingüística do seu filho. Este fato traz como conseqüência altos percentuais, principalmente no que se refere à produção, como os atestados para os 8 e 9 meses de idade.

Parece realmente existir uma dificuldade no entendimento do objetivo da pesquisa. Esta dificuldade torna-se mais evidente em categorias como “Palavras de Ação”, na qual muitas vezes os pais confundem compreender a palavra com executar a ação. Desta forma, freqüentes eram as necessidades de explicar que não é o executar a ação, mas o compreender da palavra. Além disso, muitas categorias como “Pronomes”, “Palavras de Tempo”, “Qualidades e Atributos”, “Locativos” e “Quantificadores” já eram logo descartadas pelos pais antes da leitura de todos os itens, evidenciando um certo desconforto com a demora da aplicação.

Embora os dados provenientes do estudo normativo americano sejam similares aos estudos de diários e/ou longitudinais realizados com uma amostra menor, os dados obtidos com protocolo são considerados elevados em comparação com os dados de muitos outros estudos, principalmente os de diário e os longitudinais. Porém, os CDI’s enquanto

instrumento para avaliação clínica, vêm-se apresentando, ao longo de anos, como um instrumento realmente eficaz e prático, além de ter um custo menor do que os outros instrumentos disponíveis no mercado. Observe-se, contudo, que, no caso de um uso para tratamento e/ou avaliação clínica, as informações dos pacientes não são limitadas às informações provenientes apenas deste instrumento, sendo, em grande parte dos casos, utilizados como um dentre outros métodos avaliativos.

As limitações realmente existem, contudo a necessidade de um estudo normativo se faz presente, não apenas para a normatização do instrumento, que parece possuir um grande valor e uma grande utilidade na área clínica, como também devido a uma necessidade de informações a respeito de padrões, ainda que bastante limitados qualitativamente, durante o processo de desenvolvimento lexical inicial na aquisição do português brasileiro, a fim de se confrontarem dados provenientes de diversas línguas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARRET, M. Early semantic representation and early word-usage. In: KUCZAJ, S.; BARRET, M. (Ed.) *The development of word meaning: progress in cognitive development research*. New York: Springer Verlag, 1986. p. 39-67.

BARRET, M. Early language development. In: SLATER, A.; BREMNER, C. (Ed.) *Infant development*. London: Lawrence Erlbaum Associates, 1993. p. 211-241.

BARRET, M. Desenvolvimento lexical inicial. In: FLETCHER, P.; MACWHINNEY, B. *Compêndio da linguagem da criança*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997. p. 299 – 322.

BATES, E.; DALE, P.S.; THAL, D. Diferenças individuais e suas implicações para as teorias do desenvolvimento da linguagem. In: FLETCHER, P., MACWHINNEY, B. *Compêndio da linguagem da criança*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997. p. 87 – 130.

BATES, E. (ed.) *The emergence of symbols: cognition and communication in infancy*. New York: Academic Press, 1979.

BENEDICT, H. Early lexical development: comprehension and production. *Journal of Child Language*, Cambridge University Press, n 6, p. 183 – 200, 1979.

CLARK, E.V. Building a vocabulary: words for objects, actions, and relations. In: FLETCHER, P.; GARMAN, M. (Ed.). *Language acquisition: studies in language development*. Cambridge: Cambridge University Press, 1979. p. 149-160.

FENSON, L. et al. *MacArthur Communicative Development Inventories: user's guide technical manual*. San Diego, California: Singular Publishing Group, 1993.

GALLASSI, A. *Investigação da aplicabilidade de uma adaptação para o português do Inventário de Desenvolvimento Comunicativo MacArthur – versão: Palavras e Gestos*. 2002. Dissertação (Mestrado em Fonoaudiologia) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2002.

GOPNIK, A., e MELTZOFF, A. Words, plans, things, and locations: interactions between semantic and cognitive development in the one-word stage. In: KUCZAJ, S. & BARRET, M. (Ed.) *The development of word meaning: progress in cognitive development research*. New York: Springer Verlag, 1986. p. 199-224

HARRIS, M. et al. Symmetries and asymmetries in early lexical comprehension and production. *Journal of Child Language*, Cambridge University Press, n. 22, p. 1-18, 1995.

PADOVANI, C. *Características do desenvolvimento inicial da linguagem oral em crianças deficientes auditivas usuárias de implante coclear*. 2003. Tese (Doutorado em Letras e Lingüística) Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, 2003.

PINKER, S. *O instinto da linguagem: como a mente cria a linguagem*. Tradução: Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2002. p. 333-378.

NOTA

¹ Para uma maior explanação a respeito do protocolo Palavras e Gestos, cf. SILVA, Claudia T. S. *Desenvolvimento Lexical Inicial dos 8 aos 16 meses de idade a partir do Inventário MacArthur de Desenvolvimento Comunicativo – Protocolo Palavras e Gestos*. Dissertação de Mestrado (Letras e Lingüística). Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, 2003.

PALAVRAS CHAVE: Narrativas orais, cordel, memória

RESUMO

Neste trabalho pretende-se investigar os procedimentos operacionados na passagem do texto impresso para o oral, buscando compreender por quais mecanismos eles atuam, e que elementos da seqüência narrativa são suprimidos ou incorporados nessa nova tessitura. O estudo tem evidenciado a existência de invariantes e variantes na estrutura da nova criação narrativa. Assim, do trânsito escritura/voz originam-se textos híbridos, nos quais renovação e tradição são faces da mesma moeda, havendo, portanto, uma coexistência de opostos aparentemente excludentes. A introdução de novos elementos num texto tradicional não o descaracteriza e, sim, garante sua permanência e funcionalidade em contextos diversos. Podemos depreender ainda que, em comunidades onde as histórias dos folhetos de cordel são transmitidas através da voz, a memória é um instrumento privilegiado e o contador um membro importante na circulação desses textos. É, portanto, no momento da performance que os textos impressos são transpostos para o universo oral e transformado pelo narrador em uma versão singular entre as demais. Nesse sentido parece-me claro a dinâmica dos contadores populares que, alimentam a arte de contar também em outras fontes que não as orais.

PROSIFICAÇÃO DO CORDEL: UMA RECRIAÇÃO DO POPULAR

Vanusa Mascarenhas Santos*

Pensar a literatura oral no âmbito dos Estudos Literários requer uma compreensão mais ampla dessa modalidade textual que não a reduza ao binômio contador/ouvinte. Como afirma Paul Zumthor:

A transmissão de boca a ouvido opera o texto, mas é o todo da performance que constitui o locus emocional em que o texto vocalizado se torna arte e donde procede e se mantém a totalidade das energias que constituem a obra viva¹.

Assim, é imprescindível que o seu estudo contemple o espaço físico com toda sua carga simbólica, a expressividade do contador e a participação do público, elementos que combinados formam o tripé construtor do texto oral.

Durante nossas pesquisas de campo, pude sentir a magia que envolve contador e público, que as transcrições não conseguem dar conta. Nesse cenário ouvimos textos em situações de performance diferenciadas e percebemos o quanto às versões ouvidas se diferenciam a depender da desenvoltura de cada contador.

A habilidade do contador favorece ainda, a assimilação de textos provenientes de outras matrizes que não a oral, especialmente os folhetos de cordel. Fenômeno observado pela equipe do PEPLP em recente incursão realizada em Baiacu – Vera Cruz. Uma das narrativas ouvidas interessou-me bastante, pois, embora apresentasse a estrutura de um conto de encantamento, a musicalidade e a presença de alguns versos, lembrava a estrutura dos folhetos de cordel. Após localizar o cordel de autoria de Leandro Gomes de Barros, intitulado *Juvenal e o Dragão*, iniciei uma análise comparativa deste folheto com a versão oral *Juvenal e a Serpente*.

A ênfase deste trabalho repousa na investigação dos procedimentos operacionados na passagem do texto do cordel para o

* Vanusa Mascarenhas Santos. Universidade Federal da Bahia (bolsista PIBIC)

do conto, buscando compreender que elementos da seqüência narrativa são suprimidos ou incorporados nessa nova tessitura, e que mecanismos garantem sua aceitação pela coletividade.

É importante salientar que a recriação de textos do cordel em espaço oral não é algo recente mesmo porque o ambiente no qual o cordel floresceu e se solidificou sempre fora constituído, na sua maioria, por pessoas iletradas, sendo a leitura coletiva a forma mais viável para propiciar o contato do público com essa Literatura. A voz era, portanto, a condição de existência do cordel e os cantadores e contadores de histórias seus grandes divulgadores. Dessa forma, a absorção das narrativas dependia não apenas dos olhos, mas também da audição, conferindo a memória a responsabilidade de reter, recriar e adaptar esses textos.

Tal situação torna o contador um membro importante para a circulação desses textos, não só pela sua capacidade de captá-los e transmiti-los, mas por dominar as técnicas que dinamizam a comunicação e garantem a atenção do público, participante ativo desse momento de transmissão. Pois é através da performance que os textos impressos são transpostos para o universo oral e transformados pelo contador em uma versão singular entre as demais.

Nessa perspectiva, o contador transforma-se em co-autor da história que narra, pois, além de adequá-la as suas habilidades narrativas, filtra, com base em seus próprios valores e os cristalizados por seu grupo, as informações que devem ser transmitidas. Por outro lado, também é responsável pela inserção das marcas contextuais - espaciais e temporais - que atualizam o texto, garantindo seu entendimento, funcionalidade e aceitação coletiva.

O cordel, surgido como produto das tipografias em um contexto oral, incorporou elementos da escrita, mas manteve-se fundamentado no código da oralidade. Por se tratar de uma criação popular articulada dentro de um universo lingüístico e social comum àqueles a quem se

destina, a identificação público/obra tende a ser imediata. Não sendo difícil mesmo para aqueles que não dominam os segredos da versificação apreenderem seus conteúdos e prazerosamente recontá-los oralmente.

A discussão sobre o trânsito oral/impresso torna-se mais complexa se tratando do cordel, já que é comum entre os cordelistas a transposição de narrativas orais para os folhetos a fim de comercializá-las. E mesmo quando há a criação de histórias exclusivamente para circular através dos cordéis, o código utilizado é o da oralidade e o enfoque da cultura local. O sistema de referências, portanto, permanece comum a autores e leitores, favorecendo a divulgação e recriação dos folhetos também em universos predominantemente orais. As histórias ouvidas são repassadas da forma como são compreendidas e apreendidas, permanecendo, ainda hoje, no imaginário popular e sendo vivificadas a cada performance.

Os estudos apontam o cordel *Juvenal e o Dragão* como uma versão rimada do conto oral "Os três cães", caracterizando um primeiro movimento textual: do oral para o impresso. A recriação desse texto impresso em um universo de oralidade mista caracteriza um segundo movimento textual: do impresso para o oral, ou seja, o retorno desse texto à oralidade.

O caminho percorrido pelo folheto "*Juvenal e o Dragão*" até a versão oral é curioso. O contador, ao ser questionado sobre a origem da história, foi bastante elucidativo, afirmando tê-la ouvido de um senhor iletrado, já falecido, morador da região. Esse senhor comprava o cordel na cidade e pedia para uma outra pessoa fazer a leitura. E assim, ele apreendia o cordel e depois o transmitia em sua forma original – em versos.

Essa informação e os versos presentes na narrativa foram de grande valia para a definição do cordel como texto matriz. Todavia, reconheço que nada impede ser o texto impresso, em questão, já a

transposição de uma versão oral ouvida anteriormente pelo poeta popular.

A versão recolhida da oralidade se apresenta em prosa intercalada por alguns versos. A mudança do verso para a prosa demonstra o início do processo adaptativo do novo texto, que se molda à característica narrativa do contador, diferente da característica do contador primeiro, com quem aprendera a história.

Na tentativa de enquadrar a narrativa no modelo tradicional do conto de encantamento, propus-me a fazer uma decomposição da estrutura textual em seqüências narrativas, constituídas por funções na acepção de Propp, a fim de detectar a presença dos elementos estruturais que constituem as invariantes sustentadoras desse tipo de conto, tomando como referencial as seqüências narrativas apontadas por Doralice Fernandes Xavier Alcoforado na sua Tese de Doutorado intitulada *As Belas baianas: o feminino no conto popular*.

Na versão analisada pude perceber as seguintes seqüências:

Situação inicial: Um senhor de idade, antes de morrer, passa como herança para seu filho três carneiros e a incumbência de cuidar desses animais.

Ação preparatória: Um estranho convence o herói – Juvenal – a trocar os três carneiros por três cães .

Dano: Uma serpente está devorando os moradores de uma cidade e exige para findar a mortandade que o rei lhe envie anualmente uma moça bonita. A escolha dessa vez recai sobre a princesa, sua filha.

Partida: Juvenal resolve sair para caçar levando consigo os três cães.

Tarefa difícil: O herói encontra a princesa prestes a ser devorada pela serpente e resolve protegê-la, enfrentando o monstro.

Vitória: O herói vence a temível serpente com a ajuda de um dos cães que trazia consigo.

Recompensa: A princesa oferece como prêmio o seu amor.

A seqüência natural – final feliz – é interrompida, com o adiamento do protagonista em aceitar a proposta da princesa, tal fato permite ao antagonista entrar em ação, determinando a reduplicação de algumas seqüências. O antagonista, cocheiro da princesa, usurpando o lugar do herói obriga a donzela a apresentá-lo como o benfeitor da causa perante o rei e a nação. Assim, quando, após um ano, o verdadeiro herói retorna à cidade onde morava a princesa, como lhe havia prometido, e ao se apresentar como verdadeiro matador da serpente é atacado pela polícia. Mas com a ajuda dos três cães, sua prisão é evitada e o impostor é desmascarado e condenado a morte.

Final feliz: Juvenal casa-se com a princesa que salvou das garras da serpente.

A análise comparativa dos textos evidencia a existência de invariantes e variantes na estrutura narrativa. As invariantes sustentam o texto e determinam a estrutura básica dele, enquanto as variantes estão ligadas ao contexto e as condições de produção, efetuando a atualização da versão.

Resultando a narrativa das lembranças e esquecimentos do contador, alguns fatos acabam sendo suprimidos, ou por estarem muito distantes de sua realidade ou por se afastarem do núcleo da narrativa. Permanecem os elementos básicos para construção do enredo, inclusive alguns versos que, embora apresentem algumas modificações, reforçam a idéia de uma matriz impressa geradora da versão oral. Assim, as reflexões e repetições do cordel são descartadas, e o narrador do texto oral se concentra nas ações dos personagens.

A última parte da narrativa oral é a que mais se aproxima do folheto de cordel, principalmente nos diálogos em que as frases passam a ter a melodia dos versos. Por outro lado, o ritmo da narrativa torna-se acelerado apressando-se o desfecho, podendo ser esta uma estratégia do contador para não cansar o público e garantir o interesse pelo conto.

Desse trânsito escritura/voz originam-se textos híbridos, nos quais renovação e tradição são faces da mesma moeda. Havendo, portanto, uma coexistência de opostos aparentemente excludentes. A introdução de novos elementos num texto tradicional não o descaracteriza e, sim, garante sua permanência e funcionalidade em contextos diversos. O que nos possibilita uma definição mais ampla da literatura oral e dos elementos que a constituem. Nesse sentido evidencia-se a dinâmica dos contadores populares que, através de outras fontes que não as orais, alimentam a arte do contar.

Notas

¹ ZUMTHOR, Paul. *A letra e a voz*. São Paulo: Cia das letras, 1993. p. 222

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS :

ALCOFORADO, Doralice Fernandes Xavier. *O conto popular*. In: Revista Lusitana, n. 6 pp. 61-97. Lisboa, 1987.

FEREIRA, Jerusa Pires. *Cavalaria em cordel: O passo das águas mortas*. São Paulo: Hucitec, 1979.

GUIMARÃES, Rosângela Maria Oliveira. *Contos populares impressos e orais – nos livros, na voz, nos folhetos*. Dissertação. (Mestrado Em comunicação e Semiótica) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2002.

LOPES, José de Ribamar – org. *Literatura de Cordel*; antologia. Fortaleza: BNB, 1982.

ONG, Walter J. *Oralidade e cultura escrita: A tecnologização da palavra*. Campinas, São Paulo: Papirus, 1998.

SIMONSEN, Michele. *O conto popular*. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

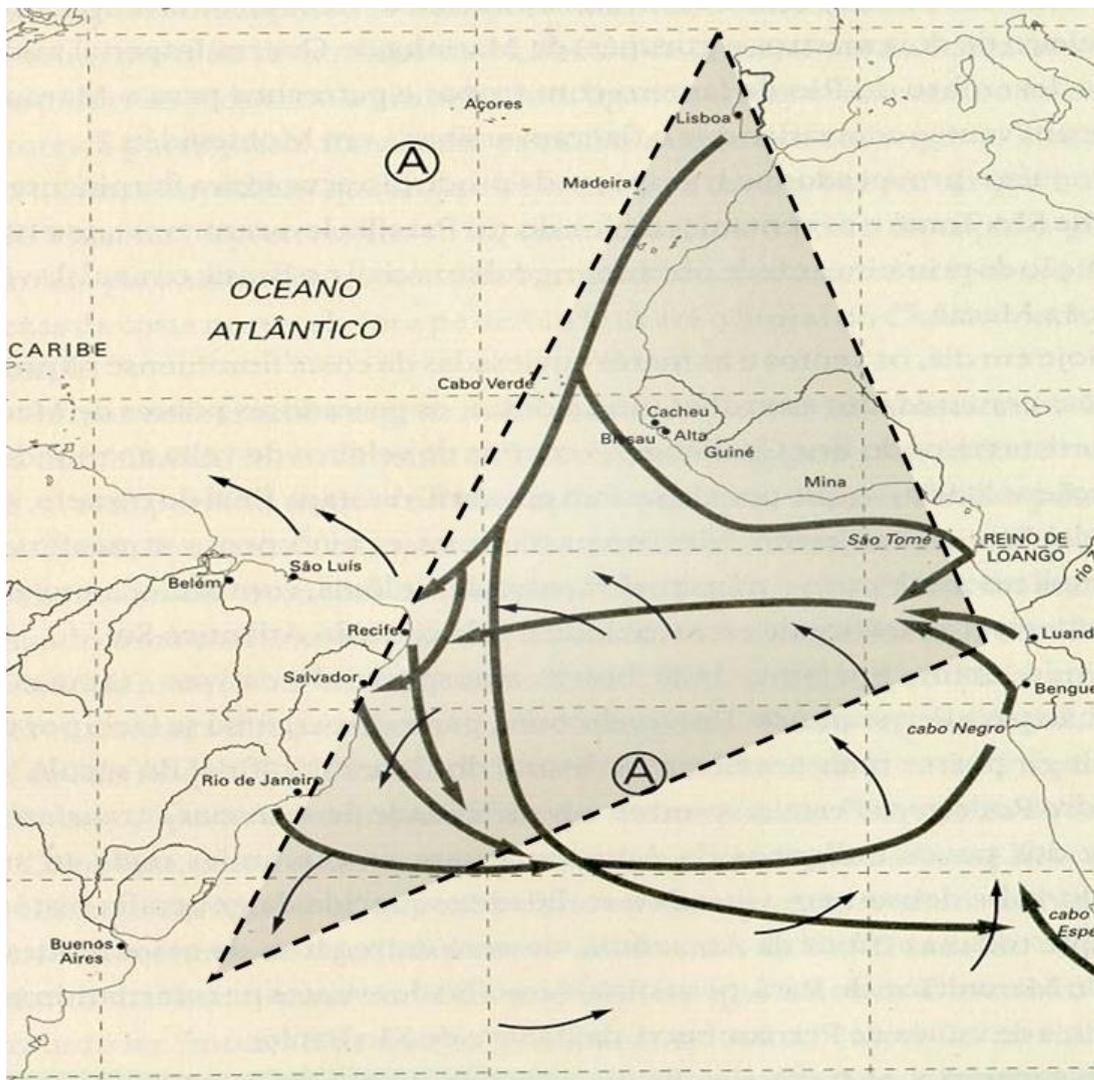
ZUMTHOR, Paul. *A letra e a voz*. São Paulo: Cia das letras, 1993.

FOLHETO CONSULTADO:

Juvenal e o Dragão. Poeta: Leandro Gomes de Barros, s/d, Luzeiro, São Paulo.



sistema de circulação e de ressignificação de heranças do colonialismo português



escravidão moderna

capitalismo

patriarcalismo

colonialismo

RACISMO

coisificação da mão-de-obra

exploração maciça de trabalho compulsivo

poder familiar falocrático

“pureza de sangue”

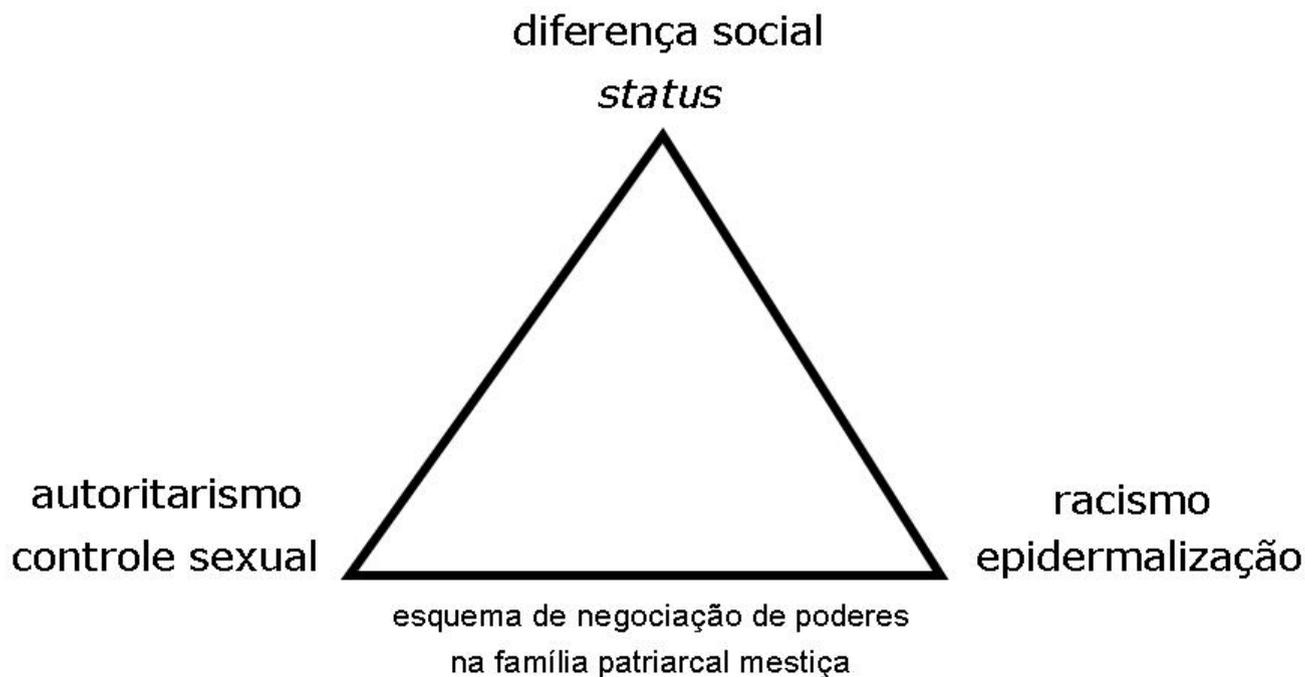
apropriação econômica extensiva

hierarquização das civilizações e povos

exclusão social

subalternidade

controle político



estrutura de autoridade "recorrente" ↔ "arquétipos" político-ideológicos

"conciliação"

autoritarismo ↔ cooptação ↔ inercialidade

persistência do hiato hierárquico estabelecido pelo sistema escravocrata

Viva o povo brasileiro, O esplendor de Portugal e Vinte e Zinco, por Moçambique: imagens de nação e sujeito pós-colonial hoje

Andréa Viana Falcão dos Santos*

RESUMO

A partir do estudo dos romances *O esplendor de Portugal*, de António Lobo Antunes, *Viva o povo brasileiro*, de João Ubaldo Ribeiro e *Vinte e Zinco* de Mia Couto, este artigo examina os processos de (re)configuração das idéias de nação e nacionalidade presentes em tais obras, que encontram, em seus aportes temáticos, ostensivo ponto de articulação nos tratamentos conferidos a momentos decisivos e inter-relacionados do fim dos respectivos processos de colonização: a fratura do regime colonial português e o deflagrar múltiplo de ondas de descolonização no Brasil, Angola e Moçambique, consideradas as particularidades e diferenças. É objeto também de investigação, as estratégias de construção do sujeito (pós-)colonial a partir da avaliação de personagens dos romances citados.

PALAVRAS-CHAVE: nacionalidade, discurso colonial, pós-colonialidade, processos de subjetivação.

Vinculado ao projeto “*Sob o signo da Comunidade. Imagens identitárias nas literaturas de Língua Portuguesa contemporâneas: lusofonia, interlocução, alteridade*”, coordenado pela Prof^a Dr^a Maria de Fátima Ribeiro, estabeleço como objetos de análise neste artigo as (re)configurações das idéias de nação e nacionalidade e as estratégias de construção do sujeito (pós-)colonial em três romances – *Viva o povo brasileiro* de João Ubaldo Ribeiro, *O esplendor de*

*Andréa Viana Falcão dos Santos, Instituto de Letras da UFBA, (graduando, bolsista Pibic/Cnpq 2003-2004).

Portugal de António Lobo Antunes e *Vinte e Zinco* de Mia Couto –, que apresentam em seus aportes temáticos momentos decisivos de desestruturação da máquina colonial portuguesa em Angola, Moçambique e Brasil.

Do confronto entre duas personagens femininas dos romances *O esplendor de Portugal*, de Lobo Antunes, e *Vinte e zinco*, de Mia Couto, Isilda e Irene, ressaltam trajetórias inversas em seu processo de construção identitária. Isilda é a personagem que se recusa a deixar Angola e o passado em *O esplendor de Portugal*; enquanto Irene, a irmã da matriarca da família Castro, personagens de *Vinte e zinco*, chega a Moçambique e termina por criar laços identitários em terras africanas. A análise ressalta ainda, em *Viva o povo brasileiro*, os relevantes aspectos correlatos à questão proposta, através da personagem Amleto Ferreira, enquanto sujeito colonial e do discurso homônimo.

Em *O esplendor de Portugal*, Lobo Antunes enfoca a saga de uma família que se desestrutura junto com o regime de dominação portuguesa em Angola. Isilda, uma das narradoras do romance e matriarca dessa família de nacionalidade portuguesa, permanece em África mesmo após a queda do regime colonial. A princípio, parece acreditar que a descolonização angolana em nada irá alterar seu modo de vida e dos outros colonos remanescentes ali, mas, a partir do momento em que começa a vivenciar o estado de caos de uma Angola recém-independente, em estado de guerra, é obrigada a reconhecer a mudança na ordem local dos poderes.

Já as personagens de Mia Couto, embora o autor enfatize em seu romance o momento da quebra do regime colonial português com o 25 de Abril, também experimentam com o fim da dominação portuguesa a incerteza diante do futuro. A incerteza diante do que viria a ocorrer após o 25 de abril é uma das tônicas do desfecho de *Vinte e zinco* e é expressa não só pelas personagens portuguesas, que repentinamente se vêem privadas de um poder que se

concentrou em suas mãos durante séculos, mas também pelos próprios moçambicanos que não possuem garantias quanto ao futuro de sua terra, ainda não constituída como nação.

A incerteza diante da realização ou não das transformações na estrutura social do país faz com que o 25 de Abril, que determina o fim do salazarismo em Portugal e início do esfacelamento do colonialismo português em África, não seja visto como o dia da transformação de Moçambique em uma nação independente e socialmente justa. A retirada dos portugueses de África não garante aos moçambicanos, ou a qualquer dos povos africanos que experimentou a colonização, liberdade nem justiça social, o que, segundo reflexões da vidente Jessumina, personagem de *Vinte e Cinco*, só seria possível com "outros vinte e cinco" (COUTO,1999,p.108), expressão recorrente no livro, que pode ser lida como alusão irônica do autor à data da independência oficial de Moçambique, 25 de novembro de 1975.

Integrante da elite colonial, Isilda, não compartilha dos valores culturais africanos e permanece alheia a Angola e aos seus vários mundos até o momento em que, expulsa de sua fazenda, termina por ser obrigada a enveredar por esses mundos, deambulando por Angola, inteiramente à deriva. Sofre nesse percurso um processo gradativo de africanização –a "cafrealização" colonialista – ao qual não consegue opor resistência, em contraposição aos mecanismos por que exprimia a sua rejeição à África, a exemplo do apego a privilégios e a signos de poder, ou da rememoração do passado, tentando manter vínculos com o que lhe era familiar, recordando-se de sua infância e de seus parentes, como se esses atos fossem capazes de mascarar a realidade vivenciada.

Irene, por sua vez, chega a Moçambique aparentemente pronta a se integrar sem reservas aos mundos africanos que tanto parecem assustar a Isilda de Lobo Antunes. Apesar da "origem" lusitana comum às duas personagens, Irene envolver-se-á afetiva, cultural e

politicamente com a África e atravessa a fronteira entre mundos aparentemente tão distintos – o da metrópole e o africano –, sendo, por isso, considerada pela família como louca. Marca, inclusive, a passagem dessa fronteira na própria pele, ao utilizar-se das tatuagens tribais usadas pelas mulheres moçambicanas. Irene, a partir da articulação das diferenças culturais dos mundos diversos pelos quais transita, termina por constituir-se como sujeito identitário num “entrelugar” análogo àquele caracterizado por Bhabha como “terreno para a elaboração de estratégias de subjetividade (...) que dão início a novos signos de identidade”. (BHABHA, 2001, p.20)

A loucura chega a Isilda como um meio de fugir à realidade que ela insistentemente teima em recusar. Isilda confronta o presente de desintegração e destroçamento com o passado de integração e ordenamento que caracteriza, para ela, principalmente, sua infância. Não é à toa, portanto, que a Isilda que, no final do romance, traz amarrado à cintura um pano do Congo, termina por ser confrontada com a menina Isilda do passado, que, trajando vestido branco e laço de fita no cabelo, apavorara-se diante da “criatura despenteada, descalça, emagrecida, a mastigar tabaco, embrulhada num pano do Congo em pedaços que não imaginava, não supunha quem pudesse ser.” (ANTUNES, 1999, p.180)

A menina de vestido branco e fita no cabelo representa o mundo ordenado que Isilda conheceu. É a esse mundo que ela insiste em se apegar. Porém, a fratura do regime colonial português pôs fim a essa ordem, e Isilda precisa confrontar-se com a nova realidade: uma marcha sem destino certo pelos caminhos de uma Angola destroçada pela guerra, acompanhada de duas negras, em relação às quais já não é mais tão diferente, quanto imaginara, pois leva amarrado à cintura o mesmo pano do Congo que elas usam e que tanto medo causara-lhe na infância.

Isilda, que a princípio insiste na persistência de um mundo que já é ruínas, constitui, de certo modo, uma alegoria do próprio Império

português em sua demora para conscientizar-se do fim do mundo colonial. A personagem é um exemplo do “esplendor” que reside apenas nas falaciosas glórias passadas, do qual Lobo Antunes enfatiza o caráter ignóbil, porquanto perverso e ilusório, que se apresenta frustrado antes mesmo de sua queda definitiva.

Enquanto Isilda, se possível, perpetuaria o sistema colonial português em Angola, Irene, em *Vinte e zinco*, luta justamente por uma mudança na ordem de poder estabelecida. Ela alia-se aos opositores do regime português em Moçambique e anseia pela chegada de um futuro que, mesmo incerto, lhe parece mais favorável do que o presente. O “encontro” com a África, que para Isilda significou apenas desestruturação e desajustamento, para Irene significa a descoberta de uma nova pátria e assimilação de novos costumes e tradições, comportamento que termina por irritar os parentes, com a agravante de ser cunhada e tia de administradores coloniais, encarregados da repressão e tortura dos rebelados locais. A irritação é marcada pelo desconforto: “O rodar da maçaneta faz despertar Margarida. Irene continua dançando, volteando-se pela sala. Lourenço, entrado na sala, estremece. (...) Se percebe que aquela dança não é europeia. É ritmo africano.” (COUTO,1999,p. 28)

Contrariamente ao europeu típico de viés colonialista, Irene chega à África sem impor costumes e ditar ordens. Nas palavras de Mia Couto, Irene “chegara a Pebane sem modos de ocupadora, ela em si requerendo apenas o espreitar respeitoso de quem não quer posse nem domínio” (COUTO,1999,p.44), e termina por se integrar à África, processo que se inicia devido ao seu amor por Marcelino, moçambicano que conhece ali. O amor por Marcelino é o móvel da passagem de Irene pela fronteira que separava o mundo português do mundo africano, desdobrando-se na abolição de preconceitos. Irene descaracteriza a noção de raça, em uma das epígrafes do romance que Mia Couto lhe atribui – “ninguém nasce desta ou daquela raça. Só depois nos tornamos pretos, brancos ou de qualquer

outra raça” (COUTO, 1999, p.20) – por acreditar que não há separação natural entre os mundos, mas sim construções sociais e culturais. Irene transpõe a fronteira, não a encara como ponto de separação, mas como ponte de união, terminando por interligar as noções de raça e nação, o que torna a África, em especial Moçambique, um elemento fundamental na sua construção enquanto sujeito. A sua identificação com a África completa-se na postura política assumida, aliando-se ao movimento de libertação de Moçambique, em oposição ao regime que a sua família e o seu país de origem representavam: “Já ele [Lourenço] andava rondando as saídas da tia, (...) Irene dava inadmissíveis licenças ao mulato Marcelino. (...) Certa tarde, ele fragranteou os dois, trocando propaganda subversiva. Era a confirmação: essa Irene passava papeladas de casa para os da Frelimo.” (COUTO,1999,p.102)

O contraponto radical a esses dois quadros delineia-se na leitura de tensões similares empreendida por João Ubaldo Ribeiro. A permanência do passado colonial, pelo menos como ideal identitário nas nações constituídas após a descolonização, foi, em parte, investigada e está presente em *Viva o povo brasileiro*. Amleto Ferreira, mestiço bastardo, forja para si um passado que o configura como sujeito a partir da “invenção” de uma identidade europeizante.

Enquanto Irene afirma a África, e em especial Moçambique, Amleto nega sua herança africana ao forjar para si uma identidade baseada em falsos antepassados, uma falsa linhagem que pretende esconder sua condição de descendente de africanos. Apega-se a uma história fantasiosa, recheada de antepassados ilustres e apaga de sua identidade qualquer traço que possa denunciar sua origem. Completamente obcecado pela idéia de “embraquecimento racial”, envida cuidados e cria fantasias para as situações mais banais:

Amleto (...) gostava de seu jardim (...) gostava também que fosse sombreado, pois o sol na pele lhe era uma agressão pessoal, caso pensado contra ele, para escurecer-lhe a cor sem piedade como já acontecera, virando-o mais uma vez num mulato. (RIBEIRO,1986, p.228)

Amleto revela uma necessidade de “europeização” que não está restrita ao seu comportamento pessoal. Suas idéias sobre o Brasil, seu povo e cultura, também estão repletos desse ideal. Mesmo após a independência do país, Amleto insiste em apenas aceitar como legítimos os valores europeus, desconsiderando toda e qualquer contribuição indígena ou negra, que é qualificada de forma pejorativa.

Mas, vejamos bem, que será aquilo que chamamos de povo? Seguramente não é essa massa rude, de iletrados, enfermiços, encarquilhados, impaludados, mestiços e negros. A isso não se pode chamar um povo, não era isso que mostraríamos a um estrangeiro como exemplo do nosso povo. O nosso povo é um de nós, ou seja, um como os próprios europeus. As classes trabalhadoras não podem passar disso, não serão jamais povo. Povo é raça, é cultura, é civilização, é afirmação, é nacionalidade, não é o rebotalho dessa mesma nacionalidade. (...) eis que esse povo [brasileiro] será representado pela classe dirigente, única que verdadeiramente faz jus a foros de civilização e cultura nos moldes superiores europeus – pois quem somos nós senão europeus transplantados? (RIBEIRO, 1986, p. 244-5)

A insistência de Amleto em defender para o Brasil há pouco constituído como nação, uma identidade nacional construída aos moldes da europeia, é compactuada também, no romance, pelas elites que então se formavam e que insistem na construção de uma “civilização europeia nos trópicos”. Tais personagens reforçam, mesmo após a independência, o discurso colonial que, segundo Bhabha, caracteriza-se pelo objetivo de “apresentar o colonizado como uma população de tipos degenerados com base na origem racial de modo a justificar a conquista e estabelecer sistemas de administração e instrução”. (BHABHA, 2001, p. 111) Desse modo, recusam-se, assim como Isilda, a enterrar o passado colonial, dando lugar à organização do Brasil como nação sem pôr fim à exclusão dos outros sujeitos também empenhados nesse projeto, perpetuando-se as desigualdades e injustiças do passado.

Após as lutas de libertação e processos de descolonização, resta aos países envolvidos nesse processo a tentativa de (re)construção de suas demandas identitárias nacionais, o que termina por não se

revelar uma tarefa fácil, já que o fim da colonização não significa a constituição imediata de uma nação e povo efetivamente independentes. Enfocar tal questão parece ser objetivo de obras como *Vinte e zinco* e *Viva o povo brasileiro*, pois seus autores revelam em suas narrativas preocupações com o processo de formação nacional no Brasil e Moçambique. Já Lobo Antunes, em seu romance, se propõe a reavaliar a experiência colonial portuguesa em Angola, destacando, no entanto, não diretamente o processo de construção da nação angolana, mas sobretudo o processo de (re)construção identitária de Portugal e dos portugueses envolvidos no regime colonial, abrangendo a época áurea e os momentos que sucederam a quebra representada pelo 25 de Abril, em Angola. Apesar das diferenças, parece ser um projeto comum e primeiro de escritores pós-coloniais, como João Ubaldo Ribeiro, Mia Couto e Lobo Antunes, a construção de uma literatura preocupada em representar, apreender e responder, tanto quanto produzir demandas identitárias dos povos para os quais e sobre os quais escrevem.

Referências Bibliográficas:

ANTUNES, António Lobo. *O esplendor de Portugal*. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Trad. Myriam Ávila; Eliana Lourenço de Lima Reis & Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

COUTO, Mia. *Vinte e Zinco*. Maputo: Sociedade Editorial Ndjira, 1999.

HALL, Stuart. *A Identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2001.

RIBEIRO, João Ubaldo. *Viva o povo brasileiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.